

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO
MUNICÍPIO DE RIO PARDO- RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Emerson Lizandro Dias Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2009

TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO- RS

Por

Emerson Lizandro Dias Silveira

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Geografia, Área de Concentração Meio Ambiente e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia

Orientador: Profa Dra Carmem Rejane Flores Wizniewsky

Santa Maria, RS, Brasil

2009

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

A comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a dissertação de mestrado

Transformações na Organização espacial do município de Rio Pardo- RS

Elaborado por
Emerson Lizandro Dias Silveira

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA

Carmem Rejane Flores Wizniewsky Dra
(Presidente/Orientador)

Rosa Maria Vieira Medeiros, Dra (UFRGS)

Lauro César Figueiredo Dr (UFSM)

Santa Maria, 24 de Novembro de 2009.

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, a todos os professores com os quais tive o privilégio de conviver durante este breve período de aperfeiçoamento.

A professora Carmem Rejane Flores Wizniewsky, pela orientação, paciência e incentivo neste período, colaborando, de forma decisiva, para a finalização desta dissertação.

A minha mãe pelo carinho e incentivo que ajudou a alcançar mais este ideal.

Aos informantes que foram receptivos e disponibilizaram informações que foram importantes para o desenvolvimento da temática proposta neste estudo.

Aos meus amigos, colegas de trabalho e irmãs do Colégio Auxiliadora pelo carinho, parceria, compreensão e estímulo durante o período de realização deste projeto de vida.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade de Santa Maria

TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO – RS

AUTOR: Emerson Lizandro Dias Silveira

ORIENTADOR: Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Data e local de defesa: Santa Maria, 24 de novembro de 2009

A presente dissertação busca compreender o processo de organização espacial do município de Rio Pardo(RS) a partir das transformações territoriais em distintos momentos históricos, desde sua fundação, até a ação contemporânea dos novos atores econômicos e políticos que se articulam no município em estudo. Os objetivos específicos buscam: (a) caracterizar os diferentes marcos de estagnação econômica sofridos pelo município ao longo do tempo;(b) apreender os efeitos do processo de globalização na economia gaúcha e no município de Rio Pardo, o qual é responsável por transformações nas atividades agrícolas tradicionais; (c) compreender o papel do estado, das políticas públicas e das empresas privadas em Rio Pardo, os quais redefinem novas dinâmicas e funcionalidades espaciais; (d) verificar como as novas dinâmicas repercutem nos setores econômicos, sociais e na cultura, reorganizando o espaço do município em estudo. A metodologia de pesquisa embasa-se no método dialético, buscando compreender, ao longo do tempo, os diferentes períodos históricos de desenvolvimento e estagnação que Rio Pardo sofreu, bem como suas consequências sócioespaciais. A pesquisa foi realizada a partir da coleta de dados primários, tais como entrevistas semiestruturadas e abertas e registros fotográficos através de trabalho de campo. Os dados secundários foram extraídos de publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da FEE (Fundação de Economia e Estatística) e Emater. A organização espacial do município de Rio Pardo é resultado de um processo histórico que confunde-se com a própria história do Rio Grande do Sul. Em função de diversas transformações de ordem econômica, política, social e cultural sofridas pelo território gaúcho, a cidade foi perdendo importância no cenário econômico e político, pois manteve sua base produtiva assentada na agropecuária tradicional, tornando-se um espaço estagnado, sem dinamismo econômico capaz de atrair investimentos e de se desenvolver. Atualmente, em função das novas lógicas capitalistas no Rio Grande do Sul e de diferentes políticas públicas desenvolvimentistas, percebem-se novas dinâmicas que se desenham no espaço e provocam mudanças econômicas, políticas, culturais e técnicas em Rio Pardo.

PALAVRAS CHAVES: Organização espacial; Espaço/Tempo; Sociedade

ABSTRACT

Master's Thesis
Post-Graduation Program in Geography
University of Santa Maria

TRANSFORMATIONS IN THE TERRITORIAL ORGANIZATION OF RIO PARDO COUNTY – RS

Author: Emerson Lizandro Dias Silveira

Advisor: Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Thesis defense place and date: Santa Maria November 24, 2009

The present thesis aims to understand the process of territorial organization of Rio Pardo County (RS) from territorial transformations throughout distinct historical moments, since its foundation until the contemporary action of new political and economical factors which take place in the county observed. The main objectives sought here are: (a) characterize the differing marks of economic stagnation undertaken by the county along time; (b) apprehend the economic effects of the globalization process in the Gaucha economy as well as in Rio Pardo county – which is responsible for transformations in traditional agricultural activities; (c) comprehend the State role and also the public policies and private companies in Rio Pardo, that redefine new dynamics and territorial functionalities; (d) verify how such new dynamics cause repercussion in the social and economic sectors; as well as in the culture, reorganizing the territory of the county observed. The methodology of this study is based on the dialectic method, aiming to comprehend along time the different historical periods of development and stagnation that Rio Pardo went through; and its social-territorial consequences. The research was carried out through a collection of primary data, such as semi-structured and open interviews and photographic record taken during field work. All secondary data was extracted from publications of the Statistic and Geographical Brazilian Institute, from FEE (State Economical Foundation) and Emater. The territorial organization of Rio Pardo county is the result of a historical process that is confused with Rio Grande do Sul' own history. In reason of many transformations of the social, political and economic order suffered by the gaucho territory, the city was losing importance in the political and economic scenarios; as it kept its productive base set in the traditional and animal agriculture; therefore becoming a stagnated territory with no economic dynamics able to attract investments and develop itself. Currently in reason of the new capitalist thinking in Rio Grande do Sul and different public policies towards development, it's possible to notice new dynamics taking place in the territory and causing technical, cultural, political and economical changes in Rio Pardo.

KEY WORDS: Territorial Organization; Space / Time; Society

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização do Município de Rio Pardo no Estado do Rio Grande do Sul.	12
Figura 2: Mapa Rio Pardo: principais vias de transporte	13
Figura 3: Tratado de Tordesilhas – 1494	34
Figura 4: Tratado de Madrid de 1750.....	36
Figura 5: Localização e planta esquemática do Forte Jesus Maria e José.....	38
Figura 6: Rotas Comerciais estabelecidas a partir de Rio Pardo.	41
Figura 7: Divisão político administrativa do Rio Grande do Sul em 1809.....	43
Figura 8: Planta urbana de Rio Pardo em 1829. Fonte: SCHNEIDER	45
Figura 9: Vista frontal do prédio, onde situava-se as instalações do Teatro Apollo...48	
Figura 10: Clube Literário e Recreativo de Rio Pardo, 1944 Fonte:.....	48
Figura 11: Detalhe da iluminação pública da época.....	49
Figura 12: Principais desmembramentos ocorridos no município de Rio Pardo no século XIX	51
Figura 13: Desmembramento de Santa Cruz do Sul do município de Rio Pardo em 1877	54
Figura 14: Centro Regional de Cultura, antiga escola militar de Rio Pardo	57
Figura 15: Estação férrea central de Rio Pardo	62
Figura 16: Terminal Ferroviário de Ramiz Galvão(Rio Pardo, RS)	62
Figura 17: Inovações tecnológicas - início do século XX nas lavouras de Rio Pardo	65
Figura 18: A força das oligarquias (Associação Rural em 1943)	67
Figura 19: Aspecto da rua Andrade Neves, principal artéria da cidade na década de 1920. Fonte: Acervo particular José Ernesto Wunderlich.....	68
Figura 20: Aspecto da rua Andrade Neves na década de 1950.....	68
Figura 21: Evolução Demográfica de Rio Pardo(1872-2007)	70
Figura 22: Estrutura Fundiária de Rio Pardo.....	70

Figura 23: Principais culturas agrícolas do Município de Rio Pardo(1990-1999)	76
Figura 24: Queda da Ponte. Barco Graneleiro Alazão. 23/09/1990	77
Figura 25: Principais culturas agrícolas do município de Rio Pardo (2000-2007)	79
Figura 26: Fotografias da Agricultura Familiar de Rio Pardo.....	83
Figura 27: Expansão do eucalipto no distrito industrial de Rio Pardo	88
Figura 28: Localização das principais indústrias e meios de transporte de Rio Pardo,RS.....	91
Figura 29: Vista da nova rodoviária próxima a BR 471	94
Figura 30: Cais do porto às margens do rio Jacuí	97
Figura 31: Panorâmica da área prevista para a construção do porto Hidroviário da Aracruz em Rio Pardo – RS.	98
Figura 32: Comparativo da rua Andrade Neves em dois momentos históricos Fonte: Foto de 1941	102
Figura 33: Rua João Pessoa em dois momentos históricos	102
Figura 34: Produto Interno Bruto de Rio Pardo	105
Figura 35: Eixos de comércio antigos e novos.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População Total das quatro Primeiras Vilas em 1814.....	46
Tabela 2: População residente nos municípios de Rio Pardo e Santa Cruz do Sul no período compreendido entre 1890 à 1900.	54
Tabela 3: Efetivo dos rebanhos	75
Tabela 4: Produção de Suínos- Rio Pardo - 2006.....	81
Tabela 5: Produção de Leite- Rio Pardo- RS - 2006	82

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A Questionário aplicado ao informante qualificado – Emater	120
ANEXO B: Questionário aplicado ao informante qualificado – Secretaria municipal da Indústria e Comércio	121
ANEXO C: Questionário aplicado ao informante qualificado – Executivo municipal	122
ANEXO D: Questionário aplicado ao informante qualificado – Secretaria municipal do Turismo	123
ANEXO E: Questionário aplicado ao informante qualificado – Agência de Desenvolvimento de Rio Pardo	124
ANEXO F: Questionário aplicado ao informante qualificado – Arquivo Histórico Municipal	125
ANEXO G: Questionário aplicado ao informante qualificado – Sindicato Rural de Rio Pardo.....	126
ANEXO H: Questionário aplicado ao informante qualificado – Cooperativa Agrícola Ltda	127
ANEXO I: Questionário aplicado aos informantes da Comunidade.....	128
ANEXO J: Plano Diretor	129
ANEXO K: LEI 12.003, de 12 de novembro de 2003.	130
ANEXO L: Lista de identificação dos informantes qualificados	131
ANEXO M: Lista de indentificação dos informantes da Comunidade.....	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 EXPLORANDO CONCEITOS EM TORNO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL.	19
1.1 A produção do espaço no contexto da Globalização.	25
2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO ESPACIAL DE RIO PARDO	33
2.1. As bases históricas do município	33
2.2. As atividades econômicas que emergem no século XIX: a função de entreposto comercial	39
2.3. A construção de um espaço luminoso.	42
2.3.1. A organização política e urbana do município de Rio Pardo, RS	42
2.4. A população de Rio Pardo.....	45
2.5 De um espaço luminoso a um espaço opaco: os marcos da estagnação	50
2.5.1. Os desmembramentos no espaço e a implantação das colônias italianas e alemãs	50
2.5.1.1 A emergência da colonização alemã e italiana em contraponto ao declínio político-econômico de Rio Pardo	52
2.5.2 Rio Pardo perde a função militar.....	55
2.5.3 As transformações nas estruturas de comunicação e transportes e os principais efeitos no município.	58
2.5.4 A emergência da industrialização e a manutenção da base primária.	63
3 TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO. (1990-2007).....	72
3.1 Nova ordem mundial e os impactos sobre a economia gaúcha	72
3.2. Novas dinâmicas na estrutura produtiva do município de Rio Pardo (1990-2007).....	74
3.2.1 O papel das políticas públicas nas transformações espaciais.....	78
3.2.2 A expansão da Silvicultura no município de Rio Pardo	83
3.2.3. O papel das políticas públicas nas transformações recentes.....	89
3.2.3 Rio Pardo e a Hidrovia	95
3.2.4 Patrimônio Histórico arquitetônico	99
3.2.5 Rio Pardo na atualidade: limitantes e possibilidades.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXOS	119

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é produzido pelas distintas relações estabelecidas entre sociedade e natureza, sendo o resultado de uma combinação de fatores de ordem política, econômica, cultural e tecnológica que se traduzem em formas e funções que mudam a partir de um movimento histórico gerado nas diferentes relações que se estabelecem num determinado local. O espaço de análise neste trabalho é o município de Rio Pardo, que desde sua fundação como ponto militar estratégico no século XVIII, até os dias atuais, teve sua organização espacial resultante das transformações políticas, econômicas e sociais que decorreram no transcurso do tempo.

O município de Rio Pardo, como pode ser observado na Figura 1, situa-se na porção central do estado do Rio Grande do Sul, integrando a região conhecida por Vale do Rio Pardo. Tem como municípios limítrofes Pantano Grande e Encruzilhada do Sul ao sul; Santa Cruz do Sul, Candelária, Vera Cruz e Passo do Sobrado ao norte; a oeste, Cachoeira do Sul e ao leste, Minas do Leão e Vale Verde e Butiá.

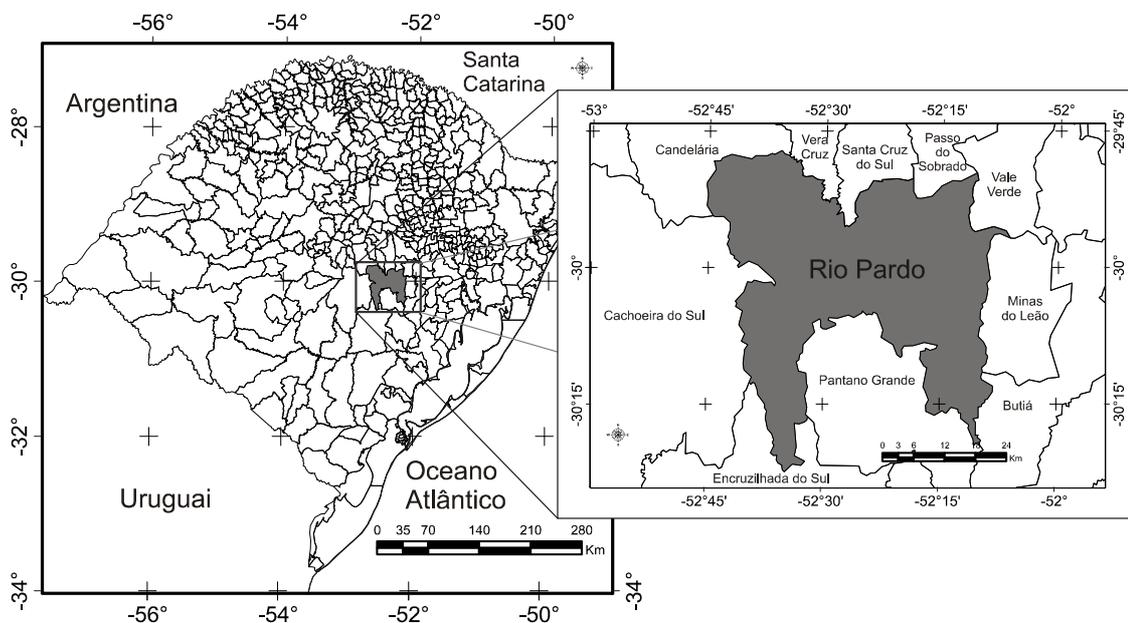


Figura 1: Localização do Município de Rio Pardo no Estado do Rio Grande do Sul.
Fonte: IBGE (2007)

A superfície total do município é de 2.050,5 km² e a sua sede, está localizada a 145 km de Porto Alegre. As principais vias de acesso à cidade são constituídas pelas BRs 471 e 290. A população total do município, segundo IBGE(2007), é de 37.704 habitantes, distribuídos na sede e nos distritos de Rincão Del Rey, Bexiga, Passo da Areia, Albardão, Passo do Adão, Iruí e João Rodrigues. Em geral, houve uma redução na população absoluta do município em relação aos últimos censos(1991,1996 e 2000). Segundo o IBGE, a população divide-se em 25.939 moradores na área urbana e 11.762 na área rural. A taxa de urbanização atual é de 68,8%.

A sede do município situa-se geograficamente na confluência dos rios Pardo e Jacuí, possuindo as ligações hidroviária, rodoviária e ferroviária, como mostra a figura 2. A ligação hidroviária e ferroviária é subaproveitada, carecendo de infraestrutura, bem como de incentivos que priorizem sua utilização.

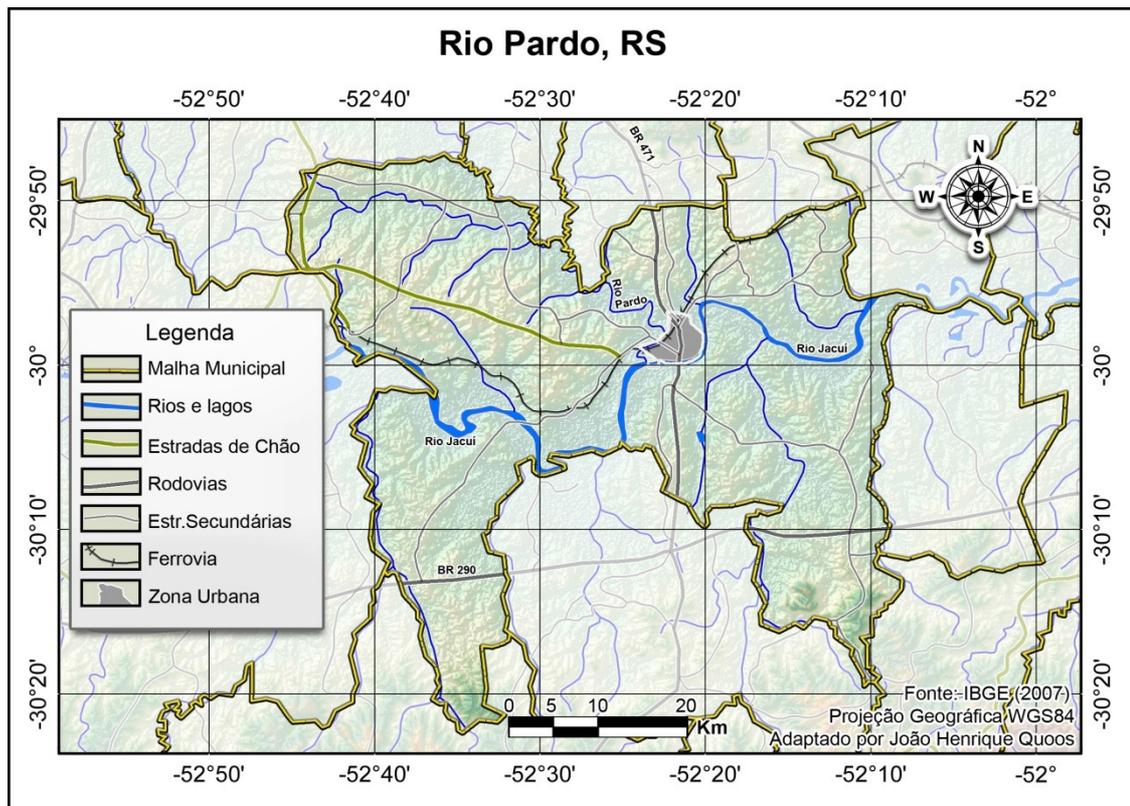


Figura 2: Rio Pardo: Principais vias de Transporte

Atualmente, a partir das transformações ocorridas no espaço mundial em função da Globalização da economia, vê-se que o espaço torna-se extremamente

seletivo. Assume novas funções de acordo com lógicas capitalistas determinadas por grupos econômicos e por políticas públicas com base em preceitos neoliberais que buscam propagar o crescimento, via investimentos produtivos, em espaços que apresentam condições apropriadas para a reprodução do capital.

As transformações espaciais provocadas pelo processo de Globalização não se dão num feixe de forças único, também não se realizam com a mesma intensidade, e se apresentam no espaço de forma desigual, ou seja, produzem diferenciações espaciais, algumas estranhas e antagônicas às características dos lugares. O território¹, enquanto espaço apropriado pelos diferentes atores que participam de sua organização, transforma-se pelos elementos portadores desse fluxo de mudanças incorporando, em sua constituição, novas dinâmicas que permitem a emergência qualitativa de especializações produtivas e de uma nova divisão territorial do trabalho. Para Santos (1997, p. 26), “O conteúdo (da) sociedade não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento”.

Visualizam-se, no estado do Rio Grande do Sul, diferenciações espaciais herdadas de um processo histórico de ocupação e colonização que resultaram na configuração de duas porções distintas: o norte industrializado, e intensamente povoado, e o sul, assentado sobre a grande propriedade ganadeira e o latifúndio monocultor. Em função destas diversidades espaciais que se tornam mais expressivas na atualidade em decorrência da globalização da economia, vê-se que o Estado, a partir de políticas públicas, implementa medidas de desenvolvimento econômico que reorientam os rumos da economia gaúcha, possibilitando a inserção de novos atores econômicos e atividades produtivas, num espaço assentado tradicionalmente sobre a agropecuária.

Rio Pardo também passa por transformações em seu espaço que podem ser relacionadas com as novas dinâmicas introduzidas no território gaúcho recentemente. O município teve uma importância significativa na formação da fronteira e dos limites do estado do Rio Grande do Sul. Foi um grande pólo de

¹ Claude Raffestin em sua obra por uma Geografia do poder expõe que o território se forma sobre o espaço que é anterior ao mesmo. Em suas palavras Raffestin(1993, p. 144), afirma que o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação e que por consequência, revela relações marcadas de poder”.

desenvolvimento comercial no século XIX que influenciou na organização política, econômica e cultural deste território. Em função de diversas transformações ocorridas no território gaúcho, como as mudanças técnicas sentidas nos meios de transporte, de comunicações e na organização produtiva do estado, a cidade foi perdendo influência econômica, pois manteve sua estrutura produtiva assentada na produção agropecuária, sem agregar a ela novas cadeias produtivas. Junta-se a isso a perda de importantes parcelas de seu território que foram se fragmentando em novos municípios. Fora isso, a instalação da ferrovia retira dela seu ponto de referência que era justamente o modal hidroviário que a colocava como cidade comercial. Posteriormente, no século XX, as sucessivas crises econômicas que se abateram sobre o campo empobrecem e transformam esta porção do espaço num local estagnado, sem dinamismo econômico capaz de atrair investimentos e desenvolver-se.

Levando-se em consideração as mudanças recentes na organização produtiva do Estado do Rio Grande do Sul, a presente dissertação tem como objetivo responder de que forma as mudanças recentes são percebidas e ou identificadas na organização espacial do município de Rio Pardo.

Buscou-se, analisar a organização espacial do município de Rio Pardo(RS) compreendendo, no decorrer do tempo, as transformações espaciais frente aos novos atores econômicos que se articulam no município em estudo. Os objetivos específicos constituíram-se em: (a) caracterizar os diferentes eventos históricos atravessados pelo município ao longo do tempo; (b) apreender os efeitos do processo de globalização na economia gaúcha e no município de Rio Pardo, o qual é responsável por transformações nas atividades agrícolas tradicionais; (c) compreender o papel do Estado, das políticas públicas e das empresas privadas em Rio Pardo, os quais redefinem novas dinâmicas e funcionalidades espaciais; (d) verificar como as novas dinâmicas repercutem nos setores econômicos, sociais e na cultura, reorganizando o espaço do município em estudo.

A presente pesquisa considera a dialética, conforme concebida por Hegel, um dos métodos de análise, procurando apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos (FRIGOTTO, 1991) envolvidos nos casos a serem estudados: as transformações recentes na economia e seus reflexos sobre Rio Pardo.

Cabe considerar que essa visão de conjunto é sempre provisória e nunca pode ter a pretensão de esgotar a realidade a que se refere, pois esta é sempre mais complexa do que o conhecimento que se tem dela. Dessa forma, ainda de acordo com Leandro Konder (1981), a dialética materialista histórica pode ser concebida como uma maneira de pensar, elaborada em função da necessidade de se reconhecer a constante emergência do novo na realidade humana.

Mas, para reconhecer as totalidades nas quais a realidade está articulada, o pensamento dialético precisa realizar um paciente trabalho – identificar, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem cada totalidade (FRIGOTTO, 1991). Dessa forma, o materialismo histórico dialético, enquanto método de abordagem, parece adequado a esta pesquisa por permitir uma análise contextualizada das realidades envolvidas. Esta última questão, em especial, parece fundamental para se pensar em espaço pelo fato de que este se constitui um ser dinâmico em constante transformação, refletindo, num determinado momento, a lógica econômica imposta por grupos econômicos, instituições públicas e pela sociedade.

Como a análise espacial está vinculada à história do homem, fatos como o aparecimento da divisão social do trabalho, da propriedade da terra, dos meios e das técnicas de produção, das classes sociais e suas lutas, estão muito presentes, no espaço em análise. Desta forma, a dialética materialista histórica permite uma ampla compreensão da evolução das dinâmicas do espaço em diferentes contextos históricos², bem como na atualidade onde vivenciamos o fenômeno da Globalização da economia.

A primeira fase da pesquisa caracterizou-se pela busca de uma base conceitual e fundamentação teórica que orientasse os passos a serem tomados para a execução dos objetivos propostos. Nesta questão, a discussão sobre o espaço geográfico e sua dinâmica recaiu em consultas a diversos autores que abordam a temática, salientando-se entre eles, Milton Santos, em vista de sua grande contribuição para a sistematização e entendimento desta categoria geográfica.(Capítulo 1)

² Rio Pardo tem uma longa e vasta história, tendo sua organização espacial passado por alterações em decorrência de diversas transformações que a sociedade brasileira sofreu desde o período colonial até o momento atual em que vivenciamos intensas transformações resultantes da Revolução Técnico científica em curso.

Num segundo momento, usando como referência as abordagens teóricas sobre a análise, interpretação e entendimento do espaço, buscou-se compreender como Rio Pardo responde ao movimento dialético, alternando períodos de desenvolvimento e estagnação que refletiram na sua organização espacial atual.(Capítulo 2)

A etapa seguinte constitui-se em uma consulta a fontes primárias, representada pelo trabalho de campo na área em estudo, que foi realizada a partir de entrevistas ao seguinte público alvo: informantes qualificados representantes de instituições e Informantes da comunidade. Os informantes qualificados, totalizados em oito são ligados aos seguintes órgãos: Emater, Secretaria da Indústria e comércio, Executivo municipal, Sindicato Rural de Rio Pardo, Secretaria do Turismo, Cooperativa agrícola, Agência de Desenvolvimento e Arquivo Histórico. Neste grupo de informantes foi utilizado como instrumento de pesquisa uma entrevista contendo questões abertas, visando compreender as transformações sofridas pelo município de Rio Pardo ao longo do tempo e as perspectivas de desenvolvimento que se desenham hoje, a partir das ações empreendidas por estes órgãos públicos.(Anexo A, D,C,D,E,F,G,H). Durante o trabalho de campo, enfrentei diversas dificuldades, pois muitos dos indivíduos revestidos em cargos de confiança não contribuíram com as informações necessárias ou não quiseram se fazer compreender. Junte-se a isso o fato de muitas secretarias da prefeitura municipal eram naquele momento ocupadas por funcionários em cargos de confiança e muitos deles sem experiência na pasta a qual assumiram.

Para os informantes da comunidade, foi aplicada uma entrevista com questões abertas que buscaram investigar as causas que levaram o município de Rio Pardo a sofrer transformações espaciais resultando num empobrecimento do município e na perda gradativa da influência e da importância que o mesmo teve no passado.(Anexo I). Os informantes da comunidade totalizam em número de 12 informantes. O critério de escolha dos mesmos, deu-se em função de serem pessoas que se destacam na comunidade em ações relacionadas a valorização do patrimônio histórico-arquitetônico e por atuarem em diferentes setores como educação, turismo, comércio, funcionalismo público e agropecuária. Este conjunto de informantes-chaves acabaram por construir uma rede de informações, pois a medida que iam sendo consultados, indicavam outros informantes com os quais se

poderiam levantar dados, imagens, fotografias e acervo bibliográfico. O trabalho de campo foi realizado entre os meses de abril e agosto de 2009.

Além dos dados primários, foram coletados dados secundários, sendo estes extraídos de publicações do IBGE referentes aos censos de 1970, 1980, 1995, 2006, 2007, FEE(1981 e 2008) e Emater.

Também foram levantados registros fotográficos antigos, pertencentes a acervos particulares e recentes, usados como instrumento para a análise da dinâmica espacial e compreensão das transformações que Rio Pardo sofreu ao longo do tempo.

De posse desse conjunto de informações, os dados foram organizados e ordenados a partir de tabelas, quadros, mapas e imagens, sendo interpretados e analisados (capítulos 2 e 3), proporcionando, desta forma, o alcance dos objetivos propostos nesta dissertação.

1 EXPLORANDO CONCEITOS EM TORNO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL.

A Geografia, que instituiu-se como ciência no século XIX, por volta de 1870, debateu-se na construção de seu objeto de estudo definindo-o epistemologicamente no decorrer dos anos. Compreender a ciência geográfica requer uma visão clara a respeito da constituição de sua teoria: suas leis e princípios, os quais permitem analisar um determinado fenômeno.

Pensar a Geografia requer uma revisão minuciosa e detalhada dos conceitos que lhe dão forma. Como ciência social, a Geografia tem como campo de estudo a sociedade, que é objetivada pela análise de cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana sobre a superfície terrestre: espaço, lugar, território, região e paisagem.

Essa base conceitual é muito complexa e abrange a superfície terrestre, a qual é dinâmica e está em constante transformação. Cada um dos conceitos indicados têm sido objeto de amplo debate, suscitando várias acepções, de acordo com uma ordem de pensamento que leva em consideração a formação intelectual do pesquisador e os interesses relacionados à pesquisa. É salutar ressaltar que este debate tem sido extremamente útil, pois nele se revelam conflitos, o que permite avanços na teoria geográfica.

Dentre os conceitos-chave, o espaço aparece em vários discursos, acadêmicos, refletindo acepções de acordo com a ciência que o utiliza, sendo desta forma denominada como espaço econômico, político, cultural, entre outros. Pode-se dizer que o debate acerca desta categoria remonta a instituição da Geografia como ciência.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Geografia já havia se consolidado como ciência e o espaço passa a ser visto como resultado da ação humana que se realiza através do movimento da sociedade sobre o meio natural. Essa acepção de espaço produzido, idealizada por Henry Lefebvre, no final da década de 1960, emerge como resposta ao aumento das contradições sociais e espaciais durante a crise geral do capital naquele período que desemboca na constituição da corrente da Geografia Crítica. Segundo Correa(1995), o espaço aparece como uma totalidade, constituindo-se o lócus da reprodução da sociedade, abarcando a natureza, as relações sociais, a política e as formas de reprodução econômica.

Nesta perspectiva segundo Santos(2008, pg.28):

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.

Milton Santos, inspirado em grandes pensadores geográficos, com destaque para Lefebvre, torna-se o grande expoente ao abordar a natureza e o significado do espaço. Para Santos (1985), a ideia central da interpretação do espaço situa-se na combinação simultânea entre a forma, os processos, a estrutura e a função. Para este, forma é o aspecto visível, exterior de um objeto, seja ele visto isoladamente, seja considerando-se o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial. A noção de função implica uma tarefa ou um papel a ser desempenhado pelo objeto criado. Estrutura diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento e, finalmente, processo é definido como uma ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança.

Com base na análise das categorias espaciais, Santos (1985) pressupõe a existência de um movimento dialético fazendo com que os lugares tornem-se combinações de variáveis que diferenciam-se ao longo do tempo. Nesse sentido, é a ideia de movimento da totalidade no tempo e no espaço que fundamenta a concepção de que este é produzido no e pelo movimento da sociedade. Esta traduz, especialmente novas formas e funções que se combinam para atender às necessidades geradas pelas relações de produção e da divisão social do trabalho.

Nesse sentido, o município de Rio Pardo responde a um movimento histórico na medida que, desde sua fundação como ponto militar estratégico no século XVIII, até os dias atuais, teve sua organização espacial como resultado de um movimento da sociedade a partir das transformações políticas, econômicas e sociais. Estas decorreram das necessidades de produção, circulação, consumo e informação de um dado período histórico, dissolvendo e reorganizando formas e funções de acordo com as diferentes necessidades que envolveram os diferentes agentes, sejam eles políticos ou econômicos.

Convém salientar que a organização espacial de Rio Pardo inicialmente atendia aos interesses estatais da coroa portuguesa, a qual interessava salvaguardar para si os seus domínios territoriais em litígio na porção meridional do

Brasil. O estabelecimento de um ponto de ocupação militar, respondia a essa lógica inicial, sendo determinante na organização espacial original do município.

Neste sentido, Santos(1996) afirma que o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência e para o exercício da política. Cada lugar geográfico concreto, corresponde em cada momento a um conjunto de técnicas e instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é determinada historicamente.

O espaço, segundo Santos(1996) é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não de forma isolada ou desconexa,mas como um processo único no qual a história se dá numa só totalidade. Entretanto, através de análises, deve ser possível dividi-lo em partes e reconstituí-lo depois. Esta divisão deve ser operada segundo uma variedade de critérios entre os quais estão os elementos do espaço.

Os elementos do espaço, por sua vez, seriam os homens, as firmas, as instituições, os elementos físicos da paisagem e as infra-estruturas. Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso. As firmas têm como função a produção de bens, serviços e ideias. As instituições produzem normas, ordens e legitimações. O meio natural seria o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. Finalmente, as infra-estruturas são o trabalho humano materializado na forma de casas, plantações, estradas, hidrelétricas, viadutos entre outros.

A enumeração das funções dos elementos do espaço mostra que eles são, de certa forma, interdependentes entre si. Ao mesmo tempo em que os elementos do espaço se tornam mais interdependentes, as relações entre eles se tornam também mais próximas e muito mais extensas. Dessa maneira, a noção de espaço como uma totalidade se impõe de maneira mais evidente.

Na medida em que a função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social.

Segundo Santos(1996) os elementos do espaço estão submetidos a variações quantitativas e qualitativas. Desse modo os elementos do espaço devem

ser considerados como variáveis que a cada momento histórico mudam seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. Isso significa que eles variam e mudam seu valor segundo o movimento da História. Ressalta-se que, no movimento da história, Rio Pardo respondia em cada momento histórico a um padrão de organização espacial que relacionava-se ao contexto político e econômico em vigência. Assim, de ponto militar estratégico, Rio Pardo, organiza-se como entreposto comercial de grande valia, no século XVIII. Segundo o viajante francês Arsène Isabelle (2002, p.363), que visitou a então vila no início da década de 1830, ela era “o armazém de abastecimento das vilas do oeste e do norte” da Província, função esta adquirida graças a sua posição geográfica favorável no entroncamento dos rios Pardo e Jacuí, estando assim em ligação direta com o resto do país e do mundo, através da hidrovia que, naquele momento histórico correspondia ao meio de transporte que integrava pontos distantes do espaço brasileiro.

A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfológicamente quanto em relação as suas funções e processos. É assim que os diferentes períodos históricos se distinguem uns dos outros.

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e, ao mesmo tempo, novos pontos de partida para um movimento histórico que redefine as funções de um determinado lugar. Os eventos são, pois, todos novos, quando emergem na sociedade, propondo uma nova história, mudando as formas, estruturas e funções. Estes não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos. A relação do homem com o espaço é dada cada vez mais pelo resultado do processo de organização visto como um todo. Eventos como a Revolução Industrial, a mecanização do campo, a substituição da hidrovia por ferrovias e rodovias, a implantação de colônias italianas e alemãs são movimentos históricos que têm relação com um contexto amplo e muitas vezes longínquo do local em estudo, produzindo reflexos que são sentidos até hoje na organização espacial de Rio Pardo.

A noção de “rugosidades”³ complementa a idéia de que a produção do espaço é ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e funções dos lugares. Para Santos(1980, p. 138):

as rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados[...]. O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos, ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas.

As rugosidades são, nesse sentido, as formas espaciais do passado produzidas em momentos distintos do modo de produção e, portanto, com características sócio-culturais específicas. Nessa linha de interpretação, rugosidades constituem-se em paisagens⁴ técnicas que podem ser periodizadas segundo o desenvolvimento do modo de produção e das condições técnicas que paulatinamente, são substituídas ou aperfeiçoadas.

As rugosidades estão presentes na organização espacial atual de Rio Pardo, e elas refletem o testemunho de diferentes saltos na história da evolução econômica e política do Brasil. Estas rugosidades podem ser identificadas no traçado irregular das ruas, no estilo arquitetônico dos casarios antigos, misturando-se as novas paisagens culturais inseridas no momento atual. Muitas destas rugosidades, assumem novas funções, em geral turísticas, como museus, centros de exposição de arte ou prédios comerciais que mantêm a mesma estrutura física, mas uma função renovada no espaço.

De acordo com Carlos (1996, p. 129), “a construção de um espaço novo a partir de um preexistente inclui a articulação da técnica e do saber à gestão” onde o Estado, ao lhe atribuir funções, constitui-se em um espaço de dominação”. Cabe

³ A idéia de “rugosidades espaciais”, é expressada de diferentes modos desde o século XIX, por Marx, Hegel, Engels entre outros autores, sendo revisada por Milton Santos(1980) com o objetivo de fundamentar o importante papel das heranças espaciais nos diferentes momentos históricos.

⁴ A noção de “paisagem” sempre esteve associada à idéia de formas visíveis sobre a superfície da terra e com sua composição, de outro, sua importância para o pensamento geográfico tem variado no tempo. No entanto, a partir da década de 1970, os estudos de paisagem ampliaram-se, sobretudo sob dois enfoques: o sistêmico e o cultural. Sob o enfoque cultural, Paul Claval atribui ao homem à responsabilidade de transformar a paisagem, bem como de imprimir na mesma transformações diferenciadas, criando uma preocupação maior com os sistemas culturais do que os elementos naturais da paisagem. A paisagem é humanizada não só pela ação humana, mas pelo modo de pensar. Desta forma, a paisagem é concebida como uma representação cultural.

ressaltar que, frente ao exposto anteriormente não só o Estado, mas cidadãos e empresas, dão novas atribuições a antigas feições físicas do espaço e mostram uma reciprocidade entre sociedade e espaço que integram ou desvalorizam as paisagens técnicas herdadas de um período histórico anterior.

A organização espacial se expressa através do movimento dialético da totalidade com as partes, de modo que o surgimento de uma nova forma espacial traduza fragmentos da totalidade e combinações específicas em diferentes escalas temporo-espaciais. Assim, a forma espacial torna-se um fator social, não apenas pela sua permanência no tempo, mas pelo conteúdo técnico, cultural, econômico e ideológico que lhe é atribuído.

A complexa estrutura do espaço sugere que, para a sua análise, seja utilizado um método baseado na apreensão de paradigmas e num confronto inverso, na decomposição do mesmo. Essa decomposição resulta no que Santos chama de elementos. Os elementos do espaço não são rígidos, eles podem se interrelacionarem e se reduzirem. Essa interrelação salienta o caráter sistêmico do espaço e seu funcionamento é reflexo da polivalência de seus elementos. Os elementos que compõem o espaço são estruturados de acordo com seus papéis, relações e condições e não apenas pela sua representação particular e física. É importante inferir que os elementos do espaço estão sujeitos a transformações no momento em que se deslocam no tempo. Isso porque a dinâmica do movimento histórico agrega qualidades e quantidades a essa ordem. Nesse sentido os elementos são mutáveis no tempo, assim como transformam-se com o deslocamento do lugar. Um elemento sob as mesmas condições, em lugares diferentes, desenvolve-se de formas diferentes.

1.1 A produção do espaço no contexto da Globalização.

Um outro exercício de compreensão é necessário no entendimento da dialética tempo e espaço, relacionando-se ao momento atual, marcado pela intensa interdependência entre povos e países sob ótica da chamada Globalização.

Convivemos desde os anos de 1990 com esta expressão que se propagou pelo planeta, para designar uma nova fase da expansão do sistema capitalista, que apresenta diferentes dimensões: socioeconômica, política e cultural manifestadas sobre o espaço geográfico. Embora tenha raízes mais imediatas na expansão econômica do pós Segunda Guerra Mundial e na Revolução Técnico Científica ou informacional, revela-se na continuidade de um longo processo histórico de mundialização do capitalismo iniciado na Europa nos primórdios da Idade Moderna. Nesse sentido Harvey (2006, p. 80) aponta que:

O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica [...] como solução parcial para suas crise e seus impasses. Assim, ele Constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança. Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infra-estruturas e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase da história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para uma maior acumulação num estágio ulterior.

Essa reorganização espacial sugerida por Harvey é decorrente da própria dinâmica de acumulação do Capitalismo que se reconfigura sempre com a intenção de abrir caminho para uma maior acumulação numa fase posterior. Portanto, Globalização é uma palavra recente, forjada no ocaso da Guerra Fria, mas seu significado acompanha a evolução do sistema capitalista desde a expansão marítima comercial empreendida pelo continente europeu no século XV em busca de novos mercados. Está em curso um novo surto de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. O desenvolvimento do modo de produção capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, reorganiza-se com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização de mercados. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia e a força de trabalho, superam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Conforme Santos(1999), "uma nova combinação de fatores, diferente da que comandava o sistema anterior, vai ter um papel fundamental no sistema novo".

O novo é para nós, um período marcado por espetaculares progressos em todos os campos da vida humana que se devem à aliança entre a ciência e a tecnologia, sob a égide da técnica. Esse novo momento sob o qual estamos imersos, tem suas raízes no período subsequente a Segunda Guerra Mundial, quando se deram as principais descobertas tecnológicas em eletrônica, o primeiro computador programável e o transistor, fonte da microeletrônica, o verdadeiro cerne da revolução da tecnologia da informação do século XX. No entanto, é somente na década de 1970 que as novas tecnologias de informação difundiram-se amplamente, acelerando seu desenvolvimento e convergindo-se num novo paradigma. Esse é um evento histórico da mesma importância da Revolução Industrial do século XVIII, induzindo um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, da sociedade e da cultura. A primeira revolução em tecnologia de informação concentrou-se nos Estados Unidos e, até certo ponto, na Califórnia nos anos de 1970, baseando-se em progressos alcançados em décadas anteriores, em especial do setor militar, sob influência de vários fatores institucionais, econômicos e culturais. Diferentemente de qualquer outra revolução, o cerne da transformação que estamos vivendo na atualidade refere-se às tecnologias de informação, processamento e comunicação. O que caracteriza a atual Revolução Tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informações, mas a aplicação desses para a geração de conhecimentos e técnicas num ciclo de realimentação cumulativa entre inovação e uso. Isso permitiu a aplicação imediata no próprio desenvolvimento tecnológico, conectando o mundo através da tecnologia da informação. Milton Santos alerta que, diante das características atuais emanadas das transformações nas sociedades e no espaço geográfico devem ser entendidas a partir do conhecimento de três dados típicos de nossa época: a unicidade técnica (difusão em escala planetária de técnicas produtivas), a convergência dos momentos (a simultaneidade das relações), e a unicidade do motor (interdependência econômica).

Esses três dados, formam a base material do fenômeno que denominamos, desde o final dos anos de 1980, de Globalização, gerando eventos que são interdependentes num grande circuito global de relações. Neste contexto, destaca-se que se faz parte de um processo de integração mundial o qual se intensifica a cada instante. Na visão de Santos (1993, p.34) é mais do que isso, pois o mesmo salienta que: “O processo de globalização acarreta a mundialização do espaço

geográfico”. Conseqüentemente, ocorre a subordinação dos espaços nacionais aos interesses internacionais. Para o mesmo autor, a ciência, a tecnologia e a informação são a base para a apropriação do espaço, sendo mais favorável na sua aceção, “aos interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade”.

Dito isso, é plausível o exercício de reflexão sobre a totalidade-mundo, que se origina através do avanço das forças produtivas do grande capital, cuja expansão geográfica se intensifica além dos chamados países desenvolvidos, envolvendo uma ampla gama de países situados na periferia do sistema econômico mundial.

Esse novo panorama instaurado no final do século XX vem sendo marcado por um conjunto de transformações econômicas e sociais na economia mundial. A chamada Terceira Revolução Industrial impõe um novo padrão de desenvolvimento, denominado acumulação flexível. O processo de reestruturação industrial em curso está baseado em novos processos produtivos, e a mudança se dá em direção a um modelo de produção flexível e a novas formas de organização da produção que implicou na busca de melhorias na base produtiva e na adoção de novas práticas gerenciais diante da acirrada concorrência e da abertura da economia.

A resposta a essas mudanças veio na forma de um forte processo de reestruturação e atualização das estruturas produtivas, com a introdução de novas formas de organizar a produção, criando novos conjuntos de produtos, serviços, sistemas e indústrias, de modo a permitir reorganizar o quadro da concorrência internacional.

Nesse contexto, o entendimento do espaço é uma tarefa árdua devido às intensas transformações que se processam na base física e econômica do planeta. É característica do período atual que a força da globalização resulta da intensificação das relações econômicas em escala global, incorporando e transformando o espaço nacional. As transformações espaciais, provocadas por este processo não ocorrem num mesmo feixe de forças, também não se realizam com a mesma intensidade e se apresentam no espaço de forma desigual, ou seja, produzem-se diferenciações espaciais, algumas estranhas e antagônicas às características dos lugares. O território nacional metamorfoseando-se pelos elementos portadores desse fluxo de mudanças, incorpora em sua constituição dinâmicas produtivas que permitem a emergência qualitativa de especializações produtivas e de uma nova divisão territorial do trabalho. Para Santos (2008, p.28):

O conteúdo (da) sociedade não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento.

Na noção de forma geográfica está implícita a materialidade e a ação humana como condição de sua realização dentro de um processo unitário e dinâmico. A emergência dessas metamorfoses territoriais pode ser considerada como “uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberto às influências exógenas e aos novos signos contemporâneos” (ELIAS, 2002, p. 11).

Aqui encerra uma dimensão renovada do espaço, cuja natureza é a sua interdependência de uso e de sentido. De uso, pois, as formas de produção novas são resultados de demandas intercambiáveis, externa à história do lugar. Na verdade a história do lugar passa a expressar em seu conteúdo a dinâmica da totalidade do mundo, daí a idéia de alargamento de contexto e de uma universalidade empírica (SANTOS, 1985), pois o lugar já não se explica e não se realiza historicamente somente pelos seus meios e seus atributos. A variável ou o feixe de forças modernizantes são dados desse novo momento e conteúdo do espaço.

Em função, da seletividade do capital não ser espontânea e sim planejada, contando com meios eficazes de pesquisa e de avaliação das condições materiais e de possibilidades de investimentos, isto redimensiona o processo de construção e de reorganização do espaço apresentando-se como apropriação do espaço público pelas funções e necessidades do capital privado.

Nesse sentido, a introdução de novos capitais em uma dada região ou, como quer Harvey (1993), de modalidades flexíveis de acumulação e gerenciamento, supõe a busca de vantagens comparativas que se materializam em formas espaciais novas ou na reutilização de formas preexistentes, proporcionando, em escala local-global, a intensificação dos fluxos de bens e informações. Essas vantagens podem apresentar-se momentâneas ou transitórias e gerar formas espaciais cujas funções serão dissolvidas na medida em que as vantagens localizacionais tornarem-se rugosidades para a reprodução do capital.

Essa visão redimensiona a divisão internacional do trabalho, realocando forças produtivas em escala mundial, fragmentando o processo produtivo dos grandes conglomerados, que instalam unidades produtivas preferencialmente em países da periferia do capitalismo.

Essa tendência está relacionada com a apropriação de novas tecnologias que, com sua difusão, aperfeiçoamento e utilização, são capazes de transformar o espaço geográfico de acordo com necessidades e possibilidades, criadas e recriadas a todo o momento dada à influência do processo globalizante. Essa influência afeta diretamente parcelas da sociedade em suas formas de pensar, agir, produzir e consumir no espaço/tempo, fato esse que se evidencia, se acelera e metamorfoseia a cada instante, pela velocidade das transformações em curso.

A economia global constitui-se hoje de um conjunto de economias regionais especializadas, que atuam na forma de um entrelace planetário de relações produtivas, financeiras e mercantis, no qual cada parte atua, de maneira distinta, na reprodução do sistema mundial, consubstanciando uma divisão socioespacial do trabalho.

As transformações econômicas e tecnológicas operadas a partir da década de 1970 motivaram a configuração de uma nova divisão de trabalho, estabelecendo novos padrões locacionais no âmbito da reprodução capitalista. O desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte viabilizou maior mobilidade geográfica de capitais, ampliando a liberdade de escolha de sua localização. “Isto permite aos capitalistas tirar mais (e não menos) vantagem das pequenas diferenças entre lugares em termos de qualidade, quantidade e custos dos recursos”, observa Harvey (1993, p.7).

Do mesmo modo, a economia mundial torna-se mais sensível às diferenças nos custos de produção, nos gostos de consumo e nas vantagens comparativas locais, acirrando a concorrência entre os lugares. A valorização e diferenciação espacial é condicionada, em grande medida, por diferentes capacidades de oferecer competitividade aos empreendimentos e rentabilidade aos investimentos, traduzindo ao final diferentes vantagens locacionais e expressando distintos níveis de produtividade geográfica ou espacial.

Sob esta ótica, o município de Rio Pardo entrou na rota de investimentos de uma transnacional ligada ao reflorestamento. A Aracruz Celulose, que a partir de uma reorganização produtiva escolheu o município pela sua posição geográfica favorável e seu potencial hidroviário, como parte de uma política de expansão da empresa no estado do Rio Grande do Sul. Ao ampliar e cooptar maiores áreas de produção de eucalipto na campanha, a empresa vislumbra a ampliação de seus

investimentos, contando com o modal hidroviário de Rio Pardo para a conexão com a unidade industrial em Guaíba.

Essa situação mostra que a ocupação de determinados espaços por grandes conglomerados internacionais, é uma tendência típica da fase atual, pois estes procuram ocupar locais dotados de determinadas características capazes de satisfazer a lógica de acumulação capitalista, que é a minimização de custos e maximização de lucros. Na visão de Santos (2006), estes espaços se intitulam de luminosos, por contarem com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização, atendendo dessa forma a lógica do capital.

Os fatores de ordem técnica, organizacional e jurídico-normativa que definem essa tendência não são, entretanto, imutáveis; eles variam ao longo do tempo. Do mesmo modo, os empreendimentos econômicos e produtivos - e os capitais - migram em busca de novas vantagens locacionais, atendendo a suas necessidades de produção. Os locais tornam-se, assim, mais densos e complexos, mas também mais mutáveis, modificando-se rapidamente a sua organização interna, bem como o papel que desempenham no cenário mundial.

Nessa perspectiva, os vetores do processo da modernização globalizada apresentam total independência no espaço. É importante destacar que a realização de uma variável externa só se torna eficaz e se realiza historicamente, na medida em que o espaço contenha ou apresente certas condições capazes de atrair investimentos externos.

Mostrando o quanto são variáveis estas dinâmicas externas, e que elas estão relacionadas a um processo global, de intensa interdependência econômica e financeira, a Aracruz Celulose, na rasteira da crise financeira desencadeada no final de 2008, teve de frear seus projetos de expansão decorrente do momento de grande volatilidade dos mercados mundiais, que causou perdas e expôs a face volátil de investimentos que a globalização descortina.

Rio Pardo, tem nesse momento freadas as investidas da empresa, que abandona temporariamente os investimentos, face às grandes perdas ocorridas no último trimestre de 2008.

Além deste aspecto vislumbra-se desde a década de 1970 o processo de modernização da agricultura, efetivado pelas transformações ocorridas na sua base produtiva e pela inserção do modo capitalista no contexto teórico de definição do

desenvolvimento do capitalismo no campo, a modernização significou o desaparecimento das formas tradicionais de relação com a terra. No contexto espacial, definiu espaços diferentes, determinados pela maior ou menor adesão às técnicas modernas de produção.

Rio Pardo, tem sua base econômica centrada nas práticas agrícolas e na criação de gado, tendo como destaques a cultura do arroz e da soja que ocupam grandes extensões de terra no município. Estas atividades tradicionais sofreram transformações provocadas pelo processo de globalização da economia, visto que se enquadram numa política de cultivos de exportação, em detrimento do consumo interno, e liberam mão-de-obra, esvaziando o campo e fazendo com que muitas pessoas migrassem de Rio Pardo em direção a cidades com maiores possibilidades de emprego e renda.

Tedesco (2001) aborda que os produtores agrícolas mais afetados pelo processo de globalização são os que produzem bens destinados ao mercado internacional, assim como os que cultivam produtos que enfrentam a competição dos mercados externos. Este é o caso de muitos produtores de Rio Pardo, pois, assim como vários cultivam a soja, destinada em grande parte à exportação, outros que cultivam o arroz ou o fumo, produzem leite, ou ainda criam gado, sofrem também com a competição dos produtos vindos da Argentina e Uruguai que têm, juntamente com o Brasil, uma aliança econômica que prevê a circulação de mercadorias e serviços, implicando necessidade de uma readequação constante e, por conta disto, uma reorganização produtiva.

Diante do exposto, pode-se inferir que o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em sua evolução à evolução das suas próprias estruturas. Cada estrutura evolui quando o espaço total evolui e, por sua vez, a evolução de cada estrutura em particular afeta a evolução da totalidade.

Sem a pretensão de concluir a problematização teórica, afirma-se que o espaço geográfico é socialmente produzido. Este sistema indissociável de objetos e ações, através de relações capitalistas dinâmicas, contraditórias. Este espaço envolve sistemas de objetos cada vez mais tecnicizados e voltados à reprodução do capital e aos sistemas de ações imbuídos da ideologia capitalista, sendo essas racionalmente delineados numa perspectiva objetiva e alheia, muitas vezes, aos lugares onde atuam.

Uma sociedade só se torna concreta através do espaço por ela produzido e, por outro lado, este só é inteligível através da sociedade. O espaço, desta forma, representa o dinamismo imposto pela sociedade e pelos seus processos produtivos, que diferem de lugar para lugar . Em Rio Pardo, resultam de um processo histórico que implica uma análise da dialética tempo e espaço para compreendê-lo e decifrá-lo no momento atual.

2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO ESPACIAL DE RIO PARDO

2.1. As bases históricas do município

O território do atual Estado do Rio Grande do Sul não pertencia ao domínio português. Segundo o Tratado de Tordesilhas de 1494, o Rio Grande do Sul, e grande parte do Brasil meridional, pertencia ao domínio espanhol. O referido estado foi inserido como espaço de ocupação e interesse luso a partir de expedições exploradoras que apenas resultaram em registros e descrições vagas da costa gaúcha. Como as proferidas por Moysés Velinho (1973, p.57):

Os navegadores que em seguida ao descobrimento começaram a bordejar a costa meridional do Brasil, descendo e subindo nas suas sondagens percussoras, nada lhes prometiam as primeiras imagens da terra que seria o continente de São Pedro: tudo ermo e evasivo, mas aparecendo a flor das águas.

Esta região permaneceu inexplorada por mais de um século, visto que não se enquadrava nos preceitos mercantilistas daquele momento histórico, pois não apresentava nenhuma riqueza econômica imediata como as estabelecidas no litoral nordestino e nas minas de prata de Potosí. A princípio, o Rio Grande do Sul não se enquadrava na agricultura colonial de exportação, já em franco desenvolvimento no nordeste do território brasileiro.

Durante o século XVI, o espaço rio-grandense permaneceu praticamente intocado, salvo algumas incursões que chegavam à costa meridional, pois os núcleos populacionais de origem portuguesa estavam restritos até Laguna. Somente no século XVII, começou a ocupação do território rio-grandense pelos portugueses com a doação de sesmarias e o interesse pela atividade econômica da pecuária

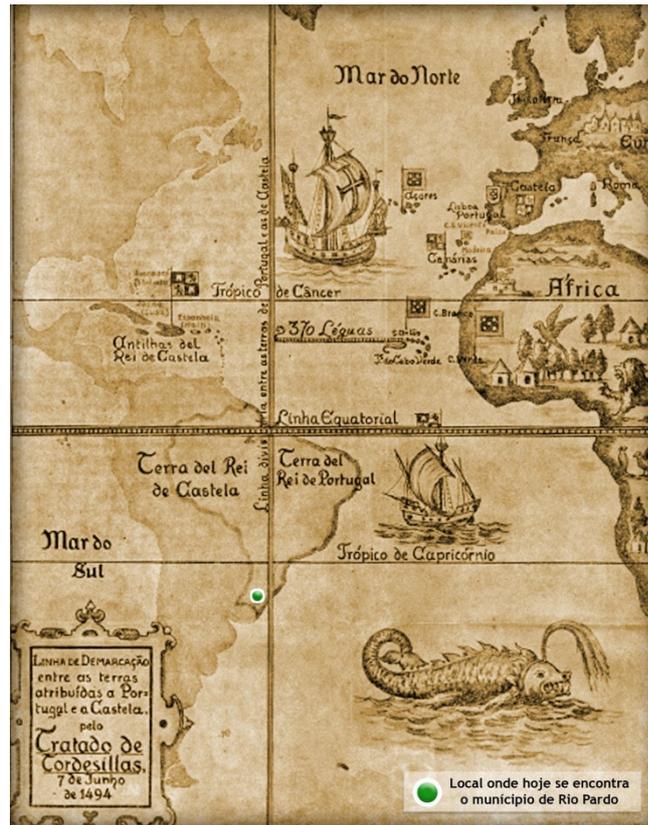


Figura 3: Tratado de Tordesilhas – 1494 – Localizando o município de Rio Pardo
 Adaptado de: <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/mapas/map001.htm>

Durante o período do domínio espanhol sobre o Brasil, conhecido por União Ibérica (1580-1640), o Tratado de Tordesilhas é pulverizado na medida em que as terras lusas e espanholas pertenciam agora a uma única coroa. Com este acontecimento, segundo Florival Cáceres (1997), colonos portugueses puderam estabelecer-se em territórios originalmente pertencentes à Espanha, à Amazônia e ao Centro-oeste. Percebe-se que este acontecimento permitirá um avanço fronteiriço-cultural luso que se sobrepõe a um acordo jurídico, no caso, o Tratado de Tordesilhas em vigor, mas em desuso na prática.

Com o fim da União Ibérica, em 1640, as disputas territoriais passaram novamente a se intensificar, visto que os domínios das Coroas voltaram a ficar indefinidos, devido aos sessenta anos de unificação política. Portugal conseguiu inclusive que, em 1676, o Papa Inocêncio II expedisse uma bula estabelecendo a jurisdição do bispado do Rio de Janeiro até o Rio da Prata. Este fato levou os portugueses a fundarem, em 1680, a Colônia do Santíssimo Sacramento, em frente ao porto de Buenos Aires.

A criação da Colônia do Santíssimo Sacramento interessou aos grupos dominantes da elite colonial lusa e da administração, já que lhes permitia lucrar com o tráfico no rio da Prata e com a intensificação do movimento de conquista e expansão para o sul. Essa praça comercial refletiu também as dúvidas que Portugal tinha com relação às linhas demarcatórias do sul da América, que ainda não eram precisas. Pois, “Portugal, deu um passo importante para a concretização de suas pretensões expansionistas, fazendo com que elas passassem de um plano imaginário, para uma prática concreta”. (GUTFREIND; REICHEL, 1995, p. 35).

Em represália à criação da Colônia do Santíssimo Sacramento, os espanhóis estimularam os jesuítas a retornarem à área rio-grandense de onde haviam sido expulsos pelos bandeirantes e fundaram, à margem esquerda do Uruguai, os Sete Povos das Missões. A fundação dos Sete Povos, apoiada pela Coroa espanhola, objetivava conter o avanço luso sobre o território, pela ocupação da margem direita do rio Uruguai, estabelecendo-se nessas terras com lavouras e estâncias.

A segunda fase missioneira e a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento demonstram o acirramento das disputas entre as nações ibéricas pela posse da região. Essas duas frentes táticas de ocupação constituíram postos avançados de defesa, povoamento e exploração econômica da área platina, buscando, através destas, a ampliação de domínios territoriais. Ao se ampliar uma situação de tensão entre as duas coroas em função indefinição das fronteiras houve novamente a necessidade de demarcação dos limites territoriais.

Nesse sentido, entre 1750 e 1801, houve a constituição de diversos tratados que, juridicamente, versavam sobre as áreas em litígio e contribuíram para o estabelecimento de uma fronteira entre Portugal e Espanha, influenciando na configuração territorial do atual Rio Grande do Sul.

O Tratado de Madrid de 1750, entre Portugal e Espanha, assinala o início das tratativas de definição de limites territoriais entre as duas coroas e a constituição de uma fronteira. Esse tratado vinha redimir as dúvidas deixadas pelo Tratado de Tordesilhas, visto que não haviam limites precisos estabelecidos entre as duas coroas. O Tratado de Madrid consolidou, em parte, o princípio do *Uti possidetis*, determinando que cada parte ficaria com o que estava ocupando na época, revogando-se todos os atos e bulas anteriores, ou seja, bastava ter um elemento humano fixado em terra, seja português ou espanhol para delimitar este território como sendo da respectiva Coroa.

FIGURA 04 – Tratado de Madri



Fonte: GUTFREIND; REICHEL 1995, p. 22.

Partindo deste princípio, as coroas Ibéricas, através de seus negociadores, estipularam, pelo Tratado, o estabelecimento de limites jurídico-políticos claros e rígidos que definiram a fronteira entre as duas coroas. O Tratado de Madrid demarcou a fronteira baseado em elementos geográficos físicos, como cursos de rios e acidentes orográficos.

Em função deste tratado, a fronteira do extremo sul entre os dois Impérios passou pelos divisores de águas. No artigo XVII constava também a transmigração dos povos guaranis missioneiros para a margem direita do Uruguai.

Os índios guaranis negaram-se a transmigrar, iniciando a resistência que se transformaria na Guerra Guaranítica (1754-56). Como estratégia para combater e expulsar os guaranis, em 1752, e servir de posto avançado para a colonização da região missioneira, os portugueses fundam o forte Jesus Maria e José, junto à confluência do Rio Pardo com o Jacuí. Este ponto estratégico serviu para controle o avanço da fronteira portuguesa que se via em expansão com o tratado, mas faltava sua consolidação frente à resistência indígena. A partir deste acontecimento, surge o embrião do atual município de Rio Pardo. Segundo Porto (1953, p. 226):

A fundação de Rio Pardo, tranqueira que na foz deste rio, a cavaleiro do Jacuí é mandado construir pelo capitão dos Dragões Francisco Barreto Pereira Pinto, comandante de Viamão, e para cuja defesa é destacado o tenente Francisco Pinto Bandeira, decorre não só da necessidade de defesa desse ponto avançado, lindeiro às missões [...]

Em fevereiro de 1752, o tenente de Dragões Francisco Pinto Bandeira, com 60 paulistas, ficou encarregado da guarda do Passo do Rio Pardo.

Na colina, quase na confluência dos dois rios, o engenheiro João Gomes de Mello traçou as trincheiras, que foram reforçadas no lado interno por estacas de madeira, com parapeito de terra, onde colocaram baterias. Em seu interior construíram os alojamentos dos soldados, a casa do general, a casa da guarda, a capela de Santo Ângelo e o cemitério. (FORTES, 1976, p. 38).

Assim, surge o pequeno povoado da atual Rio Pardo, a partir de um marco militar de apoio à efetivação do Tratado de Madrid, correspondendo a uma ação Estatal que refletia os interesses geopolíticos do período.

A origem de Rio Pardo liga-se portanto, a um momento decisivo dentro do processo de ocupação do Rio Grande do Sul, caracterizado pela intensiva ação militar de fundação de fortificações e povoados[...], pelo sistema de concessão de sesmarias e pela estratégia de colonização dos territórios com a imigração açoriana.(SCHNEIDER, 2005, p.88).

Junto ao porto, o povoado cresceu aos arredores do alto da fortaleza, onde o primitivo núcleo urbano se constituía. Sendo nesse momento uma cidade fortaleza, as principais edificações eram o forte, o quartel e os armazéns reais. O comandante da guarnição, Gomes Freire de Andrade, tinha por função governar, conceder terras aos povoadores e organizar a burocracia necessária para a efetivação dos interesses lusos.

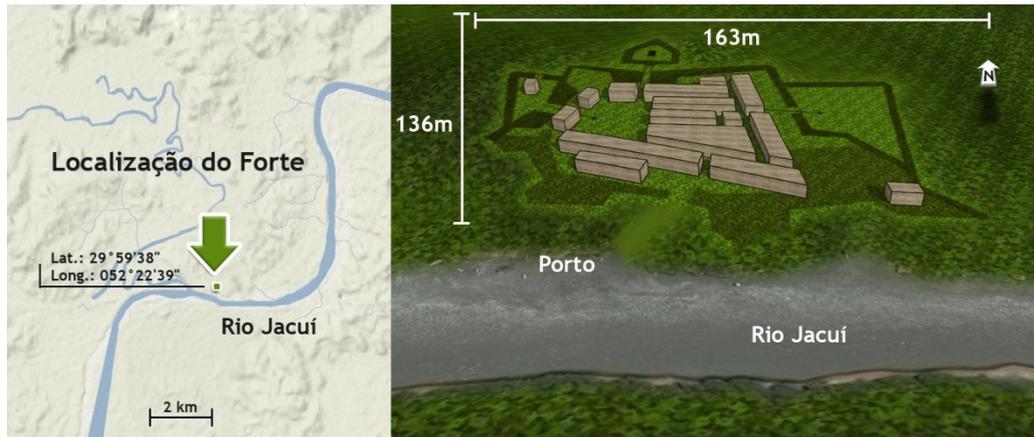


Figura5: Localização e planta esquemática do Forte Jesus Maria e José
Adaptado por: SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias, 2009
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo

Logisticamente situado às margens do rio Jacuí, Rio Pardo, assume uma posição de fundamental importância para o estabelecimento de estratégias militares e também de estímulo ao povoamento dos campos das missões.

Neste período a posição geográfica estratégica do povoado junto ao rio Jacuí, possibilita o desenvolvimento de intensas atividades produtivas no povoado para abastecer as guarnições militares e os próprios sesmeiros que, sob orientação do Estado português, se dirigiam a Rio Pardo.

O rio Jacuí era o elemento natural presente no espaço do povoado, interligando Rio Pardo à saída litorânea que era a forma de contato com o resto do Brasil e com o exterior. Esta posição privilegiada, fez do núcleo original de Rio Pardo, um ponto de partida para a expansão ocupacional do Estado português. De Rio Pardo partiram os soldados para fundar as freguesias de Cachoeira e de Encruzilhada. Conforme Laytano (1983, p.28):

Rio Pardo desempenhou um papel altamente significativo porque, ao contrário dos outros municípios, ele praticamente já vinha montando um dispositivo de ocupação da tranqueira do Rio Pardo na junção dos rios Jacuí e Pardo, para ir até o extremo do território riograndense praticamente como é hoje.

A criação de Rio Pardo, segundo FLORES(1990) subsidia a ocupação do Brasil meridional, projetando-se a partir deste ponto fortificado, as estratégias de povoamento dos campos das missões orientais e de toda a fronteira oeste, reforçada ainda pelos povoados de Capela Grande de Viamão e Rio Grande.

Como forma de reforçar a ocupação efetiva do Rio Grande do Sul e dar suporte à vila de Rio Pardo, o governo colonial estimulou a colonização açoriana que entra como complemento à ocupação do Rio Grande do Sul, unindo o interesse militar e econômico. Os açorianos vieram para o estado com a intenção de desenvolver a agricultura e a pecuária e tinham a obrigação de defender essas terras em caso de ataque. Todos os homens saudáveis eram considerados soldados, pois a segurança da região contava muito mais com as tropas irregulares do que com as da Coroa Portuguesa, e isso se fazia necessário naquele momento.

Os primeiros colonizadores, basicamente açorianos, conseguiram fazer progredir o município, apesar das tentativas de invasões espanholas, desenvolvendo uma forte vocação comercial, além da agricultura e pecuária. O núcleo da freguesia de Rio Pardo, bem servida pelos rios como meio de transporte, vai assumindo um importante papel de entreposto comercial, atraindo inúmeros comerciantes que se estabeleciam na freguesia.

Um dos inúmeros viajantes que descreveram a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Nicolau Dreys, assim descrevia a importância de Rio Pardo:

[...]...que a vila de Rio Pardo é uma espécie de depósito, donde as fazendas seguem para as povoações mais afastadas ao sul e a oeste, a navegação cessa ordinariamente, e em todos os tempos, para as canoas de carga, no Rio Pardo, e daí continua o transporte por terra até o Ibicuí-Guaçú, e mesmo até o Arapeí de um lado, e até o Uruguai de outro, por meio de carros grandes puxados por três, quatro e mais juntas de bois. É desse modo, e por esse caminho, que penetram no vasto território das Missões quase todas as fazendas, gêneros comestíveis e líquidos que ali se consomem. [...].(DREYS, 1990, p. 71).

A ocupação populacional do núcleo urbano de Rio Pardo deu-se nos arredores do forte militar, sendo a sociedade riopardense inicial formada por militares e suas famílias, acrescidos posteriormente pelos açorianos e comerciantes, que foram se instalando como forma de ampliação e reforço da colonização portuguesa. Esta ocupação sem planejamento marca o traçado urbano amorfo acompanhando a topografia irregular que se desenha a partir das margens do Jacuí em direção ao núcleo central atual da cidade.

2.3. As atividades econômicas que emergem no século XIX: a função de entreposto comercial

Rio Pardo torna-se, neste período de análise, uma das mais importantes unidades administrativas do Rio Grande do Sul, destacando-se a pecuária com grande atividade produtiva, desenvolvida pelos próprios militares que, passada a fase de defesa da fronteira, se dedicaram a esta lucrativa atividade econômica. Segundo o entrevistado IC01:

Essa atividade desenvolveu-se em face de disponibilidade de terras na porção sul do atual município de Rio Pardo, que naquele momento eram impróprias para a prática agrícola, devido a características pedológicas como solo arenoso e úmido, conhecido como solo saibroso ou argila expansiva.

A pecuária extensiva desenvolvia-se em estâncias que não apresentavam cercas demarcatórias, sendo utilizados acidentes geográficos como limitadores das grandes propriedades. A atividade pastoril entra em franco desenvolvimento na medida em que os subprodutos como o charque, o cebo e o couro eram muito procurados no exterior e nas províncias mineradoras do Sudeste do Brasil. Segundo Laytano (1983, p. 73): “Rio Pardo constituía a mais rica região pastoril da capitania. Somente o distrito do Couto, em campos de Santa Cruz de hoje e arredores do Rio Pardo, possuía milhares de cabeças de gado”.

Na medida em que a coroa portuguesa empreendia seus esforços para a efetivação de seus domínios territoriais, casais de açorianos eram inseridos neste contexto. Segundo o entrevistado IC01, aproveitou-se as condições favoráveis e férteis do solo que na porção norte do Jacuí, eram propícias ao cultivo de cereais, entre os quais destaca-se o trigo, que se adaptou ao solo devido à influência dos derrames de basalto ali existentes. No entanto, o trigo perde espaço no início do século XIX devido a uma conjuntura de vários fatores, como aponta Cunha (1991): a escassez de escravos, o avanço da criação de gado em função das charqueadas e a concorrência do trigo americano. Fora isso, pragas como a ferrugem atingem os trigais de Rio Pardo, desestimulando a produção que perde espaço frente à pecuária.

Paralelo às tradicionais atividades agropastoris, a então freguesia do Rio Pardo dispunha de um farto e variado comércio, que se desenvolvia com a troca e venda de diferentes artigos e gêneros de todas as necessidades. Conforme Laytano (1983, p. 93):

Desde fazendas francesas ou variedade de bijuterias, também francesas e obras de pedras preciosas fabricadas no Rio de Janeiro, Porto, Lisboa,

até caibros, ripas e outras madeiras para construção de casas e janelas, seges, colchões, diversidade de móveis.

Comerciantes vindos de Porto Alegre e do Rio de Janeiro vão se estabelecendo na freguesia, agregando às atividades tradicionais uma nova fonte de divisas que se desenvolve a partir de um forte entreposto comercial no qual a freguesia acaba se tornando, em virtude da forma de escoamento de produção que se dava via fluvial. De Rio Pardo, as mercadorias eram escoadas em direção aos pequenos povoados e freguesias que surgiam ao longo de uma vasta fronteira que estava sendo desbravada. Como entreposto comercial, Rio Pardo estabelece um vértice comercial com a freguesia de Cachoeira do Sul, os Campos de Cima da Serra e a região das Missões. Os prováveis caminhos comerciais estabelecidos a partir de Rio Pardo podem ser observados através das setas identificadas na figura 6.

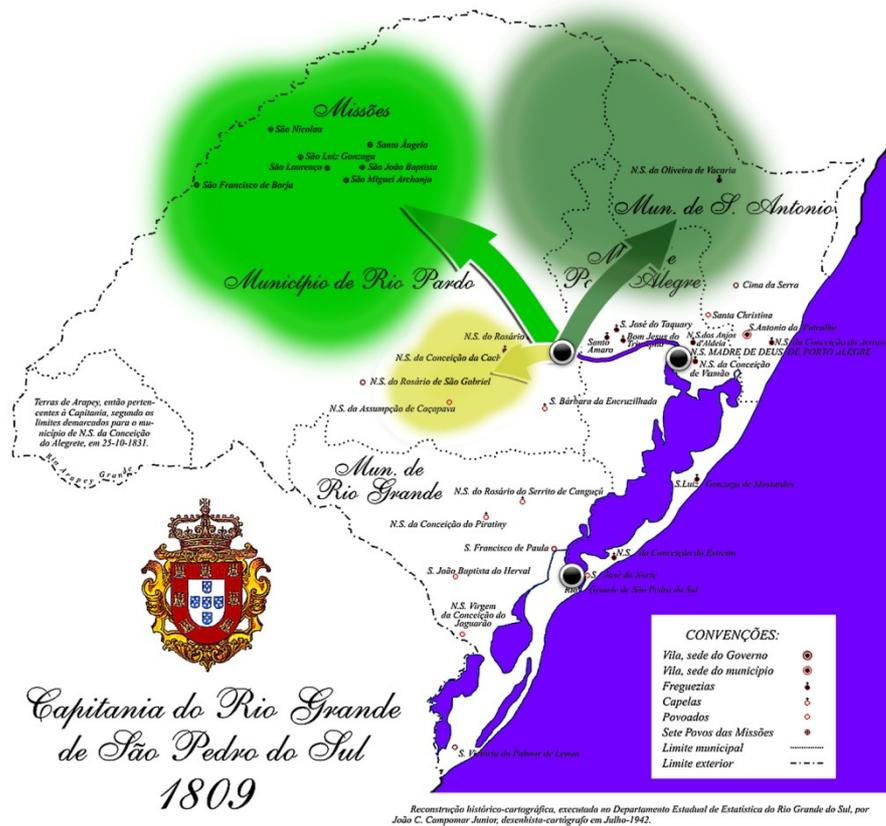


Figura6: Rotas Comerciais estabelecidos a partir de Rio Pardo.
Adaptado de FEE (1981) Censos do RS 1803-1950

Nesse sentido, Rio Pardo, responde a um movimento dialético, sendo o resultado de uma combinação de fatores de ordem política, econômica e cultural, que a tornou um centro de logística no século XVIII e XIX, em resposta a um movimento da sociedade colonial portuguesa, que assentava suas bases de povoamento e domínio estratégico na porção meridional do Brasil, num período de intensas disputas territoriais com os espanhóis, que cessariam em meados do século XIX, após um longo processo de litígio que se encerra com a assinatura do Tratado de Badajós, em 1801.

2.4. A construção de um espaço luminoso.

2.4.1. A organização política e urbana do município de Rio Pardo, RS

Milton Santos (2006, p. 264) define como espaço luminoso aquele que “mais acumula densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização”. Apesar da escala de tempo diferir da utilizada pelo autor, pode-se fazer uma analogia com este termo na referência a Rio Pardo no século XIX. A então freguesia, acumulava as densidades técnicas do período (posição geográfica e a via fluvial de ligação) sendo assim receptora de fluxos de comércio que se desenvolviam em face das condições técnicas, então fundamentais para a economia.

Fora isso, Rio Pardo desempenhava um importante papel político na constituição da fronteira lusa no século XIX, sendo ponto de projeção dos valores culturais da Coroa Portuguesa, a partir das guarnições militares e provisões que o comércio fornecia para a fundação de novos povoados necessários à consolidação da fronteira lusa, que se constituiria em definitivo em 1801, com a assinatura do Tratado de Badajós. Logo após o fim das disputas fronteiriças, a Coroa Portuguesa cria a primeira divisão político administrativa da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, organizada através de uma provisão datada de 07 de outubro de 1809⁵, que cria os primeiros quatro municípios: Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande e Porto Alegre. Por esta provisão, Rio Pardo se tornaria o

⁵Vera Lúcia Barroso (1992), em seu artigo “Povoamento e Urbanização do Rio Grande do Sul, publicado no livro Urbanismo do Rio Grande do Sul amplia a discussão sobre a organização administrativa e urbana do Rio Grande do Sul na primeira década do século XIX.

maior município da capitania com uma área de 156.803 km² de extensão, conforme pode ser observado na Figura 7.

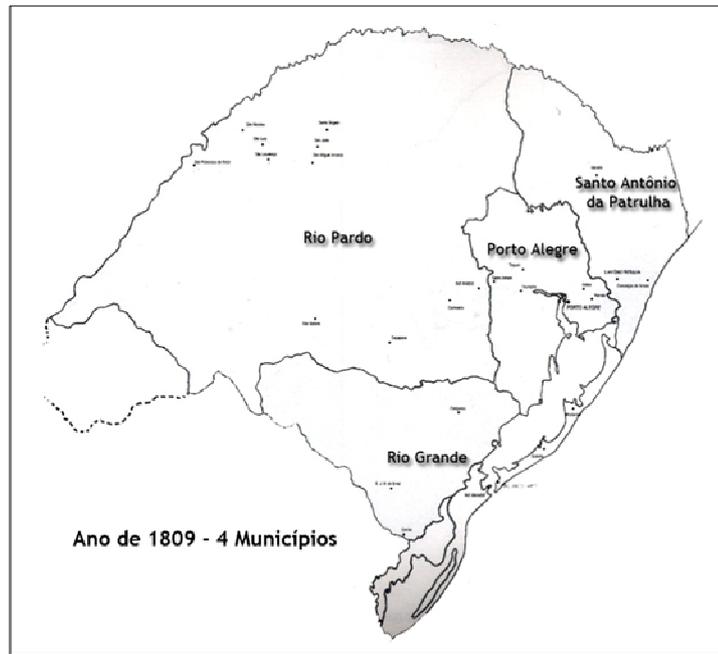


Figura7: Divisão político administrativa do Rio Grande do Sul em 1809
Adaptado de FEE (1981), Censos do RS 1803-1950

Segundo BARROSO (1992, p. 40):

A partir deles ordenaram-se os rumos da expansão do povoamento, com base no tripé Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre, este como vértice do ângulo que abraçava as duas fronteiras. Os três eram os mais populosos, os que proporcionavam a melhor arrecadação e, interligados por caminho fluvial, eram importantes entrepostos comerciais, além de tripé de defesa militar.

Isto acabará refletindo na organização espacial da vila de Rio Pardo que passa a ter seu traçado urbano desenhado em função de sua geomorfologia acidentada em forma de colina às margens do rio Jacuí. O núcleo urbano, obedecendo a uma tradição portuguesa, se desenvolverá numa colina, na parte alta da cidade, junto à igreja matriz e à praça central, que passam a ser as aglutinadoras da concentração populacional. Essa característica era comum nas táticas de ocupação dos lusos, na medida em que se visualizavam ao longe qualquer movimento de inimigos. Saint-Hilaire (2002, p.363) assim descreve em sua passagem por Rio Pardo em 1821:

Sobre a crista de elevada colina corre a principal rua, ficando as demais nos flancos dessa e de outras colinas, adjacentes. A maior parte das ruas se

comunicam diretamente umas com as outras; por assim dizer não passam de grupos de casas, atiradas aqui e ali, entremeadas de gramados, terrenos baldios e de cercados plantados com laranjeiras; conjunto variado e agradável à vista. A praça pública é pequena. A Igreja paroquial forma um de seus lados e não está ainda acabada, o mesmo acontecendo com outras pequenas igrejas existentes na cidade[...] Todas as casas de Rio Pardo são cobertas de telha; várias grandes e bem construídas. Contam-se um grande número de assobradadas, de um e mesmo dois andares e quase todas as que nunciam abastança têm sacadas envidraçadas.

A observação do viajante destaca a organização espacial urbana, já bem estruturada e definida, colocando Rio Pardo como um dos pontos de referência da Coroa Portuguesa nos confins da porção meridional do Brasil. Percebe-se que o rio Jacuí e a Fortaleza militar definem a configuração espacial urbana de Rio Pardo, desenvolvendo-se ali um forte comércio⁶ e um intenso fluxo populacional, que marcaria a então freguesia como um dos mais notáveis pontos de comércio no século XIX. O traçado urbano original estruturou a formação espacial de Rio Pardo, que foi elevada à categoria de vila de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, em 20 de maio de 1811. A partir deste momento, juridicamente a vila é organizada, tendo a criação dos diferentes cargos públicos, como juizes, vereadores e outros que passam a organizar os códigos de postura que regem a organização político-administrativa da então vila do Rio Pardo.

Naquele momento Rio Pardo despontava como uma cidade em franco desenvolvimento pelas possibilidades de enriquecimento que oferecia a quem nela se aventurasse chegar. Rio Pardo era rota de passagem de tropeiros e viajantes que faziam o percurso entre o sul do estado e São Paulo. Isto dava a Rio Pardo uma condição privilegiada e estratégica, junto a confluência dos rios Jacuí e Pardo, largamente utilizados nesse período como canais de escoamento de produção e de pessoas) também favorecia essa condição econômica dinâmica do município. O comércio e a pecuária são as atividades econômicas mais importantes que deixariam intensas marcas no espaço de Rio Pardo, determinando as bases econômicas que vigoram no município nos dias atuais. O traçado urbano, amorfo e desordenado (Figura 8), reflete a forma de ocupação típica das conquistas portuguesas, daquele período. Conforme IC09: “nossa morfologia urbana atual é a

⁶ Ver OSÓRIO, Helen (2000). Notável historiadora que debateu parte de seus estudos sobre as redes de comércio que se estabeleceram no Rio Grande do Sul no século XIX.

marca de um processo de urbanização feito às pressas sem planejamento e não de um projeto de ocupação do espaço planejado”.

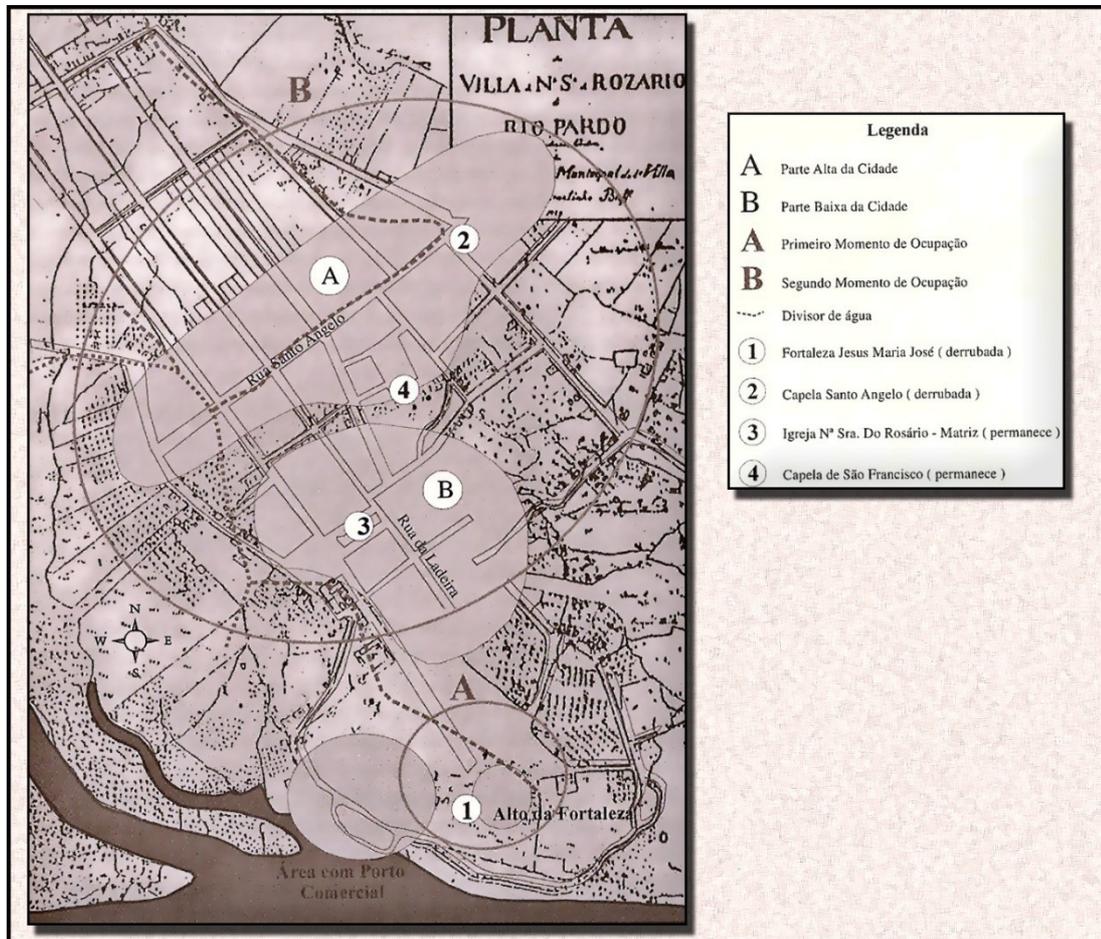


Figura 8: Planta urbana de Rio Pardo em 1829.
Fonte: SCHNEIDER (2005,p .111).

2.5. A população de Rio Pardo

O franco desenvolvimento econômico que a então Vila de Rio Pardo atravessava em meados do século XIX, transforma a então Vila do Rio Pardo num dos mais prósperos núcleos de povoamento do Brasil meridional, concentrando um percentual significativo da população da capitania em 1814, que, segundo dados da FEE de 1981, estimava-se em aproximadamente 70 mil habitantes⁷, rivalizando-se com Porto Alegre na condição de centro político-econômico no período conforme os dados da tabela a seguir.

⁷ Segundo dados da FEE (1981).Censos do RS 1803-1950.

Tabela 1: População Total das quatro Primeiras Vilas em 1814.

<i>Localidade</i>	<i>Total de Habitantes</i>
Rio Pardo	10.455
Porto Alegre	6.111
Santo Antônio da Patrulha	3.103
Rio Grande	3.590

Fonte: FEE (1981, p.51)

Nicolau Dreys(1990, p. 70) em suas andanças por Rio Pardo, na segunda década do século XIX, aponta que:

Para quem navega pelo Jacuí, a vila fica escondida; vêem-se somente duas ou três casas insignificantes na costa do rio, pelos quais o viajante longe está de adivinhar que ali existe uma grande povoação. Precisa caminhar 400 a 500 braças (880 a 1.100 m) antes de chegar à vista dos edifícios; são bastante numerosos; alguns apresentam-se com construção moderna, e geralmente o aspecto de todo dá imediatamente a idéia de uma vila importante; a rua Santo Anjo, aberta sobre uma linha quase perpendicular ao Jacuí, quando a maior parte das outras corre paralelamente a ele não deixaria de aformosear qualquer das grandes cidades do Brasil: ela forma, por sua disposição particular, como um bairro separado, onde residem os principais negociantes em proporções com a população do país; pode-se dizer que o comércio é ali florescente [...].

Laytano (1941) a partir de estudos sobre as diferentes famílias riopardenses do período, observa que em Rio Pardo, com sua origem militar, a vida civil e econômica se entrelaçam. A cidadela, como era conhecida, projeta-se em toda a província do Rio Grande do Sul, sendo “consolidadora moral do domínio português” no extremo sul do país.

O desenvolvimento econômico e político da vila, atrai inúmeras pessoas de diferentes regiões do país, notadamente do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, interessados no aquartelamento militar e no grande fluxo comercial, acabando por criar raízes na cidade. Surge uma elite sofisticada, que se habitua a consumir uma gama de artigos de luxo, importados. Esta camada social refinada estimula a abertura de mais casas comerciais. Muitas destas se especializam na comercialização de artigos de luxo, como lustres, jóias, pianos, chapelaria e vestidos oriundos do Rio de Janeiro ou da Europa. A vida cultural floresce, fato que pode ser comprovado pelas irmandades religiosas que se estabelecem no local, influenciando

o comportamento moral e religioso da vila e também pelo fato de Rio Pardo, neste momento, ser ponto de passagem das grandes companhias de teatro, que se desenvolviam nas rotas fluviais e terrestres existentes, aportando aqui após apresentações em Pelotas, Porto Alegre e Buenos Aires. Segundo BELLOMO, et al. (1994, p. 96):

Viajava-se de barco pelo Jacuí, de Porto Alegre a Rio Pardo, onde os viajantes embarcavam em diligências ou carretas para os diferentes pontos da província. Essa polarização de transportes contribuiu para o surgimento, em 1845, do teatro Rio Pardense, organizado por 220 sócios.

O surgimento do teatro reflete o refinamento da sociedade rio-pardense neste período revelando a relação existente entre poder econômico e político que se aglutinava frente a um grupo de famílias tradicionais. A efervescência cultural vista em Rio Pardo era enorme não perdendo para nenhum outro grande centro do Império, “podendo ser refletida na intensa produção de jornais, revistas de moda e de peças teatrais que aqui eram produzidas ou aportadas de outras praças comerciais que por aqui transitavam” (IC09).

O maior e mais famoso teatro existente em Rio Pardo, originalmente chamou-se de Teatro “Sete de Setembro”, posteriormente se transformou em Teatro Apolo, situando-se na atual Rua Almirante Alexandrino. Este Teatro tinha, segundo IC09, capacidade de abrigar cerca de 300 expectadores. Com a estagnação econômica da cidade, que será analisada mais adiante neste trabalho, paulatinamente o Teatro entra em decadência e este prédio assume outras funções nas primeiras décadas do século XX, sendo posteriormente destruído em um incêndio. Sobrou sua fachada original, a qual hoje abriga um prédio comercial, conforme pode ser observado pela figura 9



Figura 9: Vista frontal do prédio, onde situava-se as instalações do Teatro Apollo.
Fonte: Trabalho de Campo, 2009
Fotografia de Fernando Mealho

Além do teatro, é importante salientar o surgimento dos clubes sociais em fins do século XIX, como o literário e recreativo(fig.10), onde ocorriam concorridos saraus, jogos de azar, encontros políticos, além de haver um espaço reservado à leitura dos variados jornais da província, obras literárias clássicas, bem como a boa música. Schneiders (2003) aponta que havia o desenvolvimento de esportes como esgrima, corridas de cavalo, bilhar e tiro ao alvo com pistola.



Figura 10: Clube Literário e Recreativo de Rio Pardo, 1944
Fonte: Acervo Particular José Ernesto Wunderlich

Em face ao desenvolvimento e a prosperidade econômica adquiridos ao longo do século XIX, devido à conjugação das atividades comerciais e militares, a cidade cresceu em tamanho e, como todo espaço, sofre alterações estruturais, sendo necessária uma organização do espaço urbano, que visasse uma ocupação mais efetiva e ordenada. Conforme Schneider (2005), estas atividades de reengenharia urbana, dotaram a cidade de melhorias em relação a estradas, ponte sobre o Rio Pardo e serviços de iluminação pública através de lampiões, conforme pode ser observado na figura 11.

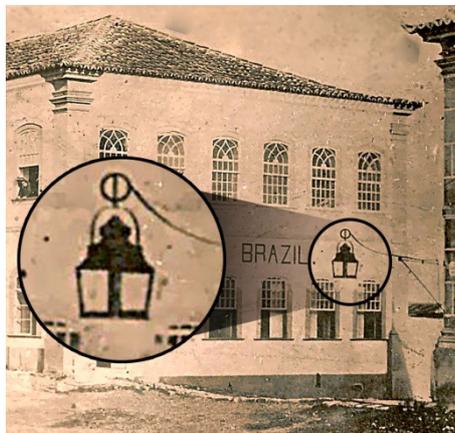


Figura 11: Detalhe da iluminação pública da época.
Fonte: Acervo Particular José Ernesto Wunderlich

Contudo essa prosperidade econômica e a importância estratégico-política perdura até meados da década de 1870, quando a cidade de Rio Pardo entrou num processo progressivo de estagnação econômica, perdendo também influência, população e espaço territorial em relação a outros municípios do estado. Tais mudanças decorrem de processos mais amplos, que se operam na estrutura econômica e política do Brasil no final do século XIX. Progressivamente outras regiões do estado do Rio Grande do Sul crescem e passam a comandar a estrutura econômica gaúcha, que ingressa na industrialização, enquanto Rio Pardo permanece atrelada às bases da agropecuária.

2.7 De um espaço luminoso a um espaço opaco: os marcos da estagnação econômica

Em fins do século XIX, Rio Pardo, em contraponto com outras regiões do Estado, inicia um longo processo de estagnação econômica, suscitando uma série de indagações a respeito das causas determinantes deste processo. Santos (1982) afirma que o espaço submete-se a variações quantitativas e qualitativas. Os elementos que constituem o espaço mudam o seu papel e a sua função segundo o movimento histórico que é complexo e contraditório.

Em Rio Pardo, pode-se verificar que a natureza das ações humanas no decurso do tempo repercutiu em diferentes espacialidades, sobrepondo-se de acordo com as temporalidades e suas necessidades sociais. O espaço de Rio Pardo guarda o registro da existência social, de movimentos econômicos, culturais e técnicos que explicam os diferentes marcos de estagnação econômica vivenciadas pelo município a partir do final do século XIX.

Com efeito, pode-se elencar uma série de eventos ou marcos que se conjugam no tempo, destacando-se: os sucessivos desmembramentos sofridos pelo território de Rio Pardo; as transformações técnicas provocadas pela alteração nos modais de transporte; o fim da função militar em face às transferências das escolas militares; a inserção de diferentes grupos étnicos (colonização italiana e alemã); a opção pela não industrialização do município e a manutenção do modelo agropecuarista; a hegemonia e poder das oligarquias rurais que determinaram as diretrizes políticas do município.

2.6.1. Os desmembramentos no espaço e a implantação das colônias italianas e alemãs

Em vista das demarcações fronteiriças estabelecidas pelo Tratado de Madrid, Rio Pardo origina-se, como já foi dito, de um marco militar às margens do rio Jacuí, em 1752. Ao seu redor desenvolveu-se um forte núcleo populacional e comercial que, em virtude de guarnecer os limites territoriais sem ser derrotada, ficou conhecido como *Tranqueira Invicta*. Este povoado cresceu e foi elevado à vila e sede municipal em 1809, data em que a Coroa portuguesa estabelece a divisão

municipal original da então capitania de São Pedro do Rio Grande. Nesse momento, Rio Pardo compreendia aproximadamente 156.803 km², o que equivalia a mais da metade do território gaúcho, sendo o maior município em tamanho uma das mais prósperas vilas do então Brasil Colônia na porção meridional da América do Sul.

De Rio Pardo partiram as bases do povoamento que acabaram originando várias freguesias e pontos de povoamento importantes para a fixação dos limites lusos em constante litígio com a Espanha. Rio Pardo subsidiava e abastecia esses pequenos pontos de colonização com seu farto e bem desenvolvido comércio.

No decurso do século XIX sucederam-se, no período compreendido entre 1819-1849, desmembramentos que reduziram consideravelmente a extensão territorial do município. Destes cabem a atenção três desmembramentos que reduzem consideravelmente os domínios territoriais de Rio Pardo: Cachoeira do Sul, em 1819; São Borja e Cruz Alta, em 1833; e Encruzilhada do Sul, em 1849, conforme figura 12. Juntos estes desmembramentos encolhem o município de Rio Pardo a cerca de 4.500 km². O desmembramento de Cachoeira do Sul ocorre em 1819, abarcando áreas correspondentes hoje aos municípios de Alegrete, Santa Maria, Caçapava do Sul, São Gabriel e Santana do Livramento. Em 1833 ocorrem os desmembramentos de São Borja e Cruz Alta, que retiram de Rio Pardo o controle da fronteira Norte-Noroeste. Em 1849, é a vez de Encruzilhada do Sul. Estes correspondendo à criação dos municípios de Cachoeira do Sul em 1819; os municípios de São Borja e Cruz Alta em 1833 e de Encruzilhada do sul (1849).



Figura 12: Principais desmembramentos ocorridos no município de Rio Pardo no século XIX.
Fonte: Silveira, Emerson Lizandro Dias. Adaptado de Evolução Municipal (2002)

Apesar da perda territorial, Rio Pardo, permanece sendo uma cidade importante do ponto de vista econômico, político, cultural e militar. Fatos como a eclosão da Revolução Farroupilha, reforçam o caráter militar sob o qual se deu a

origem deste município, sendo travados importantes combates entre os rebeldes farroupilhas e as forças do Império os quais encontram em Rio Pardo condições para o abastecimento das tropas e dos povoados que, em tempos de guerra, dependiam do escoamento de mercadorias de Rio Pardo, que na época era subsidiada por Porto Alegre.

Alguns autores, como Rezende(1993), apontam o fato de que as Guerras dos Farrapos e do Paraguai seriam responsáveis, em parte, pela estagnação econômica do município, frente a outros tantos fatores, que serão discutidos no decorrer do trabalho. É importante salientar que tanto a Revolução Farroupilha, quanto a Guerra do Paraguai não foram fatos isolados e restritos a Rio Pardo, mas seus efeitos se fizeram sofrer por toda a província que tinham sua base econômica assentada na produção agropastoril.

Mais do que a perda de território, os desmembramentos iniciais retiram a função de fronteira que Rio Pardo dispunha até então contribuindo para o restabelecimento de novos pontos de partida no caso os município desmembrados.

2.6.1.1 A emergência da colonização alemã e italiana em contraponto ao declínio político-econômico de Rio Pardo

O modelo centrado em grandes propriedades rurais e na criação extensiva de gado, marcas da origem de Rio Pardo, encontra seu contraponto na necessidade de reorganização da província em face das mudanças estruturais na economia brasileira que adentravam no Império sob a égide do capitalismo inglês. Este contraponto é visualizado na implantação das colonizações alemã e italiana que, se instalam no Rio Grande do Sul com a intenção de estimular a criação de um mercado consumidor interno e povoar estrategicamente as chamadas áreas periféricas daquele período, notadamente o Planalto Norte-Rio-Grandense.

No tocante a Rio Pardo, por ordem do governo provincial, cria-se a colônia de Santa Cruz, em 1847, ocupada por imigrantes alemães que se aglutinam em pequenas propriedades rurais assentadas na mão-de-obra familiar a partir de 1849. Nestas pequenas propriedades rurais verifica-se uma grande variedade de produtos agrícolas, destacando-se entre eles o fumo. Fora isso, os alemães trouxeram

consigo técnicas manufatureiras da Europa, o que contribuiu para o desenvolvimento industrial posterior.

Laytano (1948, p.40), relata que:

o primeiro núcleo de alemães provinha da Silésia e do Reno, e com o decorrer da imigração vieram muitos aristocratas e letrados que se exilaram voluntária ou forçadamente da sua pátria conturbada por graves acontecimentos políticos, como a revolução de 1848 e entre os quais aqui chegaram em consequência dessas agitações internas na Alemanha”

Os colonos se depararam com uma área de difícil acesso, visto que a mesma situava-se no distrito de Botucaraí, à margem esquerda do rio Pardo. Nos lotes recebidos pelos colonos, a agricultura ocupava boa parte das lides, sendo depositadas nela as esperanças de uma vida melhor em face das condições européias. Plantava-se de tudo; milho, batata, mandioca, feijão e fumo, o qual futuramente responderia pela maior riqueza econômica daquela colônia alemã. Como muitos colonos eram habilidosos artífices em carpintaria, ferraria e sapataria, logo o núcleo colonial alemão desenvolve-se e a vila de Santa Cruz do Sul organiza-se em função de engenheiros que, por ordem da Coroa, fazem a estruturação física da vila, como as ruas, estradas e prédios que sofrem a influência preponderante da arquitetura lusa como salienta o entrevistado IC09.

Esse franco desenvolvimento é apontado por SOTO;VALENTIN (2002, p.55), descrevendo que:

Na colônia de Santa Cruz do Sul, em meados do século XIX, junto com a atividade agrícola, iniciou-se um importante processo de industrialização. Nela aparecem moinhos, atafonas, engenhos de açúcar, fábricas de azeite, curtumes, fábricas de arreio, ferrarias. A população não era somente composta por lavradores. Novas figuras sociais mostraram a transformação e o dinamismo da nova colônia..

Rio Pardo, como centro de intercâmbio comercial, necessitava de estradas, núcleos abastecedores e produtores, e a renovação, com a colonização alemã, atendia a esses interesses, criando, por terra, novas estradas que, paulatinamente, integravam o território gaúcho, dinamizando as atividades econômicas e ligando Rio Pardo ao Planalto norte e a fronteira Noroeste.

A colônia de Santa Cruz, pertencente ao município de Rio Pardo, lentamente cresce em relação ao município mãe, contando, em 1872, com 7.310 habitantes, enquanto Rio Pardo contava com 11.571. Evidencia-se pelo dado demográfico o rápido crescimento que a colônia demonstrava. IC09 aponta que: “Rio-pardenses não faziam carroças, não cortavam pedras, não tinham artífices. Eram pessoas que

estavam acostumadas com o comando de escravos”. Este apontamento mostra a dicotomia estabelecida entre Rio Pardo e Santa Cruz que perpassa os dias atuais, quando se fazem análises referentes ao desenvolvimento desigual que se processou entre os dois municípios. Santa Cruz desmembra-se, em 1877, de Rio Pardo (figura 13) e rapidamente desponta como um município de grande diversidade produtiva. Segundo SOTTO; VALENTIN (2002, p.38):

A especialização produtiva de Santa Cruz do Sul, o aumento das exportações de fumo e das atividades comerciais, permitiram a emergência de novos setores de serviço e de infra-estrutura urbana: telefonia, iluminação a gás, encanamento de água, melhoramentos urbanos, mercado público, companhia de seguros.



Figura 13: Desmembramento de Santa Cruz do Sul do município de Rio Pardo em 1877
Fonte: SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. Adaptado de Evolução Municipal (2002)

Essas condições de franco desenvolvimento revelam um salto demográfico em que Santa Cruz ultrapassa Rio Pardo em números absolutos no final do século XIX, conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2: População residente nos municípios de Rio Pardo e Santa Cruz do Sul no período compreendido entre 1890 à 1900.

Município	1890			1900		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Rio Pardo	11.004	10.136	21.320	11.465	11.013	22.478
Santa Cruz do Sul	8.052	7.484	15.536	12.004	11.154	23.158

Fonte: FEE(1981). Censos do RS 1803-1950

Portanto, no século XIX, o Rio Grande do Sul foi influenciado pelo processo de assentamento da imigração europeia, inicialmente alemã em 1824, e posteriormente, italiana em 1875, alocadas principalmente na região nordeste do território gaúcho. Como efeito, esta área tornou-se mais dinâmica, embora a pecuária praticada no sul do Estado continuasse tendo uma forte influência no setor econômico e político.

O norte do Rio Grande do Sul, assentado sob bases coloniais alemãs e italianas em pequenas unidades de exploração, amplia essa característica com a chegada de novos grupos étnicos a partir de 1900, como Russos, Poloneses e Suíços. A produção diversificada nestas pequenas propriedades criou uma distribuição de renda menos concentrada, resultando numa rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si. Assim, a colonização ítalo-alemã se concentrou na porção Norte do Estado que foi ocupada principalmente por agricultores familiares e artesãos a partir de meados do século XIX, e posteriormente, por seus descendentes que dinamizaram a economia da região, tornando-a industrializada, contrapondo-se ao modelo instaurado na porção sul, na qual Rio Pardo estava inserida.

2.6.2 Rio Pardo perde a função militar

Rio Pardo guarda na sua herança de formação histórica uma estreita ligação como o militarismo, visto que sua gênese está diretamente relacionada a um acordo político-militar estabelecido em função dos constantes litígios pelos quais esta porção do Brasil meridional sofreu no século XVIII. Segundo IC01, “nascemos da guerra das missões como um posto avançado da coroa lusa, no interior de um vasto território a ser ocupado”. O forte Jesus Maria José, projetado pelo sargento mor Manoel Vieira Leão, aquartelou um contingente militar que se denominou Regimento dos Dragões, que assume a incumbência de defender as terras lusas dos ataques da resistência indígena que não aceitava as resoluções do Tratado de Madrid. Segundo BENTO; GIORGIS (2005, p. 36):

Foi em Rio Pardo atual que os portugueses descobriram uma posição estratégica ideal para a construção de uma fortaleza, na confluência de dois rios, o Jacuí e o Pardo, sobre uma posição de ampla dominância de vistas e de fogos sobre a outra margem e sobre o seu derredor.

Esta característica permitiu a edificação do forte que, entre 1754 e 1801, defenderia a fronteira portuguesa dos uruguaiois, possibilitando a expansão territorial portuguesa, bem como a fixação definitiva dos limites territoriais que hoje o Estado Rio Grande do Sul apresenta. Por haver sido provavelmente contruído em madeira, atualmente não existem vestígios do mesmo, restando no local de sua instalação, um marco e três canhões que assinalam ali uma importante passagem da história do Rio Grande do Sul e da origem da cidade de Rio Pardo.

Nas palavras de BENTO; GIORGIS (2005, p.44), identifica-se a função que a fortaleza-cidade assumiu frente à expansão territorial da coroa portuguesa na porção meridional da América do Sul, pois:

No interior de suas muralhas foi planejada, pelo valoroso coronel dos dragões Patrício Côrrea da Camara, a conquista definitiva do território dos Sete povos das Missões, em 1801, e mais os territórios onde hoje se localizam as cidades de São Gabriel (fundada em 1801 pelo, mais tarde, Visconde de São Gabriel), Cacequi, Dom Pedrito, Bagé, Formigueiro, Caçapava do Sul e Lavras do Sul.”

Desta fortaleza constituiu-se o embrião do município de Rio Pardo que, durante o século XIX, se ergueria como um dos maiores núcleos populacionais da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, dando a Rio Pardo inicialmente uma função militar estratégica que perduraria até o início do século XX, com expressiva participação em diversos conflitos, destacando-se a Revolução Farroupilha, em que a cidade foi ponto de apoio das tropas legalistas sediadas na Capital, Porto Alegre.

Devido a origem militar da cidade e a função de fronteira que a mesma desempenhou, o município agregou em seu espaço cinco escolas militares entre a segunda metade do século XIX e início do século XX: Escola Militar Preparatória da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1859-1863); Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo (1885-1891); Escola Prática de Infantaria e Cavalaria de Rio Pardo (1891-1898); Escola Preparatória e Tática de Rio Pardo (1898-1903) e Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria de Rio Pardo (1905-1911).

Segundo BENTO; GIORGIS (2005, p.58) a primeira funcionou “em residência na esquina da face sul da praça da igreja matriz” sendo que as demais ocuparam sucessivamente o prédio que hoje, após restauro, abriga o Centro Regional de Cultura de Rio Pardo[fig.14]



Figura 14: Centro Regional de Cultura, antiga escola militar de Rio Pardo
Fonte: Trabalho de campo, 2009
Fotografia de Fernando Mealho

É importante salientar que por estas escolas passaram ilustres estudantes como Mascarenhas de Moraes, Plácido de Castro, Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra. Elas proporcionavam à Rio Pardo uma importância político-estratégica, além de um fluxo maior de pessoas na cidade. Como toda função, a estratégico-militar agregava a Rio Pardo serviços que repercutiam na vida econômica e cultural do município. Rezende (1993) enfatiza que a presença das escolas militares animava a cidade e lhe trazia progresso, na medida em que, neste momento, Rio Pardo já não era economicamente uma cidade de grandeza comercial como fora na primeira década do século XIX.

[...] a chegada dos cadetes e funcionários deu um novo impulso a Rio Pardo. As ruas tornaram-se mais movimentadas [...]. Bailes, saraus musicais e literários, e espetáculos teatrais davam vida a Rio Pardo. (REZENDE(1993, p. 61).

Em função de um movimento histórico que perpassa a pacificação do Brasil, com o fim dos conflitos beligerantes que ameaçavam as fronteiras do Rio Grande do Sul e com a reorganização administrativa do exército brasileiro, Rio Pardo perde a função de fronteira de guarnição e suporte das conquistas territoriais, ou seja, perde a função militar; visto que as escolas militares foram transferidas para outros

centros importantes, como Porto Alegre, Santa Maria e Rio de Janeiro, devido às normatizações e reorganização do exército brasileiro em tempos de paz.

2.6.3 As transformações nas estruturas de comunicação e transportes e os principais efeitos no município.

Até fins do século XIX, a comunicação e os transportes eram dependentes das condições físicas, notadamente dos cursos dos rios. Nesse sentido, explica-se a posição estratégica que Rio Pardo assumiu como entreposto comercial e militar no século XIX. O rio Jacuí, navegável até Porto Alegre, subsidiava os interesses da coroa lusa e posteriormente do Império Brasileiro, na medida em que por ele trafegavam mercadorias que aqui aportavam e, depois, por terra, eram transportadas e subsidiavam as novas frentes de povoamento que se projetavam em solo rio-grandense. As provisões ou mercadorias chegavam de Porto Alegre conforme aponta DREYS (1990, p. 70):

[...] O trânsito dos objetos importados efetua-se pelo Jacuí, por meio de canoas bastante grandes, e as vezes até maiores que alguns dos iates que navegam no Rio Grande e nas lagoas. As mesmas embarcações que levam os produtos carregam na volta os efeitos com os quais Rio Pardo paga uma parte de suas importações, figurando entre eles a erva mate [...].

Este meio de transporte subsidiou a praça comercial de Rio Pardo na primeira década do século XIX, tornando-a um entreposto comercial que refletiu na concentração populacional e nas construções requintadas, geralmente de dois andares que foram construídas para abrigar as várias casas comerciais que aqui despontavam. No entanto, esse franco desenvolvimento comercial sofre reveses antes mesmo da construção das ferrovias, iniciando um processo de decadência já na década de 1850, em função do surgimento de novos pólos de desenvolvimento econômico, notadamente as trilhas de comércio de muares estabelecidas nas Missões e a colônia de São Leopoldo, que abastecia Porto Alegre de gêneros variados. Este fato torna Rio Pardo, nesse momento, periferia do comércio, e não mais área de distribuição. Acrescente-se a este fato, o desenvolvimento tecnológico no período, com a criação do barco a vapor, fruto da Revolução Industrial européia, encurtando distâncias e tempo de deslocamento. Em sua passagem por Rio Pardo

em 1858 o médico alemão Avé-Lallemant(1980, p. 166) observa essa mudança ao afirmar que:

[...]O desenvolvimento da navegação, mormente a vapor, trouxe prejuízo a esse comércio de intermediários. Os proprietários de terras e os habitantes de lugarejos, que antes quase não podiam pensar em visitar a capital da Província, podiam agora descer o rio com facilidade e rapidez. Deixavam de lado Rio Pardo e iam a Porto Alegre, para fazerem lá as suas compras; seguiram-nos os negociantes, que estabeleceram o seu comércio em Porto Alegre, concorrendo para o desenvolvimento da cidade, enquanto Rio Pardo era abandonada.

O surgimento das ferrovias no final do século XIX, aliado à crescente utilização de barcos a vapor, provocou inúmeras modificações, em especial no que se refere à distribuição de população e na criação de novos núcleos de povoamento ao longo da ferrovia construída especialmente em Rio Pardo que naquele momento não era mais uma praça comercial de grande importância.

Subitamente, surgiram novas regiões de concentração, enquanto as regiões antigas, ou declinavam ou iniciavam um novo ciclo de crescimento. Rio Pardo se insere nesta perspectiva, sendo a ferrovia considerada mais um elemento de análise na sua estagnação e, contraditoriamente, um marco que possibilita a abertura de um novo movimento.

Conforme Corrêa (1989), o processo espacial é um produto do capitalismo. A cidade onde esses processos ocorrem, mesmo na fase pré-capitalista e mercantilista, já mantinha uma série de ligações envolvendo fluxos de capitais, mercadorias, pessoas e ideias com o mundo exterior a ela, as quais se ampliaram, qualitativa e quantitativamente, com a revolução industrial e ainda nos dias de hoje. Nessa ampliação, as ferrovias tiveram papel de destaque, pois passaram a ser o mais importante meio de transporte, a partir da segunda metade do século XIX, com a criação de numerosas empresas e linhas pelo capital privado, estimuladas e apoiadas pelo Estado brasileiro, levando algumas cidades a se desenvolverem por ter seu espaço servido por elas. Junto a esses terminais, localizavam-se as atividades voltadas à distribuição de mercadorias, como o comércio atacadista, depósitos, indústrias e serviços auxiliares, que criaram grande mercado de trabalho na área e proporcionaram a aglomeração populacional.

A construção de estradas de ferro no Brasil, remete à segunda metade do século XIX, principalmente após 1850, por força das transformações tecnológicas empreendidas pela Segunda Revolução Industrial Inglesa. As estradas de ferro apresentam-se como um novo modal de transporte, rápido, moderno sobre o qual

passaria a convergir parte do fluxo comercial interno do Brasil. No entanto devido às turbulências políticas e econômicas do Império brasileiro, o mesmo toma medidas, através de decretos para captar investimentos estrangeiros que bancassem a construção destas estradas.

As estradas de ferro no Rio Grande do Sul, vieram a substituir o transporte de produtos coloniais que eram escoados através dos rios. Através de investimentos britânicos foi criada a primeira malha ferroviária na região do Vale do Rio dos Sinos, visando a dinamização do comércio da área colonial alemã com a capital Porto Alegre. Segundo CARDOSO; ZAMIN (2002, p. 19):

Em abril de 1874 foi inaugurada a primeira seção da estrada compreendida entre a capital e São Leopoldo, com extensão de 33.756 metros. Era a primeira ferrovia do Rio Grande do Sul. Sua construção estimulou a produção da zona colonial alemã que foi acompanhada pela multiplicação de núcleos urbanos e pela própria expansão da estrada [...].

A partir daí prolifera-se uma rede de estradas de ferro na Província arrendada a empresas estrangeiras, notadamente de capital belga e britânico. A chegada da ferrovia a Rio Pardo dá-se em 1885, em consequência da construção do principal e maior eixo ferroviário do Estado, a estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana. Na passagem dos trilhos do trem por Rio Pardo, são criadas duas estações: uma nas margens do núcleo principal original da cidade e outra em Ramiz Galvão, área notadamente ocupada por chácaras esparsas, distante no núcleo urbano original.

A passagem da ferrovia por Rio Pardo, é um movimento interessante e contraditório. A ferrovia esvazia a função do rio Jacuí que já não possuía um efetivo movimento de cargas como aquele relatado na primeira década do século XIX. Esta por sua vez, contraditoriamente, possibilitou um novo ciclo econômico no entorno da estação de Ramiz Galvão, fazendo com que ocorresse ali o crescimento de um núcleo populacional. Esta porção do espaço de Rio Pardo era, segundo IC09, “um local afastado do núcleo urbano original, sendo constituída de pequenos sítios que serviam de área de lazer aos mais abastados da cidade”. A presença da estação férrea criará um novo eixo urbano que progressivamente vai promover a conurbação entre o núcleo original mais antigo, no caso os arredores da rua Andrade Neves ao atual bairro de Ramiz Galvão. Este novo eixo agregará funções comerciais e culturais no entorno da central ferroviária, concentrando o fluxo de população que se agrega junto às inúmeras possibilidades de emprego geradas pela ferrovia. As

famílias de ferroviários passam a contar com clube próprio, cinema e colégio privado para a educação de seus filhos, este dirigido por uma irmandade religiosa.

No século XX as ferrovias são encampadas pelo governo do estado criando, em 1920, a Viação Férrea do Estado do Rio Grande do Sul, que investe e amplia a rede em todo o Estado. Posteriormente no governo do presidente Juscelino Kubitschek, esta malha é revertida ao governo federal que cria a Estatal RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A).

É importante salientar ainda as transformações econômicas sofridas pelo Brasil a partir de 1950, quando este ingressa na era urbano-industrial. Como reflexo deste processo de desenvolvimento industrial acelerado, desenvolvido a partir do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, era necessária a montagem de uma infra-estrutura para o seu desenvolvimento e deu-se ênfase a indústria automobilística como o carro chefe da política industrialista de JK. Esta política, estimula o paulatino desenvolvimento das rodovias que passam a ser as principais vias de escoamento de produção no país. Esta política tem seus efeitos sobre Rio Pardo. Segundo o entrevistado, IC02:

O engrandecimento do Rio Grande do Sul, foi a sangria de Rio Pardo. Com a construção da BR 290, Rio Pardo é isolada pela rodovia que passa a cerca de 30 km do núcleo urbano e junto a esta rodovia surge Pantano Grande que posteriormente crescerá e levará consigo outra porção territorial de nosso município.

A opção pelas rodovias marginalizou o transporte fluvial e ferroviário no Rio Grande do Sul, refletindo sobre Rio Pardo, onde estes meios foram responsáveis pelo desenvolvimento econômico e fixação de habitantes. Ao perderem sua função de transporte de pessoas e mercadorias, estes passaram a ser marcas de um passado. Os terminais ferroviários foram abandonados após a privatização da malha ferroviária nos anos 1990, tendo sua estrutura física e patrimonial alterada em face ao abandono e vandalismo que passaram a ser acometidos. Em relação ao porto, este assumiu uma função de comércio de areia, organizado por empresas mineradoras que do rio Jacuí retiram esses sedimentos, através de dragas.

Por iniciativa do governo municipal, a estação férrea central foi restaurada, no ano de 2008, abrigando hoje a Secretaria do Turismo, que mantém a arquitetura original das primeiras estações férreas do Estado(figura 15).



Figura 15: Estação férrea central de Rio Pardo- Sede da atual Secretaria de Turismo do município.

Fonte: Trabalho de campo 2009
Fotografia de Fernando Mealho

No que se refere ao terminal de Ramiz Galvão, existe por parte da comunidade que reside em seu entorno, um projeto de revitalização daquela estação, prevendo a criação de um museu dedicado à história deste marco que foi a ferrovia. Atualmente existe um terminal de embarque de carvão mineral em funcionamento na estação de Ramiz Galvão, que escoar parte da produção da empresa Copelmi do município de Butiá.(figura 16)



Figura 16: Terminal Ferroviário de Ramiz Galvão(Rio Pardo, RS)

Fonte: Trabalho de campo 2009
Fotografia de Fernando Mealho

É importante salientar que a linha férrea interliga Rio Pardo a diversos pontos do Estado, seja a fronteira, a capital ou o porto de Rio Grande. A utilização desta estrutura, poderá atrair para um futuro próximo, novos investimentos na área

de logística, aproveitando da ligação ou combinação com a rodovia e a hidrovia, inserido o município num eixo de centralidade. Porém, é importante destacar que a convivência entre esta nova função e a antiga, desencadearão conflito entre o que representa a exploração econômica do carvão, e a identidade cultural marcada pela rugosidade que representa a Estação.

2.6.4 A emergência da industrialização e a manutenção da base primária.

O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao processo colonial, visto que não dispunha de algo que interessasse comercialmente à coroa portuguesa que, num primeiro momento, se assentava sob as bases agrícolas do Nordeste brasileiro. A integração do Rio Grande do Sul no antigo sistema colonial dar-se-á como economia subsidiária ao ciclo do ouro, em desenvolvimento na região das Minas Gerais, através da pecuária que, neste momento fornecia, através das tropeiradas, animais para corte e mulas para o transporte dos metais. Conforme Pesavento (1985, p.15):

Ao redor da terceira década do século XVIII, teve início o processo de distribuição de sesmarias, definindo-se a posse da terra e do gado, com o estabelecimento de estâncias. A Coroa distribuiu terras aos tropeiros que se sedentarizavam ou aos militares que davam baixa e se afazendavam.

As estâncias baseadas na criação extensiva marcariam a gênese tradicional da economia gaúcha que se assentou sob o Pampa e que influenciou o modelo de economia sob o qual Rio Pardo se estruturou, na medida em que muitos dos militares que combateram a partir do forte Jesus, Maria e José, tornaram-se estancieiros nesta porção do espaço. Nesse contexto, com a introdução dos açorianos que vieram subsidiar a ocupação militar de Rio Pardo e da fronteira em litígio, insere-se a agricultura, com o desenvolvimento da cultura do trigo, que se destacou até por volta de 1814, quando entrou em processo de decadência por fatores já apontados anteriormente.

Com a crise do trigo, conforme Pesavento (1985), inicia-se o processo de mercantilização da pecuária, que passa a ser uma alternativa lucrativa para que aqueles açorianos que conseguiram algum acúmulo de capital, pudessem, neste

ínterim, aderir à pecuária, que se alastraria como atividade principal da província em função do desenvolvimento da Indústria do charque.

Esse quadro permanece até por volta de 1872, quando passa por profundas mudanças oriundas do processo imigratório. A imigração mostrou-se benéfica para o desenvolvimento socioeconômico do estado, porque, através dela, foi povoado parte do território do Rio Grande do Sul bem como diversificou-se a produção, com a inserção de outras culturas agrícolas baseadas em pequenas propriedades e na pequena indústria que emergia. A partir da imigração, o Rio Grande do Sul teve dois modelos antagônicos de desenvolvimento que marcariam as disparidades entre as porções norte e sul do Estado, sendo que Rio Pardo se insere nesta última.

Mantendo-se nesta base econômica, Rio Pardo perde dinamismo econômico do passado, enquanto Porto Alegre, outra grande praça comercial, adere à industrialização em vista da proximidade com as regiões de colônias e por apresentar estrutura estatal, como capital da província.

Apesar de apresentar uma característica essencialmente pastoril, a agricultura aparece como segunda atividade econômica no período, com o desenvolvimento do arroz, que se adapta bem à depressão central ao redor do Jacuí. Em geral as duas atividades eram carentes de técnicas de produção mais eficientes e de maior produtividade. Apesar de haver o consenso de que não havia formas de produção modernas no campo, por parte dos produtores rurais de Rio Pardo, percebem-se no início do século XX, iniciativas voltadas ao empreendedorismo e à modernização, como a utilização de máquinas agrícolas, técnicas de irrigação inseridas nas terras de Frederico Ernesto Wunderlich⁸. De acordo com IC02:

“Por sua iniciativa houve a criação da primeira cooperativa agrícola em Rio Pardo, com o intuito de fortalecer a categoria dos produtores, protegendo seu principal produto e beneficiando o mesmo em períodos de crise como os que o país e Rio Pardo enfrentaram com o período entre Guerras”.

A figura 17 ilustra esse momento em Rio Pardo.

⁸ Frederico Ernesto Wunderlich, imigrante alemão, instalou-se em Rio Pardo em 1904, e foi responsável pela criação do primeiro engenho de beneficiamento de arroz, e a instalação da primeira central elétrica do município em 1910, a partir de uma licitação ao entendente do período coronel José Antonio Pereira Rego

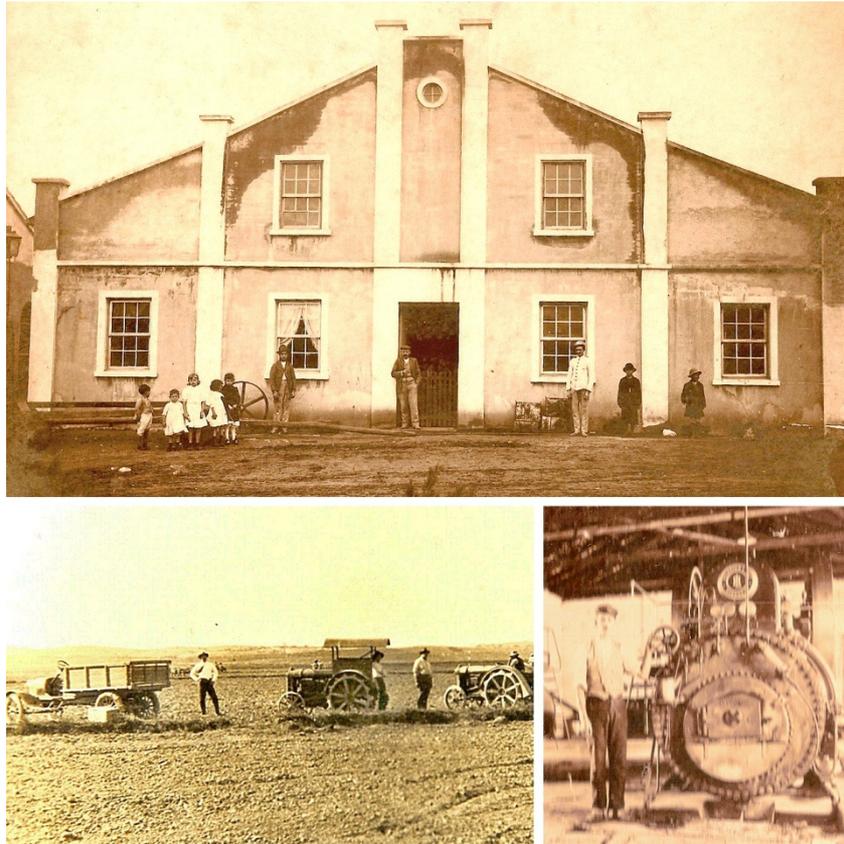


Figura17: Primeiro engenho de arroz no município de Rio Pardo
Inovações tecnológicas no início do século XX nas lavouras de Rio Pardo
Fonte: Acervo particular José Ernesto Wunderlich

No período entre guerras, houve uma retração no consumo de carne e de arroz, além de uma queda generalizada dos preços no mercado, semelhante aos efeitos da recessão sentida pelo Brasil na década de 1930. Este período histórico foi uma marca negativa ao município, na medida em que a base econômica de Rio Pardo era a criação de gado e o arroz. Num estado de tradição agrícola, como o Rio Grande do Sul surgem, neste período, as cooperativas ligadas a produção agrícola.

Em Rio Pardo, em virtude de apresentar um dos maiores rebanhos bovinos e ovinos do estado, surge a Cooperativa Pastoril Rio Pardo Ltda em 4 de outubro de 1941, seguindo uma tendência vista no estado a partir da década de 1930. A Cooperativa passa a abater e industrializar a carne, agregando valor ao produto *in natura* e gerando em torno de 300 postos de trabalho, concentrados no bairro Bom Fim, de onde eram oriundos a maioria dos funcionários que trabalhavam no abate e processamento. Esta cooperativa atravessou o século XX alternando períodos de pleno desenvolvimento e de crise, como as sentidas mais recentemente

(período 2007-2008), quando os abates foram quase suspensos, e retomados em número bem inferior ao conhecido até a década de 1970.

No setor orizícola, foi instalada, em 21 de janeiro de 1950, a Cooperativa Agrícola Rio Pardo Limitada(Cooparroz), hoje uma das empresas que mais arrecada ICMS no município. Em seus estatutos, percebe-se a força do cooperativismo como forma de manutenção econômica de uma classe e a defesa dos interesses comuns em torno da principal cultura agrícola do município, até então, congregando a classe orizicultora de Rio Pardo naquele momento. Segundo o entrevistado IRI(04):

Não houve um acomodamento por parte dos proprietários rurais, haja vista que uma cooperativa pastoril foi fundada aqui nos anos de 1950. Aquilo representou uma grande união dos pecuaristas na busca por agregar valores aqui. A própria cooperativa agrícola foi reflexo de uma outra classe os produtores de arroz.Eu vi nestes dois exemplos uma visão de futuro. Mas a crise se abateu sobre o setor agrícola em geral nos anos 80, levando a cooperativa pastoril a uma situação de penúria.

Nesse período, a cidade de Rio Pardo sofreu um processo de urbanização que acompanhava a tendência nacional e de mecanização da lavoura, liberando mão de obra que se aglomerava na cidade. Não apresentando um desenvolvimento industrial e um comércio (que deixou de ser forte), boa parte dessa população acabou migrando em busca de oportunidades em centros maiores. Rio Pardo não oferecia condições de fixação para a população residente, ao contrário de outros centros que emergiram industrialmente, como Porto Alegre e as antigas zonas coloniais alemã e italiana. Pode-se afirmar que este quadro de estagnação econômica, que se torna mais acentuado na primeira década do século XX, tem relação com a conjuntura política e econômica que se entrelaça com os demais marcos de estagnação abordados anteriormente. Cabe ressaltar um outro elemento significativo, o qual foi aferido a partir das entrevistas realizadas para subsidiar o estudo aqui apresentado, relativo a questões subjacentes às decisões da classe dominante do período. Segundo o entrevistado IC04:

Faltou nos proprietários vontade de mudar, queriam que Rio Pardo permanecesse uma cidade pacata, onde eles no final de semana vinham para descansar, não querendo barulho ou movimentação. Os proprietários não inovavam, visto que muitos deles eram os donos do poder político. A vida continuava pacata, o emprego foi reduzindo, o campo foi esvaziando, começaram a surgir as vilas e aglomerados na cidade. As pequenas propriedades foram vendidas e as pessoas vinham para a cidade e não encontraram emprego.

O entrevistado IRI07 compartilha da mesma idéia ao afirmar que:

O fazendeiro em geral, recebia as terras e não educavam os filhos para cuidar das terras, enviando os filhos para Pelotas, Porto Alegre e Buenos Aires. Na realidade o boi e a vaca é que produziam, de forma natural, e aquele resultado era usado para manter o estancieiro e os filhos que estavam longe daqui. Não houve nunca aquele interesse em trabalhar para que aqui se desenvolvesse a cidade

A tradição das oligarquias(figura 18) foi algo marcante na organização social, econômica e política de Rio Pardo, o que fica evidente nos referidos depoimentos. Parece, a julgar pelos mesmos, que a industrialização ou a modernização que viesse de forma externa à sociedade rio-pardense seria nociva aos interesses políticos que aqui imperavam, visto que a prefeitura e a câmara de vereadores eram dominados naquele período por representantes dessas oligarquias. Nesse sentido o entrevistado IC09, exemplifica esta linha de raciocínio afirmando que:

Minha mãe conta que um parente dela foi prefeito de Rio Pardo e no seu período de governo ocorreram tratativas para que a primeira indústria de tabaco de origem britânica (hoje Souza Cruz), aqui se instalasse, pois se interessava pela posição geográfica do município em função da linha férrea. Este prefeito recebeu muita pressão da classe política do período, fechando as portas ao investimento na medida que o mesmo traria problemas ambientais, violência e inflacionaria o mercado de trabalho.

Poder-se-ia dizer a partir dos relatos das entrevistas que numa sociedade marcadamente conservadora e oligárquica, como Rio Pardo se caracterizou no período essa reflexão é pertinente, se for levado em conta que um elemento externo como uma empresa transnacional, geraria renda, emprego, polarizaria questões sociais, criando uma situação de confronto político, na medida que representaria um elo de prosperidade com a população local, retirando a característica de poder político.



Figura 18: A força das oligarquias (Associação Rural em 1943)
 Fonte: Acervo particular José Ernesto Wunderlich

A estrutura urbana da cidade até a década de 1950 mantinha as características notadamente coloniais, tendo como eixos de comércio e centralização política a Rua Andrade Neves e João Pessoa, que concentravam a maioria das casas comerciais, que no século XIX se estruturavam a partir do entorno da Igreja Matriz e do primitivo forte militar. A Rua João Pessoa tornava-se um eixo de ligação entre a estação férrea central e a rodoviária, por onde um grande fluxo de pessoas e mercadorias passavam. A arquitetura da cidade mantém-se nos padrões coloniais iniciais, em geral, prédios assobradados como os observados nas figuras 19 e 20.



Figura 19: Aspecto da rua Andrade Neves, principal artéria da cidade na década de 1920.
Fonte: Acervo particular José Ernesto Wunderlich



Figura 20: Rua Andrade Neves em 1950.
Fonte: Acervo Particular José Ernesto Wunderlich

Passadas as crises das duas Guerras Mundiais, ocorre um reaquecimento da economia da cidade após 1950, em função das lavouras de arroz e fumo. Esta última cultura agrícola aparece como um novo elemento polarizador de renda e trabalho, subsidiando as indústrias fumageiras que se instalam em Santa Cruz do Sul. Outro fator econômico que se destaca no período, é a extração de pedra calcárea, concentrada no distrito de Capivarita e Pântano Grande. O núcleo de Pantano Grande, então distrito de Rio Pardo surgido às margens da BR 290, passou a assumir atividades de beneficiamento de boa parte deste minério. Posteriormente, Pantano Grande se emanciparia de Rio Pardo, em 1986.

Neste período salientam-se algumas tendências na organização espacial de Rio Pardo: o fortalecimento da industrialização primária (frigorífico e cooperativa), o êxodo rural, o arroz e o fumo como principais culturas agrícolas, o aumento populacional e a descaracterização típica da arquitetura colonial, que não é restrita a Rio Pardo, mas ocorre em todo o território nacional, que passa por transformações na sua estrutura produtiva, agora notadamente urbano-industrial. A paisagem urbana progressivamente muda, ocorrendo uma descaracterização que pode ser relacionada ao processo de estagnação que a cidade sofre. Muitos casarios e prédios históricos são destruídos, porque a população é tomada por um sentimento público de desvalorização do passado, sendo assim, creem que o sinal de progresso é a derrubada das construções antigas e o erguimento de novas. O abandono e a degradação são visíveis revelando, no seio da sociedade rio-pardense uma negação do passado. “Em geral os gestores públicos que se sucederam achavam que o patrimônio histórico atrasava a cidade”, esclarece IC09. Este cenário só teria estancado, na década de 1980, em função da Constituição de 1988, que impôs a obrigatoriedade de zelo pelo patrimônio arquitetônico, como testemunha de um processo histórico pelo qual as sociedades passam.

No que se refere ao incremento populacional, este é constante até a década de 1970 (fig 21) quando se inicia um lento e progressivo decréscimo populacional, em decorrência de diferentes causas que se conjugam como a crise econômica dos anos 1980 que se abate sobre o campo e atinge a estrutura produtiva de Rio Pardo, a intensa migração de rio-pardenses que, em busca de estudo e melhores condições vida, rumam para centros maiores e as emancipações políticas de Pântano Grande em 1986 e Passo do Sobrado em 1992.

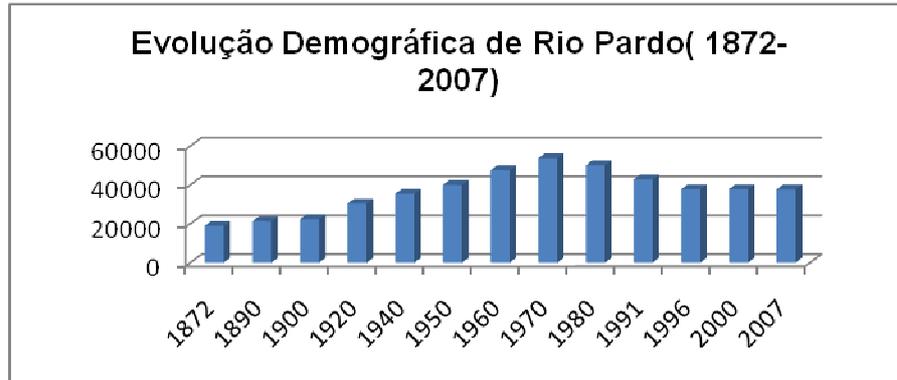


Figura 21: Evolução Demográfica de Rio Pardo(1872-2007)

Fonte: FEE- Relatório Estatístico(1981 e 2007)

A estrutura fundiária muda, com efeito das crises econômicas que se abateram sobre o campo no final dos anos de 1970 e 1980 e da multiplicação das famílias, que gerou a fragmentação das propriedades, desdobrando-se em pequenas e médias propriedades, que predominam no município de Rio Pardo, o que é muito diferente da estrutura original sobre a qual Rio Pardo se assentou. O entrevistado IRI 04 afirma que

Hoje a estrutura fundiária do município é muito diferente da original centrada em grandes estâncias. Encontramos cerca de 10 mil propriedades rurais num município com 200 mil hectares, onde a área média encontra-se em 20 hectares.

Os dados dos censos agropecuários realizados pelo IBGE em 1970, 1985 e 1995, reforçam esta constatação(figura 22)

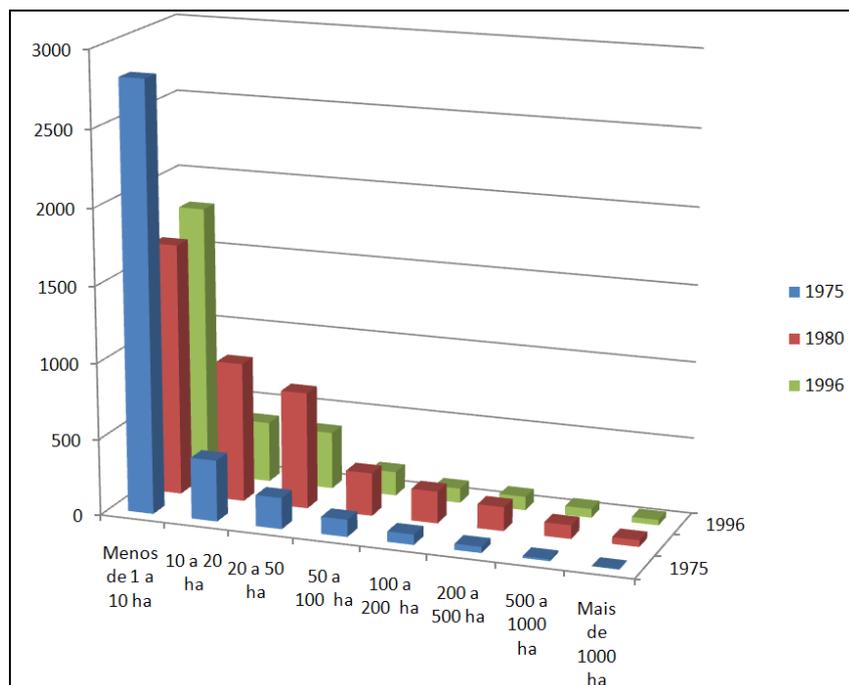


Figura 22: Estrutura Fundiária de Rio Pardo
Fonte: WWW.sidra.ibge.gov/dba/pesquisas

Contudo com o que foi abordado até aqui, compreende-se que o espaço de Rio Pardo é resultado de um movimento dialético e contraditório, desencadeado por uma série de fatores de ordem política, econômica, social e cultural que se interrelacionam no período de análise demonstrando que o município de Rio Pardo mantém-se como centro de importância econômica e política até meados da década de 1870. A partir deste período quando ingressa num processo progressivo de estagnação econômica, perdendo influência, população e espaço territorial em relação a outros municípios do estado. Tais mudanças decorrem de processos mais amplos, que se operam na estrutura econômica e política do Brasil no final do século XIX. Progressivamente outras regiões do estado do Rio Grande do Sul crescem e passam a comandar a estrutura econômica gaúcha, que ingressa na industrialização, enquanto Rio Pardo permanece atrelada às bases da agropecuária e a um pequeno comércio que não agregam possibilidades de fixação da população que sai do campo e da cidade em busca de centros maiores e mais promissores. Mesmo com as características na organização do espaço, fortemente ligadas às antigas funções e ao poder oligárquico rural, é importante destacar, que o município com o tempo constuiu alternativas econômicas adaptando o espaço/ tempo de Rio Pardo às novas dinâmicas econômicas. Neste contexto cabe lembrar que o conceito de desenvolvimento pode ser relativo, a medida que sejam valorizada o desenvolvimento endógeno, que têm uma grande força na importância e consciência cultural.

3. TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO. (1990-2007)

A década de 1990 é marcada pela emergência de uma nova ordem mundial, construída a partir da reestruturação do sistema capitalista após a queda do socialismo real. Um novo momento marcado pela revolução das tecnologias e modernização dos meios de transportes e comunicações que desencadeariam inúmeras mudanças sobre a estrutura econômica, política e social do país e do estado, repercutindo sobre a organização produtiva de Rio Pardo, que ingressa nesse período centrando sua base econômica no setor primário. Neste período, o município de Rio Pardo, busca uma reorientação de sua trajetória econômica que desencadeasse mudanças significativas capazes de atrair investimentos e desenvolvimento através da combinação conjunta de diferentes atores, como empresas privadas, poder público e instituições não governamentais, que se articulam no espaço a partir dos anos de 1990.

3.1 Nova ordem mundial e os impactos sobre a economia gaúcha

Assistiu-se nas duas últimas décadas do século passado, em especial os anos 1990, intensas transformações de ordem econômica, política e social, conseqüências da nova ordem mundial, com reflexos diretos e diferenciados nas mais diversas regiões do globo, resultantes da intensa interdependência estabelecida entre os diferentes povos do planeta, o que denomina-se Globalização. Dentro deste contexto, o Brasil vem incorporando os efeitos da reestruturação internacional em sua dinâmica econômica desde o final da década de 1970, quando se intensifica a Terceira Revolução Industrial. Durante este período, o país passou a incorporar a retórica neoliberal, gestada pelos países centrais, principalmente os EUA e a Inglaterra. Tais formulações, de certa forma dogmáticas, passaram a fazer parte do cotidiano brasileiro, em especial ao longo da década de 1990, tendo representado um papel central na política econômica de Estado brasileiro e sendo imediatamente repassadas às demais unidades da federação, que procuraram desta

forma inserir um discurso desenvolvimentista e modernizador adaptando políticas de ajustes fiscais e captação de investimentos produtivos externos.

A porção Sul⁹ do estado do Rio Grande do Sul na qual Rio Pardo está inserida, manteve, ao longo da sua história, uma estrutura produtiva pouco especializada, no passado, carne bovina, lã e trigo. Nos últimos 60 anos, estruturou-se, predominantemente, com base em duas cadeias produtivas: a do arroz, que, de certa forma, substituiu a da lã; e a da bovinocultura, ambas responsáveis pela geração de grande parte da renda da agropecuária regional e rio-pardense. Essas atividades oscilaram quanto ao rendimento, produtividade e rentabilidade, frente aos impactos da nova ordem mundial e das políticas de estabilização postas em prática no limiar da década de 1990. Essa configuração econômica tradicional contrasta com o maior dinamismo econômico, notadamente observado na porção Norte do estado. Isso demonstra fortes disparidades dentro do Estado do Rio Grande do Sul, suscitando inúmeros debates e propostas de caráter desenvolvimentista, com intuito de inserir na porção Sul novas dinâmicas econômicas, notadamente no que se refere à fixação do homem à terra e a inserção de novas tecnologias produtivas na agropecuária, e cadeias produtivas que possam alavancar um maior desenvolvimento.

A porção Sul do estado do Rio Grande do Sul busca, nesta lógica global, adequar-se às transformações e adotar um modelo de desenvolvimento que reorienta os rumos da economia que, nesta porção, tradicionalmente foram assentados sobre a agropecuária. Nesse sentido, visualiza-se um novo momento econômico no Rio Grande do Sul, onde as políticas públicas estaduais, que através da criação dos COREDES¹⁰, incentiva uma reorientação espacial, buscando incentivar o surgimento de novas possibilidades econômicas, das quais, podemos destacar o incentivo à substituição do fumo por culturas como a soja, mamona e girassol, que encontram espaço num período em que se buscam fontes de energia renováveis no planeta e os investimentos de

⁹ Mesorregião da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, segundo o Programa de Sustentabilidade de espaços sub-regionais(PROMESO), corresponde a uma área de cerca de 154.099 km², constituída de 105 municípios que caracterizam-se pela atividade primária, notadamente a pecuária de corte.

¹⁰ Conselhos Regionais de Desenvolvimento, como instâncias administrativas descentralizadas.

grandes transnacionais como o Grupo Votorantin¹¹, a Stora Enzo Brasil (SEB) e Aracruz Celulose S.A., em projetos de silvicultura de eucaliptos em substituição às lavouras e à pecuária tradicionais.

Neste contexto de transformações significativas na estrutura produtiva de Rio Pardo, com destaque no agronegócio, que a partir das novas tecnologias busca um aumento da produtividade e dos mercados. Além disso, devido a posição geográfica favorável e por conter em seu espaço elementos técnicos (infra-estrutura de transportes, boa localização geográfica frente ao escoamento de produção) colocaram o município na rota de investimentos da transnacional Aracruz Celulose. Acrescente-se a tendência seguida pelo poder público municipal que, através de uma política de incentivos fiscais, tem atraído investimentos produtivos, relacionados ao beneficiamento dos tradicionais produtos primários, viabilizando, desta forma, novas dinâmicas na estrutura econômica do município, gerando novos empregos e renda e, em função disso, acarretando transformações que podem ser percebidas na estrutura econômica, urbana, política e cultural do município de Rio Pardo.

3.2. Novas dinâmicas na estrutura produtiva do município de Rio Pardo (1990-2007)

A década de 1990, é marcada, em Rio Pardo, pelo fim das perdas territoriais iniciadas no século XIX. As últimas emancipações são Passo do Sobrado, em 1992 e a anexação a Santa Cruz do Sul de uma porção ao norte do município de Rio pardo, denominada de São José da Reserva. Esta última, em função das características culturais (colonização alemã) e da estrutura produtiva semelhante a Santa Cruz do Sul (pequenas propriedades familiares produtoras de fumo) e pela proximidade geográfica e dependência quanto aos serviços públicos básicos (comércio, rede bancária, tabelionatos, fórum, entre outros), realiza um plebiscito em que a população distrital decide pela anexação a Santa Cruz do Sul.

No que se refere a economia, a cidade ingressa na década de 1990, com a mesma base, centrada na produção primária, destacando os cultivos de arroz, fumo,

¹¹ Grupo Votorantin S.A., é uma empresa de capital nacional, que concentra sua atuação nos setores de base da economia, como cimento, mineração, metalurgia, siderurgia, papel e celulose e suco de laranja. O grupo desenvolve operações próprias em 100 municípios brasileiros e em oito países.

milho e soja. A pecuária permanece como atividade econômica importante, em função dos rebanhos consideráveis que o município apresenta, destacando-se notadamente o rebanho bovino conforme a tabela a seguir (tabela 3). Segundo dados da Fundação Estadual de Economia e Estatística no período de 1990 a 1999, as principais culturas agrícolas tiveram, em geral, diminuição da área plantada, bem como na média de quilogramas por hectare, a exceção do arroz que, apesar da queda observada na tabela 23, mantém a produtividade média em torno de 4.500 kg por hectare, atingindo em 1997 o maior índice. Isto refere-se, em parte, ao incremento de tecnologia, aos financiamentos públicos e às intempéries climáticas que no período foram marcantes.

Tabela 3: Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho

Efetivo dos rebanhos (Cabeças) - Ano = 2007		
	Tipo de rebanho	
Rio Grande do Sul	Bovino	13.516.426
	Equino	449.955
	Bubalino	71.724
	Asinino	1.493
	Muar	4.393
	Suíno	5.197.008
	Caprino	88.771
	Ovino	3.830.061
Rio Pardo,RS	Bovino	93.497
	Equino	-
	Bubalino	2.022
	Asinino	-
	Muar	-
	Suíno	8.206
	Caprino	445
	Ovino	14.079

Fonte: WWW.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas

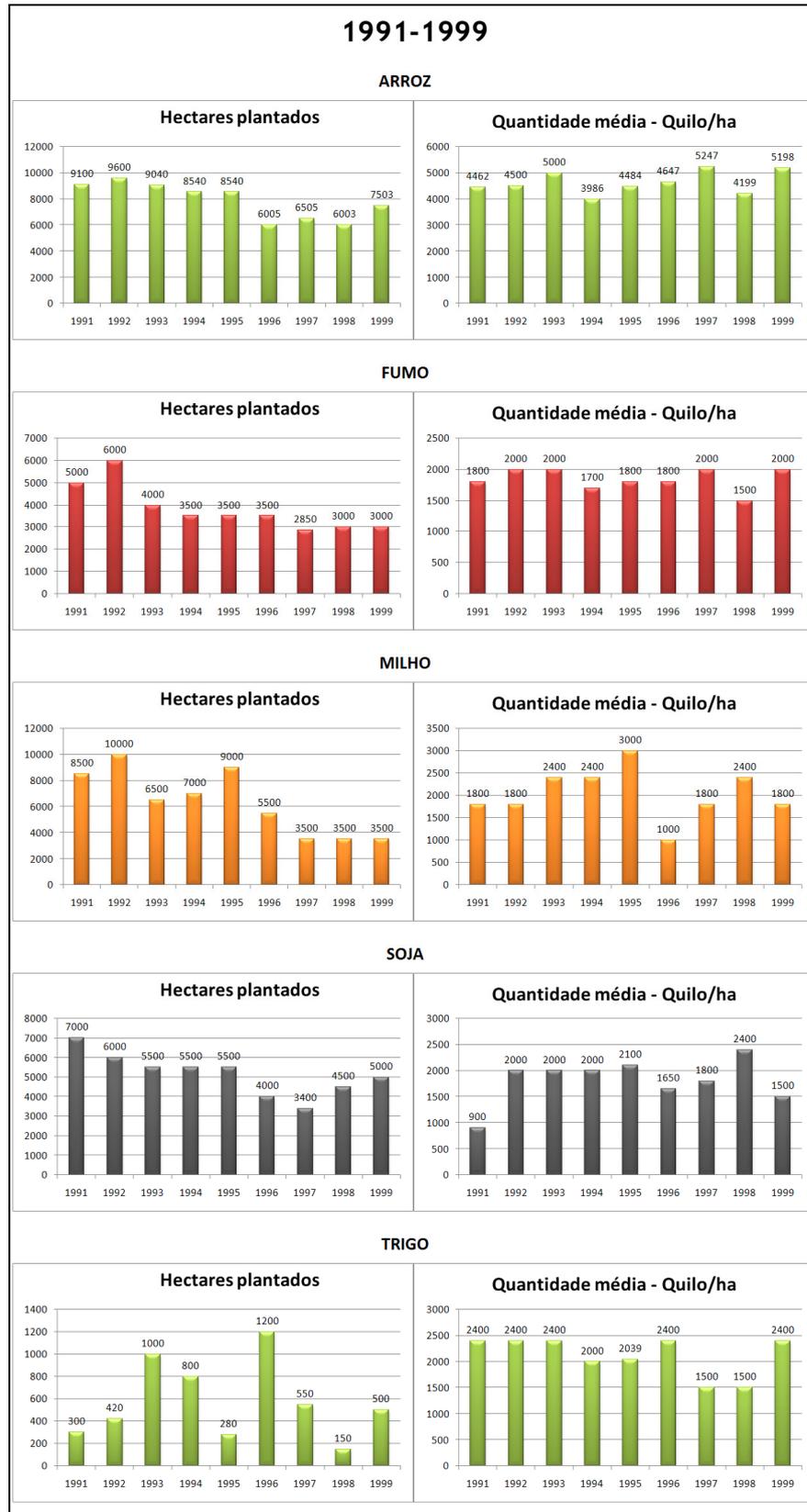


Figura23: Principais culturas agrícolas do Município de Rio Pardo(1990-1999)
 Fonte: FEE Relatório estatístico anual(2007)

Observa-se que as novas tecnologias produtivas, em função da modernização capitalista, são incorporadas pelos proprietários rurais de Rio Pardo, visando à melhoria da produtividade, ampliação de renda e exportação. Em razão da predominância dessas atividades produtivas e do baixo volume industrial, resta à população duas saídas: ocupar-se nas atividades comerciais que o núcleo urbano oferece, ou migrar em direção a centros maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho e aprimoramento acadêmico, tais como Santa Cruz do Sul (pólo fumageiro) ou à região metropolitana de Porto Alegre.

Neste período um novo fato vem acrescentar prejuízos ao desenvolvimento do município: a queda da ponte sobre o rio Jacuí, em 1990. Um barco graneleiro(fig.24) derruba os pilares centrais da ponte, que permite a ligação da BR 471 à BR 290, como eixo de escoamento da produção e circulação do município de Rio Pardo e região dos Vales. Em função da morosidade dos órgãos públicos, a ligação da cidade com este eixo, passa a ser feita, durante dois anos, por barcas que passam a operar nas margens do rio Jacuí, trasladando pessoas, mercadorias e serviços. Este evento acaba por fechar muitos postos de trabalho, dificultando investimentos produtivos no município em face da morosidade do transporte e das dificuldades da travessia, que se acentuam em dias de chuva ou enchentes. O restabelecimento da ligação rodoviária ocorre em 1992 com a reconstrução do vão central

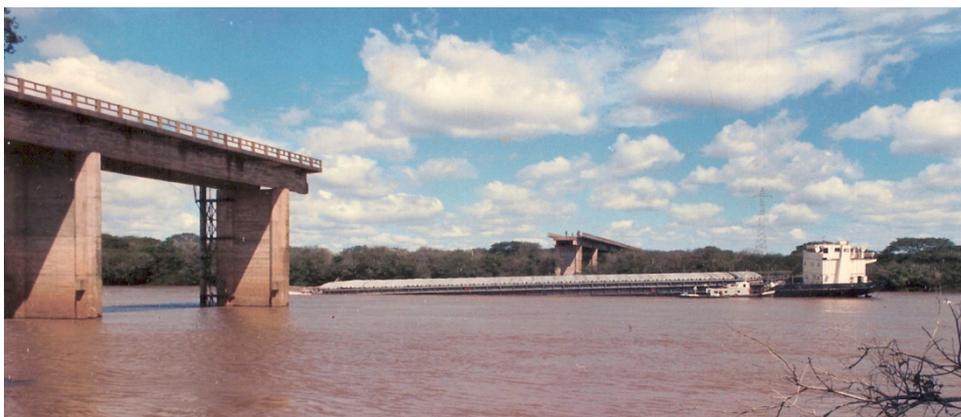


Figura 24: Queda da Ponte. Barco Graneleiro Alazão. 23/09/1990
Fonte: Acervo Particular Fernando Mealho

3.2.1 O papel das políticas públicas nas transformações espaciais

O processo de formação espacial da porção Sul do estado do Rio Grande do Sul, sob o qual se insere Rio Pardo, como já foi dito, apresenta um perfil limitado, pelo fato de que os produtos da agropecuária, além de pertencerem a uma pequena gama de variedade, como a carne bovina, a lã, o arroz, o trigo, a soja, acarretam um limite ao crescimento econômico, na medida em que não agregam serviços e capital, visto que boa parte da produção é beneficiada em outras empresas, situadas fora do município. Outro fato que torna este perfil limitante é a sua perspectiva de inserção no mercado global. Em geral, as culturas dominantes em Rio Pardo, têm como destino o mercado interno: arroz, milho, trigo e fumo. No caso do fumo, este tem a sua totalidade beneficiada pelas transnacionais em Santa Cruz do Sul, onde grande parte do produto se destina ao mercado externo.

Uma transformação significativa na agricultura gaúcha e que acaba repercutindo em Rio Pardo, é a expansão da lavoura da soja em função das novas tecnologias oriundas da Revolução da Biotecnologia. Esta cultura, teve seu período de consolidação paralelo à expansão do Sistema Nacional de Crédito Rural e órgãos de pesquisa e extensão, sendo sensíveis também os efeitos da inflação dos anos 1980, aliados a uma decisão do governo de redução dos subsídios na forma de crédito rural. O produtor passou a experimentar alternativas e mesmo elevar a eficiência da produção com seus próprios recursos, devido à retração da presença do Estado no processo produtivo. A realidade age diretamente na mentalidade do produtor, estando atualmente numa busca incessante por ganhos de produtividade, aliados a uma redução nos custos, seja com mão-de-obra ou até mesmo com insumos químicos.

Em função disso, os produtores de soja procura dar continuidade ao processo de modernização da agricultura no início dos anos 2000, por sua própria conta e meios, ao semear no campo sementes geneticamente modificadas, que passam a agregar às lavouras maior produtividade e capitalização. Este fato, abre espaço para inúmeras e duras críticas sobre os benefícios dessa tecnologia, porém, defesas entusiasmadas da novidade por parte dos grandes produtores e das transnacionais, que injetaram volumosos investimentos na pesquisa científica para o desenvolvimento destas sementes. Aliado a esta visão de empreendedorismo nas

propriedades rurais, a soja expande-se de forma substancial em função de um aumento da demanda pelo produto, principalmente externa, ocorrendo no volume colhido em todo o estado do Rio Grande do Sul. Este novo movimento no campo é observado na estrutura produtiva de Rio Pardo, onde se percebe uma grande expansão da soja em diversas unidades de exploração rural, fator este que poder ser visualizado na figura abaixo.

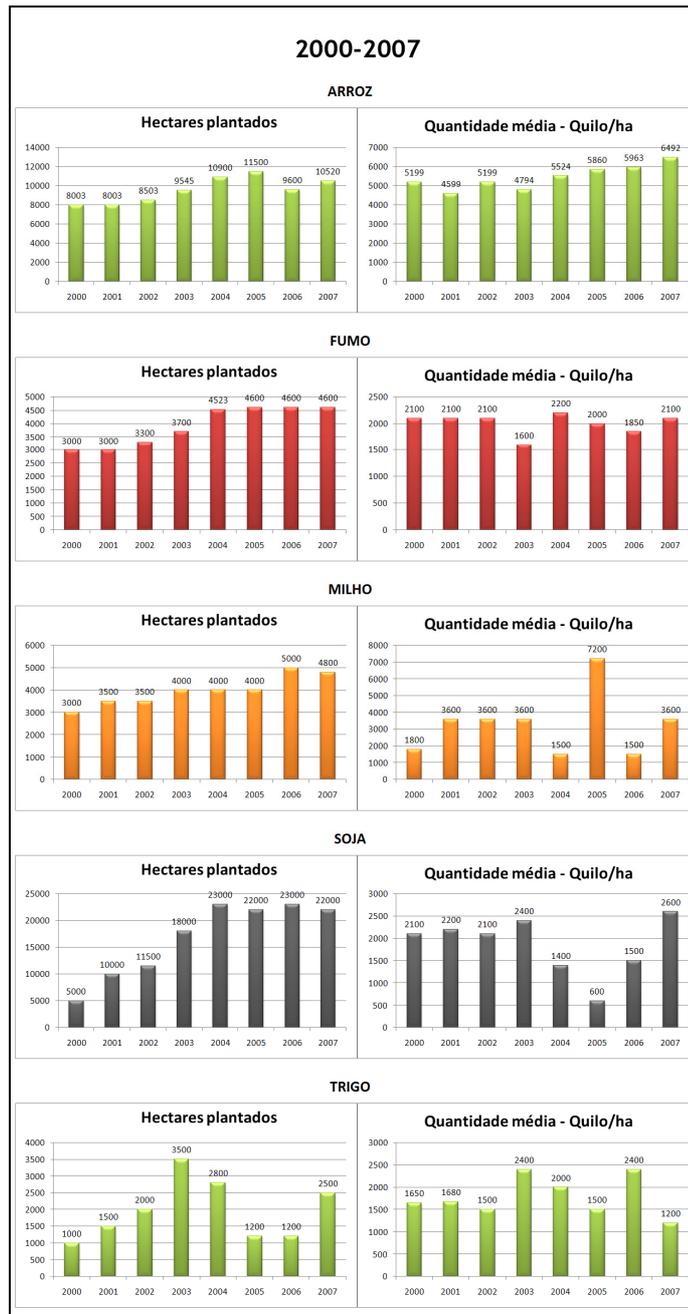


Figura 25: Principais culturas agrícolas do município de Rio Pardo (2000-2007)
 Fonte: FEE. Relatório estatístico anual (2007)

Observa-se um grande crescimento da cultura da soja no município, que se sobrepõe ao fumo e milho, os quais tiveram seu volume de produção bem como a área plantada reduzidos. A soja se sobrepõe ao arroz, tradicional cultura do município, superando-a quanto à área plantada, atingindo seu ápice em 2006, com 23 mil hectares plantados, contra 9.600 hectares do arroz. Esta tendência reflete uma conjuntura internacional positiva, em que a soja tornou-se uma *comoditie* rentável em função da imensa demanda européia e asiática, notadamente os maiores mercados compradores. Segundo IRI01,

(...) está ocorrendo uma revolução silenciosa no campo em Rio Pardo. Isto é percebido na agricultura, principalmente nas culturas mais importantes como o fumo, o soja, o milho e o arroz. Está ocorrendo não só a expansão, mas uma melhoria na produtividade, tanto nas pequenas como nas grandes propriedades, em função da pressão em produzir bem, em função dos custos e da rentabilidade do mercado.

A expansão da soja, pelas propriedades rurais rio-pardenses deu-se em função da liberação do uso dos transgênicos e isto é revelador de um novo momento econômico na produção primária no município, que responde a uma perspectiva de desenvolvimento por parte dos agricultores que, como forma de sobrevivência e manutenção de um modelo produtivo, inserem novas cadeias produtivas, dinamizam suas lavouras, tornando-as mais empreendedoras e eficientes. Na rasteira da expansão da agricultura, observa-se nesse período de análise a instalação de algumas empresas ligadas ao beneficiamento destes grãos como a Poliagro Comércio e Representações e Cooperativa Agrícola Mista General Osório Ltda(Cootribá), que se instalam no distrito industrial do município criando laços com os produtores rurais, seja através da assistência técnica, ou com subsídios a produtividade e captação da safra. Fora os citados empreendimentos, a Cooperativa Agrícola de Rio Pardo (Cooparoz), até então centrada no beneficiamento do arroz, hoje também compra e beneficia a soja, demonstrando desta forma a abertura da empresa aos novos tempos do mercado, que exige eficiência e abertura ao novo.

Outra expressão rural evidenciada em Rio Pardo refere-se ao incremento da agricultura familiar, como uma atividade geradora de renda e fixação do homem ao campo. O setor agropecuário familiar em geral é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo. Segundo RIBEIRO(2003, p.17):

“ Diversos autores apresentam definições que permitem compreender melhor o que significa unidade de produção familiar ou a chamada agricultura familiar. Todos abordam a agricultura familiar como um modo

peculiar de exploração da terra, ou seja, que possui formas de condução das atividades e da vida na unidade de produção, ligadas a lógica da reprodução e sobrevivência da família.”

No entanto nas últimas décadas é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a produção de alimentos em nível regional, o que tem possibilitado a permanência das famílias de agricultores nas atividades agrárias. Segundo FAUTH(2008), as cadeias produtivas ligadas à agricultura familiar correspondem a 27% do PIB do estado do Rio Grande do Sul no período de 1995 a 2003, sendo que esta é responsável pela maior parcela do valor produzido em importantes lavouras do setor primário gaúcho como o fumo, milho, soja, além das cadeias produtivas do leite e produção de aves, suínos e bovinos. Este retrato pode ser observado nos gráficos abaixo, quando se compara a participação da agricultura familiar gaúcha e a chamada agricultura patronal.

Em Rio Pardo, que teve sua ocupação do uso da terra centrado em grandes propriedades rurais, é notável a participação e crescimento da agricultura familiar e esta assume gradativamente uma tendência similar ao restante do estado do Rio Grande do Sul, podendo se evidenciar o predomínio desta modalidade na participação das cadeias produtivas do milho, fumo, leite, suínos e aves. Esta tendência pode ser evidenciada nas tabelas elencadas abaixo os quais podem ser observados pelas tabelas a seguir.

Tabela4: Produção de Suínos- Rio Pardo - 2006

<i>Número de estabelecimentos agropecuários com suínos, Número de cabeças e Valor da venda de suínos por agricultura familiar e não familiar</i>			
Município = Rio Pardo – RS			
Ano = 2006			
Tipo de agricultura	Variável		
	Número de estabelecimentos agropecuários com suínos (Unidades)	Número de cabeças de suínos (Cabeças)	Valor da venda de suínos (Reais)
Total	1.674	8.423	905.510
Agricultura familiar - lei 11.326	1.439	6.659	714.274
Agricultura não familiar	235	1.764	191.236

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas>

Tabela 5: Produção de Leite- Rio Pardo- RS - 2006

<i>Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite, Quantidade produzida e Valor da produção de leite por agricultura familiar e não familiar e tipo de leite</i>			
Município = Rio Pardo – RS Tipo de leite = Leite de vaca Ano = 2006			
Tipo de agricultura	Variável		
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Quantidade produzida (Litros)	Valor da produção (Reais)
Total	1.161	2.413.856	1.427.131
Agricultura familiar - lei 11.326	947	1.929.958	1.143.269
Agricultura não familiar	214	483.898	283.862

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas>

Uma outra tendência evidenciada na pesquisa, refere-se a expansão de culturas, como soja, arroz e criação extensiva de bovinos, antes restritas às empresas agrárias ou agricultura patronal, que hoje se expandem em propriedades familiares. Hoje em função das transformações capitalistas sofridas pela agricultura gaúcha, o cenário é outro revelando uma dinâmica menos concentradora de renda e de terras, possibilitando aos pequenos agricultores familiares uma inserção mais efetiva e inclusiva.

Segundo o entrevistado IRI(01):

“ A agricultura familiar em Rio Pardo, assim como em outras partes do estado do Rio Grande do Sul, é subsidiada em programas como o Pronaf do governo federal, sendo assistidos pela Emater, Secretaria municipal da agricultura e Sindicato dos trabalhadores rurais, que juntos orientam o custeio, as linhas de financiamento e a cooperação técnica. Neste cenário de agricultura familiar, as cadeias produtivas mais bem estruturadas são as do fumo e do leite, que apresentam no caso da primeira uma integração mais sólida com as transnacionais do tabaco e a segunda com a Parmalat e Bom Gosto”.

O entrevistado IRI(01) salienta ainda que a agricultura familiar em Rio Pardo é um fator de permanência da população e da estabilização no processo de migrações para a zona urbana ou outros municípios, visto que hoje em dia em face as dificuldades em adquirir postos de trabalho na área urbana e de as diferentes tecnologias como a telefonia móvel, a maior mobilidade em face a modernização dos transportes terem chegado ao campo, são variáveis consideráveis na fixação do homem ao campo.

Em face às diferentes linhas de financiamento e incentivos do governo federal a agricultura familiar, observa-se em Rio Pardo um preocupação por parte destes

agricultores em melhorar a produtividade através da aplicação de novas tecnologias(figura26) e aproveitando-se de diferentes linhas de financiamento vêem suas condições de vida melhorarem e contribuem desta forma para a geração de renda e agregam participação na produção de riquezas para o município.



Figura 26: Inserção de novas tecnologias através de financiamentos na agricultura familiar em Rio Pardo - RS

Fonte: Emater/Ascar-Rio Pardo-RS

O entrevistado, IRI 01 enfatiza que as maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares referem-se a questão comercial, isto é, ao destino da produção, visto que encontram boas possibilidades de escoamento na produção do fumo, soja e arroz que encontram as cooperativas e as empresas fumageiras como mediadores e captadores da produção. Outra dificuldade observada é relativa ao tamanho das propriedades que em geral não possibilitam uma maior diversificação agrícola. Quanto ao grau de organização, o mesmo entrevistado, salienta que ele é pequeno, sendo quase que restrito as expectativas frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, além dos grupos de mulheres rurais que se organizam junto a Emater/Ascar, em atividades de integração e realização de oficinas de arte e culinária.

3.2.2 A expansão da Silvicultura no município de Rio Pardo

O Rio Grande do Sul, em especial a porção sul, onde está inserido o município de Rio Pardo, ingressou numa rota de investimentos de grandes empresas ligadas ao ramo de papel e celulose. Estes investimentos fizeram-se sentir sobre a porção Sul, a partir de 2004, em face do aumento da demanda mundial por papel e celulose e por uma estratégia global de produção adotada por grandes grupos privados de atuação internacional, como a Votorantim, Stora Enzo e Aracruz Celulose. Os interesses destes grupos na região representam uma investida capitalista centrada na expansão dos negócios e na maior rentabilidade frente a outros segmentos comerciais e industriais e mesmo sobre suas plantas industriais, localizadas em outras regiões do globo, notadamente nos países nórdicos de onde estas plantas industriais estão sendo expandidas em direção a países como o Brasil, Uruguai e Argentina.

Essas empresas, com o passar do tempo, visualizaram na porção sul da América do Sul, condições físicas favoráveis ao crescimento de espécies exóticas procedentes de outras regiões do mundo pertencentes ao gênero *Eucalyptus*, *Pinus* e *Acácia* que se desenvolvem três vezes mais rápido, devido ao clima, à qualidade e à abundância de água, num comparativo direto com as condições físicas da Europa Setentrional, de onde boa parte destes grupos é oriunda. Segundo BENEDETTI (2007,p.03):

Certas regiões do Hemisfério Sul são fortemente atrativas nesse aspecto. Basta comparar os índices obtidos na produção de madeira de eucalipto, no Brasil, em 2006 — 38m^3 a $41\text{m}^3/\text{ha}/\text{ano}$ —, com os registrados em outros importantes produtores, a Austrália e a região sul dos Estados Unidos, onde os rendimentos atingiam níveis bem inferiores, de $25\text{m}^3/\text{ha}/\text{ano}$ e $6\text{m}^3/\text{ha}/\text{ano}$ respectivamente.

Juntando-se a esta vantagem produtiva, agrega-se a vantagem logística, em face das possibilidades de utilização do rio Jacuí como hidrovia, possibilitando a ligação com o Super-Porto de Rio Grande, a grande plataforma de exportação da celulose, além de uma rede fluvial composta por rios e pela Laguna dos Patos, que proporciona um transporte a custo mais baixo.

Frente à situação de estagnação econômica da região Sul, estas propostas acabam por se transformar uma espécie de 'salvação milagrosa' para a região, levando estes grandes grupos empresariais, com apoio do governo do estado, a deslocar suas plantas industriais e seus projetos de ampliação de silvicultura para esta região.

Já no ano 2000, o agravamento da crise na produção pecuária no Rio Grande do Sul, chamou a atenção das empresas produtoras de celulose e papel, e muitas fazendas foram incorporadas por estas empresas. A perspectiva de expansão do eucalipto foi incentivada pelo governo estadual como possibilidade de inserir o Pampa Gaúcho na trajetória do desenvolvimento, via investimentos transnacionais. A grande oferta de terras, muitas delas improdutivas, ou descapitalizadas foram alvo de investimentos por empresas como a Stora Enzo, Votorantim e Aracruz, que arrendaram ou acabaram tornando-se proprietárias diretas de inúmeras propriedades rurais.

Em função desta nova diretriz econômica implementada na porção Sul, a Aracruz Celulose anuncia um plano de expansão e escolhe, entre outras localidades, Rio Pardo como um dos pontos de logística, anunciando investimentos da ordem de U\$ 1,2 bilhão, para construção de um porto no Jacuí, que formaria um terminal rodo-hidro-ferroviário com capacidade para beneficiar o escoamento da madeira oriunda de áreas arrendadas ou compradas na metade Sul. Rio Pardo insere-se num novo circuito de relações e a vinda da multinacional é vista como o “novo trem da história” para o município. O empreendimento é visto pelo poder público municipal em consonância com o governo estadual, como a grande alavanca de desenvolvimento, capaz de gerar renda e emprego, atraindo na sua rasteira uma série de outros investimentos produtivos capazes de serem agregados. A própria Aracruz Celulose prevê a participação da iniciativa privada na locação das instalações do futuro porto.

Nesta linha de raciocínio, o entrevistado IRI04 afirma:

Vejo a Aracruz como uma alternativa de renda e não como problema. A grande contribuição seria a reativação do porto, pois Rio Pardo teve uma grande importância quando este modal era o único meio de transporte e escoamento. O porto seria uma forma de reativar esta função, até para escoar a produção de fumo, arroz e soja através da criação de um terminal de grãos e *containers*, que levariam esses produtos da região até Rio Grande com custos menores.

Converge nesta mesma opinião o entrevistado IRI03, que afirma:

No meu entendimento, seria o novo trem da história para o município. O projeto da Aracruz é grandioso, prevendo a movimentação de 400 caminhões diários de madeira, a instalação de um picador de madeira na área do porto. Este empreendimento gerará 200 empregos diretos. Infelizmente em função da crise mundial, o investimento foi freado e o município vive a expectativa da retomada das tratativas.

O entrevistado IC12, vê com ressalvas o investimento, na medida em que afirma:

Empresas como a Aracruz, que representa o capital financeiro internacional, pouco ou nada tem a ver com o desenvolvimento de uma pequena cidade, como equivocadamente alguns governantes pensam. Na verdade, estas empresas exploram a mão-de-obra, além de arrebatar a terras dos agricultores. Por isso é necessário tratar com muita seriedade projetos como o da Aracruz, pois na medida em que se instalam, áreas destinadas a produção de alimentos são perdidas para o grande capital, em detrimento da pequena propriedade, responsável pelo emprego e renda.

Compartilha a mesma opinião o entrevistado IRI06, ao afirmar que:

A Silvicultura é importante no sentido de subsistência para uma propriedade. Não se planta eucalipto em terras favoráveis à agricultura como é o caso de Rio Pardo. Se vendeu a ideia de que o reflorestamento seria a salvação da cidade. O investimento cessou em função da crise e a maioria dos agricultores acabou deixando de lado a sedução do eucalipto.

Especificamente em relação à vinda da Aracruz para Rio Pardo, a maioria dos entrevistados avalia como positiva a expansão da empresa, dada a falta de empreendimentos de grande porte capazes de gerar renda e emprego. O principal argumento favorável é a possibilidade de diversificação econômica e a capacidade de reativação do porto que, neste sentido, agregariam maiores investimentos, não somente no setor de silvicultura.

Como contraponto, para aqueles que têm restrições ao projeto, uma das preocupações mencionadas são os efeitos decorrentes da especulação imobiliária, influenciada pelo aumento da compra de terras por parte da empresa, a concentração fundiária e o êxodo rural. Veem em geral pouca geração de empregos no campo, na medida em que as grandes extensões de eucalipto necessitam de pouco manejo, quase que restrito a técnicos ligados às grandes empresas. Outra apreensão manifestada por alguns entrevistados diz respeito aos danos ambientais, principalmente com relação aos recursos hídricos e à alteração nas características do Bioma Pampa.

Um aspecto importante verificado nos depoimentos diz respeito ao ciclo mais longo da cultura do eucalipto em relação às atuais atividades agropecuárias predominantes nos municípios. Receia-se que, com maiores prazos para ingresso de capital, a circulação dos recursos no município se reduzirá. Existem dúvidas se isso pode ser compensado por uma maior remuneração da silvicultura. Por outro lado, o produtor tradicional – agricultor ou pecuarista – costuma canalizar uma boa

parcela dos recursos auferidos para o comércio local, movimentando a economia regional.

Diante disso, com a aquisição de áreas de plantio pela empresa, existe o receio de que os recursos sejam drenados para fora do município. Uma alternativa seria a implantação de beneficiamento parcial na região ou implantação de atividades de logística (como portos, ferrovias, rede de transporte) que aproveitassem a mão-de-obra local, garantindo uma maior injeção de recursos financeiros na economia local.

Quanto à forma de contribuição da empresa para a comunidade local, a grande maioria dos entrevistados referiu a criação de postos de trabalho, geração de renda a partir do incremento da atividade de silvicultura, a contribuição com programas de educação e preservação ambiental e parcerias da empresa com o produtor local como forma de desenvolvimento das propriedades que aderissem à expansão produtiva do eucalipto.

Antes da efetivação da totalidade dos investimentos e da verificação dos impactos econômicos, sociais e ambientais em Rio Pardo, a Crise global de 2008 estanca os investimentos da transnacional Aracruz Celulose que, em função da mesma, é vendida ao grupo Votorantim. A euforia dos investimentos revela-se atualmente no município de Rio Pardo numa situação de indagação e incerteza sobre o projeto, em função do fechamento do escritório que a empresa mantinha no município e da suspensão da assistência técnica que era fornecida aos agricultores que arrendaram ou implantaram em suas terras as espécies de eucalipto. A empresa garante que manterá os investimentos estratégicos em Rio Pardo, mas aguarda o momento de reversão da crise para iniciar a obra do porto. O entrevistado IRI07 acredita na acomodação do mercado e na retomada dos investimentos ao afirmar que:

Nós ainda queremos acreditar na concretização deste projeto. A construção do porto era para ser efetivada esse ano, testar em 2010 e 2011 estar a pleno vapor. Temos contato com a Votorantim que mantém ativa a intenção de investir e que o mesmo deverá ocorrer com dois anos de atraso. Para Rio Pardo será a redenção, proporcionando um desenvolvimento como o ocorrido em Gravataí em função da GM, agregando empresas de logística, estivadores, hotéis, restaurantes e oficinas mecânicas.

No momento, o que se percebe são apenas marcas na paisagem, resultantes do desenvolvimento das mudas de eucalipto que revestem parte de

propriedades que aderiram a Silvicultura como as observadas na figura 27. Onde se via pastagem, agora se vê florestas emergindo, implicando não apenas na transformação visual, mas em mudanças na fauna e flora da região, descaracterizando a tradicional paisagem do Pampa.



Figura 27: Expansão do eucalipto no distrito industrial de Rio Pardo

Fonte: Trabalho de Campo, 2009

Fotografia de Fernando Mealho

De acordo com Santos (1996), a paisagem existe no espaço social, através das relações sociais que envolvem o homem e o espaço presente. “A paisagem é assim o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as diferentes e sucessivas relações entre o homem e a natureza, enquanto que o espaço constitui-se nessas formas mais a vida que as anima”.(1999,pg.83)

A paisagem do Pampa e suas características fisiográficas, econômicas e culturais, passaram a ser acrescidas de novos objetos, alheios e estranhos ao mesmo, resultantes de um movimento político e econômico que se imbrica neste espaço de análise metamorfoseando e dando-lhe uma nova funcionalidade que responde nesse momento a ótica do capital.

Neste sentido é importante ressaltar que a expansão do eucalipto no espaço de Rio Pardo, deve ser analisada com mais seriedade do que com euforia. A mídia e o poder público municipal acenaram com a possibilidade de crescimento econômico, de um novo movimento histórico, capaz de tornar Rio Pardo uma cidade próspera e desenvolvida, deixando no passado a sua estagnação. O senso comum aponta para uma saída que parece ser prática e instantânea: a vinda da empresa solucionaria de vez os problemas de crescimento alavancando inúmeros setores da economia local, conforme apontou o entrevistado IRI07. No entanto, acredita-se que os investimentos produtivos da transnacional se de fato se efetivarem, não promoverão o nível de crescimento exposto pela empresa, e almejado pelo poder público municipal. Não obstante, é importante ser levado em consideração, que em

experiências de investimentos realizados em Estados como Espírito Santo e Bahia, a riqueza gerada não foi revertida em desenvolvimento social. Portanto, sabe-se que esses investimentos podem gerar incertezas do que garantia de desenvolvimento para o município.

Pelo seu histórico em outras regiões do país, como já foi dito, a monocultura do eucalipto, por si gera poucos postos de trabalho. Por ser uma cultura que não necessita de grandes investimentos ou cuidados técnicos, dispensa mão-de-obra, concentra terras na medida em que as mesmas estão sendo incorporadas pelo *lobby* das grandes empresas, gerando êxodo rural, enfraquecendo a atividade primária que recua com o avanço das florestas.

No tocante à questão ambiental, existem pesquisas¹² sobre as implicações causadas pelo gênero exótico, como as especialmente no que se refere ao consumo de água e aos nutrientes do solo. Em Rio Pardo estas lavouras se encontram em crescimento na porção sul do município, notadamente onde os solos são mais argilosos e arenosos, podendo implicar futuramente em danos ainda maiores aos solos. Acredita-se que a perspectiva da vinda da empresa, poderá de fato gerar alguma possibilidade de desenvolvimento se o futuro porto for utilizado pela iniciativa privada da região, como um complemento aos demais modais de transporte presentes no espaço de Rio Pardo. Isso possibilitaria um menor custo de produção, para o escoamento da tradicional safra do fumo, ou de outras culturas dominantes na região dos vales como a soja, o arroz, o milho e o fumo pela hidrovía do Jacuí. Caso isso não se efetive, o porto servirá apenas num curto período (período da extração da madeira) de porta de escoamento da madeira até a unidade industrial de Guaíba.

A expansão das monoculturas de eucalipto, é um fato histórico que deve ser analisado com maior seriedade e com menos ufanismo por parte dos empreendedores e gestores locais, possibilitando desta forma descortinar os verdadeiros interesses e impactos reais e não ilusórios que este empreendimento acarretaria sobre Rio Pardo.

3.2.3. O papel das políticas públicas nas transformações recentes

¹² Ver Backup, Ludwig. A monocultura de eucaliptos e a sustentabilidade. www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730620184.pdf

Apesar da tradição primária, evidenciada na agropecuária, tem-se observado em Rio Pardo diversos movimentos com o intuito de diversificar a base produtiva, inserir novos ramos, notadamente industriais, como forma de geração de renda e emprego. Desde 1987, o município conta com um programa de expansão empresarial¹³ e concede, através de uma série de prerrogativas, incentivos à instalação de empresas industriais no município, dentro de critérios claros quanto ao tipo de investimento, período de permanência e infra-estrutura ao empreendimento. Esta prerrogativa é comum em tempos de globalização, na medida em que o espaço responde ao movimento do capital, articulando nele elementos capazes de atrair investimentos produtivos. Santos (2006,p. 297) afirma que:

[...] cada lugar, cada região, deve ser considerado um verdadeiro tecido no qual as condições locais de infra-estrutura, recursos humanos, fiscalidade, organização sindical, força reivindicatória afastam ou atraem atividades num dado momento.

Percebe-se, no período compreendido entre 1999 e 2007, uma lenta, mas contínua expansão industrial no município, resultante destas políticas públicas que agregaram no espaço de Rio Pardo uma série de empreendimentos industriais, notadamente relacionados ao beneficiamento de produtos primários. Destacamos entre elas a Bistex Alimentos, empresa rio-pardense que expandiu seus negócios, construindo uma moderna estrutura industrial às margens da rodovia BR 471. Junto a este empreendimento, acrescenta-se a Europam, a Cotribá, a distribuidora Zafalom, empreendimentos que se instalaram numa área junto a BR 471, constituindo-se no distrito industrial de Rio Pardo, que ali se expande em direção a Pantano Grande (figura 28). A paisagem no entorno da mesma mudou a fisionomia da entrada da cidade, agregando novos investimentos produtivos que retornam em renda e empregos. Segundo, IRI(02):

Rio Pardo naturalmente foi se transformando num pólo alimentício em função da tradição e dos incentivos fiscais proporcionados pelo município. Busca-se novos investimentos nesse ramo e também em outros não ligados ao setor primário. Em função da posição geográfica, as vias de ligação, empresas estão sendo captadas ou buscando informações junto à prefeitura para futuros investimentos.

¹³ Lei nº 23, de 15 de setembro de 1987, que institui programa de expansão empresarial e concede incentivos fiscais.

Conforme a Secretaria de Indústria e Comércio, a captação de investimentos é agressiva por parte da mesma, que mantém um funcionário incumbido de fazer contatos com empresas do estado e de fora deste, que tenham a perspectiva de expansão industrial.

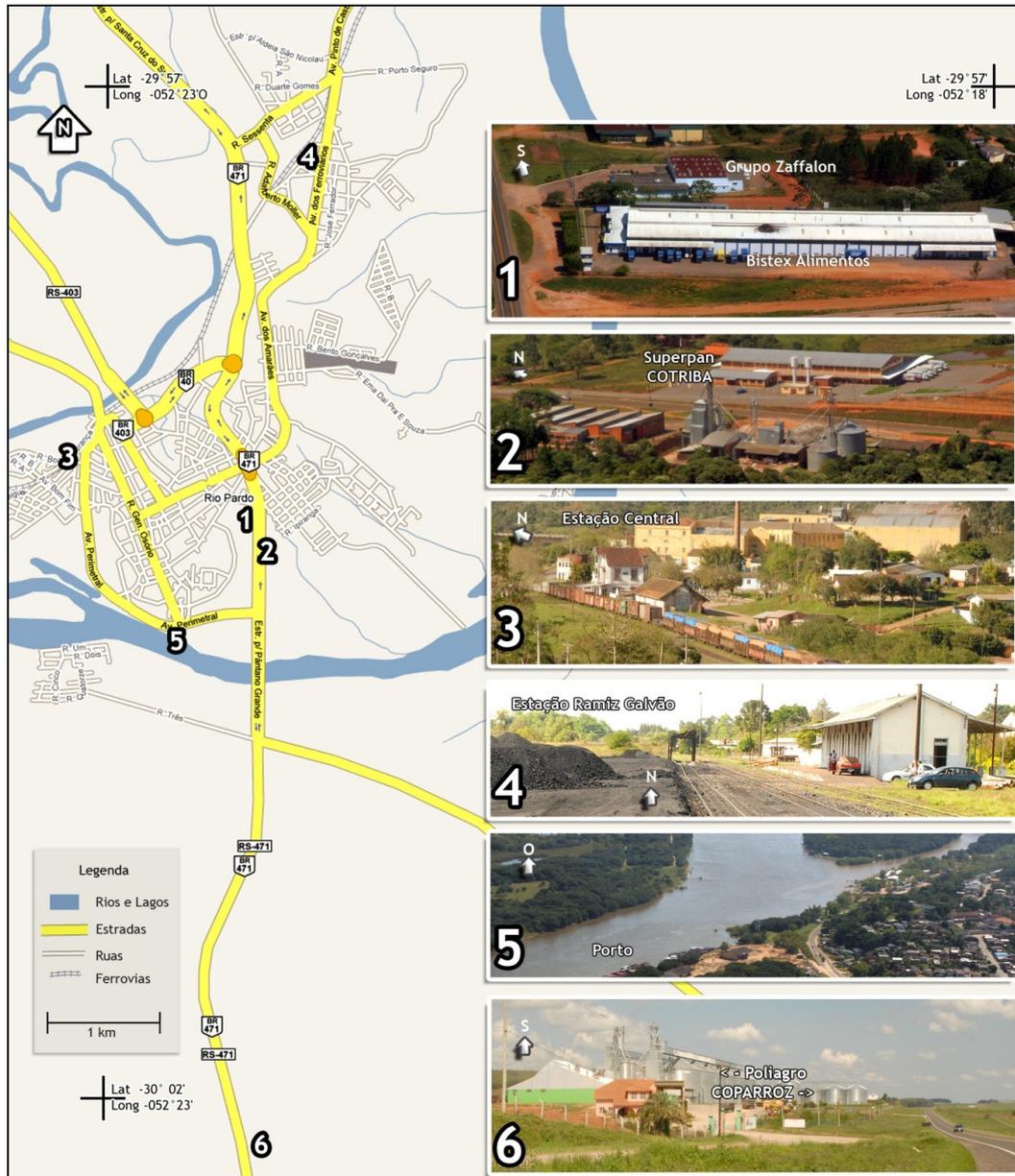


Figura 28: Localização das principais indústrias e meios de transporte de Rio Pardo,RS.
Fonte: Google Maps, 2009. Adaptado por SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias
Fotos: Acervo particular Fernando Mealho

Em geral, aliado a este programa de investimentos, pode-se salientar o fato de o município apresentar uma condição geográfica privilegiada, esta no centro do

estado, num eixo de comércio com o Mercosul¹⁴, cercado por uma infra-estrutura de transportes que pode ser implementada e ampliada, no caso os modais rodoviários, ferroviário e hidroviário. No que tange à questão rodoviária, a cidade novamente é centralizada a partir de um eixo de investimentos do governo estadual, que ao criar a rodovia norte-sul, ampliou a BR 471, que passará a ser a principal via de escoamento da produção da região do Planalto Norte do estado do Rio Grande do Sul, até o porto de Rio Grande, principal plataforma de importação e exportação gaúcha.

Rio Pardo encontra-se no meio deste percurso, possibilitando inúmeras vantagens de investimento em face da sua logística, que se destaca num momento muito parecido com aquele que ocorria no século XIX, quando o município teve seu período de grande desenvolvimento. Esta obra estratégia do governo do estado encurta em 120 km a distância do Planalto Norte em relação a Rio Grande. Atualmente, o eixo sul que parte de Rio Pardo, encontra-se em pleno funcionamento. A perspectiva da Secretaria de Indústria e Comércio é de que, com a finalização do eixo norte, previsto para 2010, agregará uma série de investimentos produtivos interessados na logística do município, restabelecendo desta forma uma renovada função de entreposto comercial que a cidade poderá agregar em função deste movimento dialético.

Articulando-se nesta linha de pensamento, é importante destacar a atuação da Agência de Desenvolvimento de Rio Pardo (ADR)¹⁵, criada em 2001. É um órgão jurídico de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por função aproximar, de forma organizada, a iniciativa privada do poder público, harmonizando interesses e planejando em conjunto investimentos que resultem na otimização do seu uso e principalmente dos resultados, trazendo benefícios para o município de Rio Pardo. Esta agência, em conformidade com as demais existentes no estado, vêm apoiando

¹⁴ Mercado de Integração regional entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, constituído em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção. Constitui-se numa união aduaneira que facilita as negociações comerciais entre os signatário do grupo.

¹⁵ A agência de desenvolvimento de Rio Pardo(ADR), surgiu em 2001, em consonância a Pólo-RS- agência de desenvolvimento, que iniciou suas atividades no Rio Grande do Sul, em 1995, concentrando suas atividades na captação de investimentos produtivos e no desenvolvimento de projetos estratégicos para o estado do Rio Grande do Sul. Através da Pólo-RS, a ADR, articula-se com outras agencias de desenvolvimento no estado num Fórum de Agências de Desenvolvimento, que se constituiu numa rede de instituições focadas no crescimento a partir da interação entre iniciativa privada, setor público e universidades.

e fomentando projetos que alavanquem o desenvolvimento de Rio Pardo nos diversos segmentos que envolvem a sociedade rio-pardense. Dentre os estudos e projetos, segundo o entrevistado IRI (07), priorizam-se aqueles voltados a agricultura familiar e ao turismo. A agência evidencia que há ainda necessidade de estudos que viabilizem a utilização da hidrovía subaproveitada no município e a revalorização do patrimônio arquitetônico.

Em função destas transformações espaciais, é importante destacar a elaboração do Plano Diretor de Rio Pardo, criado em 2001 e alterado pela Lei 1492 de 10 de outubro de 2006. Esta Lei traz importantes princípios de reordenamento territorial, estabelecendo diretrizes de zoneamento, uso, parcelamento e ocupação do solo, preservação ambiental e arquitetônica e sistema viário. Entre os avanços proporcionados pela lei, podemos destacar a proibição da construção de prédios que descaracterizem o centro histórico do município, onde os mesmos deverão ter características arquitetônicas semelhantes e não poderão ultrapassar dois pavimentos. Fica visível também a preocupação quanto à poluição visual, quando o artigo 36 do plano diretor estabelece que “A publicidade ao ar livre deverá se harmonizar pelas suas dimensões, escala, proporções e cromatismo com as características dos prédios de valor histórico e cultural do município”.

Em função do Plano Diretor, algumas alterações são visíveis no espaço urbano de Rio Pardo. A primeira delas se refere à transferência da rodoviária do eixo central da cidade para os limites da BR471, (figura 29) num ponto de convergência com o distrito industrial. Em face disso, ocorreu a diminuição do fluxo de ônibus que se dirigiam às ruas estreitas do centro, dificultando a circulação veículos. Estudos têm sido realizados por parte da Secretaria de Trânsito com o intuito de organizar uma nova engenharia de trânsito na área central, visto que a mesma já não comporta o fluxo, procurando desta forma, elaborar alternativas viáveis que venham a racionalizar o truncado trânsito da cidade. Há tratativas e estudos do prolongamento da Rua Andrade Neves até a Avenida Perimetral, redirecionando o fluxo de veículos que poderiam trafegar por esta via em direção aos bairros sem necessitar atravessar o centro da cidade.



Figura 29: Vista da nova rodoviária próxima a BR 471
Fonte: Acervo particular Fernando Mealho

Outra mudança prevista pelo Plano Diretor é quanto ao bairro onde se situa a tradicional cooperativa agrícola. Este se transformou em zona residencial e não permanece mais como zona mista. Face a isso, a empresa lentamente transfere sua unidade industrial para o novo distrito, em função dos prazos estabelecidos pelo ministério público. A expansão urbana tem-se dado em direção a novos núcleos, notadamente a Vila Nova Fahriom e Vila Pinheiros, visto que em função do sítio geomorfológico, a parte antiga da cidade apresenta limites de crescimento urbano. É importante salientar que estes novos bairros apresentam sérios problemas de infraestrutura, na medida que são novos e receberam um grande fluxo de pessoas, em geral de baixa renda, gerando cinturões de miséria e pobreza na periferia da cidade.

É importante salientar ainda que a referida Lei contempla uma tendência nacional no que se refere à criação de uma zona de interesse ambiental (ZIA), que estabelece faixa de preservação junto aos cursos de rios, prevendo o manejo adequado dos solos, evitando assoreamento e buscando a preservação da mata nativa, pois o núcleo industrial e urbano se expande em proximidade com as margens dos rios Pardo e Jacuí.

Apesar das inovações previstas pela Lei, a descaracterização e a poluição visual do centro histórico original é visível nas placas, arcos de iluminação e árvores que crescem junto às calçadas. No que se refere à questão ambiental, notou-se nos últimos anos a ocupação imobiliária irregular em alguns trechos da orla do rio Jacuí, que é um ponto de veraneio para diversas famílias oriundas de Rio Pardo e de

muitas cidades da região. Estas políticas públicas carecem de um rigor maior e de efetiva execução.

3.2.3 RIO PARDO E A HIDROVIA

A organização espacial do município de Rio Pardo teve como grande legado histórico sua ligação com o transporte hidroviário, visto que, em função das condições técnicas dos séculos XVIII e XIX, o meio de transporte e escoamento se dava em função da posição geográfica que os núcleos urbanos possuíam em relação aos rios.

Em função das políticas públicas que priorizaram o transporte ferroviário, num primeiro momento (fins do século XIX), e o rodoviário, na segunda metade do século XX, a opção do transporte hidroviário é deixada de lado, sendo em boa parte do país subaproveitada.

A busca da consolidação da multimodalidade dos transportes emerge no país em função das inúmeras possibilidades de desenvolvimento e captação de investimentos produtivos, que possam ser escoados de maneira racional e eficaz. No Rio Grande do Sul esta busca vem sendo feita nos dias atuais pelo governo estadual que passou a direcionar suas ações para atender às demandas de infraestrutura, logística e integração viária, vitais em tempos de competição e concorrência. No caso do planejamento das ações nos setores hidroviário e portuário, resgatam-se preceitos do passado recente, como o conceito de pólos de desenvolvimento, presente nas políticas de planejamento das décadas de 1960 e 1970 e que serviram, naquele contexto histórico, como base de sustentação teórico/ideológica para legitimar ações governamentais em favor da acumulação do capital e que, novamente, numa outra conjuntura, ainda servem como suporte ideológico para justificar os vultosos investimentos públicos em favor do capital. Em Rio Pardo isto pode ser percebido na construção da eclusa de Dom Marco, cuja função era nivelar o rio Jacuí, proporcionando a interligação hidroviária com Porto Alegre e Rio Grande.

Essa busca – consubstanciada nas ações governamentais – passa pela remoção dos obstáculos e implicações de ordem física (compatibilizando as infraestruturas e instalações de apoio), operacional (incrementando o desempenho de

veículos e equipamentos) e institucional (racionalizando os regulamentos, controles governamentais, legislação e procedimentos burocráticos).

Uma constatação é que essas ações em direção à modernização, racionalização e integração dos transportes no Rio Grande do Sul têm características próprias todavia, se inserem num movimento mais amplo: o processo de mundialização do capital, no interior do qual a organização dos serviços de transportes sofreu profundas alterações, tanto no que diz respeito à integração de operadores, por meio de fusões entre empresas ou de alianças estratégicas, quanto no significativo crescimento de investimentos em terminais hidroviários, tornando, mais usual o emprego da multimodalidade.

A importância dos portos para um país, estado ou região sempre foi diretamente relacionada à importância do comércio exterior em sua economia. Em Rio Pardo isto foi preponderante para sua função de grande entreposto comercial no século XIX, regulando o fluxo comercial através da armazenagem e distribuição física, sendo o grande elo de ligação entre a Porto Alegre e o interior do estado, num contexto em que não haviam ferrovias e rodovias.

Atualmente a hidrovia em Rio Pardo é subaproveitada (figura 30), destacando-se a exploração de areia feita por dragas no rio Jacuí, e o transporte de cereais, em especial o arroz, que novamente podem ser vistos cruzando o rio em embarcações rumo a silos de empresas oriundas de Cachoeira do Sul, que escoam sua produção através de Rio Grande. Essa forma de escoamento reinicia-se em 2008, 18 anos após o incidente com o graneleiro Alazão que derrubou, em 1990, o eixo central da ponte do Jacuí, fato anteriormente citado. O controle da hidrovia atualmente encontra-se junto à Companhia de Docas do Estado de São Paulo (Codesp) ,que recebe verbas do Ministério dos Transportes, necessárias à manutenção e sinalização da mesma.



Figura 30 : Cais do porto às margens do rio Jacuí
Fonte: Acervo Particular de Fernando Mealho

Além disso, é importante salientar que às margens da hidrovia encontra-se um núcleo de pescadores que retiram do Jacuí o sustento de várias famílias, através da pesca artesanal, estando organizados numa colônia de pescadores cuja sede é em Cachoeira do Sul. Segundo CARDOSO et.al(2009, p. 4):

“ No Rio Grande do Sul, temos a superintendência estadual da SEAP, é responsável por organizar as colônias no estado, emitir carteiras de pesca e documentos para legalizar o pescador em sua atividade, cabendo à colônia a qual o pescador está ligado, cadastrar os pescadores e encaminhar os documentos necessários para obtenção de regularidade ao pescador”.

Estes pescadores, totalizados em número de 170, segundo CARDOSO et.al(2009) são matriculados na colônia de pescadores Z-13 e residem em sua maioria na orla do Jacuí, extraindo o peixe que é comercializado em feiras e em bares estabelecidos junta à orla do rio, onde variedades de pratos à base de peixe são servidos. Em função de sua regularização junto a colônia de pescadores, recebem salário do governo federal no período da piracema.

Em função dessa tradição pesqueira, o município realiza uma de suas mais tradicionais festas populares, a Festa do Peixe, que ocorre anualmente no verão, durante o mês de fevereiro, atraindo inúmeros turistas provenientes de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul, que degustam da culinária a base de peixe e de inúmeras atividades de caráter esportivo e cultural que são organizadas e distribuídas na orla da praia dos Ingazeiros, principal balneário do município junto ao rio Jacuí.

O subaproveitamento da hidrovia e as inúmeras possibilidades que a mesma tende a oferecer como meio de transporte menos poluente e mais

econômico, tem segundo dados extraídos do Jornal A Gazeta do Sul, edição de 22 de novembro de 2008, o próprio governo do estado do Rio Grande do Sul, pretende investir 2,5 milhões de reais na reativação e recuperação do trecho da hidrovia que passa por Rio Pardo e liga-se a Porto Alegre. Este modal de transporte agregaria a Rio Pardo uma possibilidade de escoar a produção do Vale do Rio Pardo, notadamente do fumo e soja. Tratativas foram estabelecidas numa carta de intenções pelo governo municipal de Rio Pardo, em 2003, com um grupo de investidores holandeses que se interessaram pela posição geográfica do município, tentando implementar a construção de um porto, em Rio Pardo, e terminais de cargas que se destinassem ao escoamento da produção regional. Estes investimentos acabaram não se concretizando.

A discussão sobre um novo terminal hidroviário volta à tona em Rio Pardo, em função da expansão da Aracruz Celulose. Novamente a utilização da hidrovia volta à discussão, pois a empresa, além de plantar eucaliptos, precisa escoar a produção madeireira. A prefeitura municipal cedeu uma área (figura31) equivalente a 70 hectares, ao lado esquerdo da ponte do rio Jacuí, tendo efetuado, inclusive, estudos técnicos relativos ao impacto ambiental que a obra produziria, sendo aprovado pela Fepam.



Figura 31: Panorâmica da área prevista para a construção do porto Hidroviário da Aracruz em Rio Pardo – RS.

Fonte: Acervo particular de Fernando Mealho

A empresa Aracruz Celulose, no momento que anunciou os investimentos, esclareceu que ocupará apenas 25 hectares do lote, colocando à disposição da iniciativa privada da região a possibilidade de parcerias de uso comum do porto. A empresa otimiza seus investimentos a partir do potencial hidroviário do Rio Grande do Sul como parte do projeto de expansão da Unidade Guaíba. A companhia pretende construir três terminais fluviais para transporte de madeira (Guaíba, Rio

Pardo e Cachoeira do Sul) e também um terminal privativo marítimo em São José do Norte. A hidrovía do Jacuí tem importante papel para o futuro da logística no estado, pois atravessa regiões com alta capacidade de produção agrícola, ligando-as a Porto Alegre e ao Porto de Rio Grande. O objetivo é assegurar e manter a navegação perene no Rio Jacuí entre Rio Pardo e Guaíba, com volume diário de até 10 mil toneladas.

Como já fora dito anteriormente, em função da crise mundial de 2008, os investimentos da transnacional foram paralisados e a expectativa da prefeitura municipal é que os mesmos sejam mantidos e que esta obra possa se concretizar, dotando o espaço de Rio Pardo de um importante elemento capaz de atrair outros investimentos, gerando novos postos de trabalho e o incremento de ICMS, importantes para a manutenção dos serviços públicos e a ampliação dos mesmos.

É importante salientar que a hidrovía Jacuí tem um enorme potencial de crescimento, levando-se em conta que Rio Pardo conta com dois terminais ferroviários que poderiam ser agregados num sistema multimodal, que englobaria a rodovia BR 471, a hidrovía e a ferrovia, possibilitando diferentes formas de escoamento e distribuição de produtos e mercadorias que sairiam da região dos Vales para diferentes regiões dentro do estado do Rio Grande do Sul. Ressalta-se que a construção de diversas obras de infra-estrutura referentes à circulação, como a articulação de antigos trechos ferroviários, maior número de rodovias e integração intermodal de transportes, como o rodoviário e o fluvial é uma tendência no país inteiro em face das necessidades de inserção do Brasil nos circuitos da Globalização, tendo no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, amplos incentivos para sua realização.¹⁶

3.2.4 PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL ARQUITETÔNICO

Em função de nossa formação histórica, a organização espacial urbana do município seguiu uma rota comum a todas as cidades oriundas de colonização lusa. O sítio urbano sobre o qual Rio Pardo assentou suas bases de ocupação revela um

¹⁶ PAC (Programa de aceleração do crescimento), é um conjunto de regras e compromissos do governo federal, que objetivam através de investimentos na infra-estrutura do país e a diferentes medidas econômicas adotadas a partir de janeiro de 2007, objetivando o desenvolvimento econômico e social das diferentes regiões do Brasil.

perfil desordenado e ou amorfo, típico de uma ocupação lusa, feita as pressas e sem planejamento. Esta herança revela uma tendência típica da forma de organização urbana empreendida pelos portugueses em cidades insulares, objetivada no espaço urbano de Rio Pardo. Segundo Costa, (2006):

As cidades insulares, do século XV, da mesma forma que as dos séculos XIII e XIV, eram construídas para povoar, colonizar e defender um território. Primeiramente, a ocupação dava-se de forma linear, acompanhando a rua paralela à orla. Em um segundo momento, desenvolviam-se ruas paralelas e próximas à primeira, e ruas de menor importância e tamanho, perpendiculares a estas, unindo-as. Iniciava-se, então, a urbanização, com os quarteirões um pouco retangulares com dimensões maiores às paralelas a orla. A estrutura dos quarteirões e dos loteamentos é muito semelhante à das cidades medievais planejadas em Portugal durante o século XIII. (pg.46)

O núcleo histórico original da cidade, assemelhou-se a esta ocupação litorânea, sendo aplicada a partir do entroncamento dos rios Pardo e Jacuí, ponto de partida para a efetivação das construções que notadamente são hoje evidenciadas no espaço urbano, sendo testemunhos de um período histórico através de inúmeros casarões coloniais, igrejas, praças e ruas estreitas que, têm um grande significado histórico – cultural para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, marcado pela riqueza da arquitetura colonial portuguesa expressa nas igrejas, no casario, nas ruas e nas praças. A organização urbana refletia o interesse e a preocupação dos gestores locais que através de códigos de posturas, norteavam os princípios de edificação, saúde pública, segurança e traçado urbano. Em geral estes códigos criaram um padrão de construções típico das edificações portuguesas na Europa e em outras porções coloniais, como as Ilhas de Açores e Madeira. Em relação as normas estabelecidas pelos códigos de posturas, Costa(2006), afirma que:

“Estas normas, ao exigirem que os prédios fossem construídos no alinhamento frontal do lote, delimitavam o traçado das ruas, ou seja, as ruas não possuíam desenho limitado, até que fossem construídas as casas. Da mesma forma o recuo está ausente nos alinhamentos laterais do lote, refletindo a expectativa de edificação de outro prédio no mesmo alinhamento que possibilitasse a continuação e estabilidade ao telhado, além de proteger as empenas das intempéries. A simplicidade construtiva também se refletia na cobertura, geralmente em duas águas, lançando parte da chuva na rua e outra parte no pátio interno, evitando, assim, a necessidade de calhas ou outros elementos de captação e condução das águas pluviais”(pg.49)

Estas normas marcaram a estrutura urbana do município de Rio Pardo, sendo percebida nos casarios que formam o centro histórico do município, onde percebe-se a pouca variabilidade de tipos arquitetônicos, contemplando apenas a casa

térrea e o sobrado, sendo neste comum a utilização de fins comerciais na parte térrea e no segundo piso a moradia. Essa uniformidade na arquitetura em Rio Pardo, permitenos inferir que havia um destaque maior para as edificações representativas do poder político, notadamente a Igreja e a sede do governo. Havia, portanto na concepção do espaço por parte do governo português, a ênfase no destaque as construções que abrigavam funções políticas demonstrando assim sua influencia no processo de ordenamento do espaço urbano. Estes aspectos são visíveis no espaço urbano de Rio Pardo, encontrando-se presentes nas ruas estreitas que se desenvolveram no núcleo histórico original.

Em função da organização espacial que evidencia um produto histórico e de um longo período de estagnação e dificuldades econômicas, verificou-se durante a segunda metade do século XX, o momento em que o país se industrializa gerando uma tendência percebida de oposição entre desenvolvimento e preservação. Em Rio Pardo, assim como na maioria das cidades brasileiras, o progresso era necessário e resultou num processo de alterações na paisagem, com novas construções e a negação do passado da cidade expresso em suas ruas estreitas e casarios coloniais. Neste momento, observa-se a ausência de uma legislação específica que regulasse o uso, adequação e preservação do espaço urbano, que guardava em si a memória coletiva do povo rio-pardense. O não reconhecimento social por parte da população, que nega suas origens em virtude dos ideais de desenvolvimento, leva à perda de muitos prédios e casarios antigos e a descaracterização de muitos deles, conforme podemos observar nas figuras 32 e 33. Pode-se dizer que questões relacionadas a preservação do patrimônio e a preocupação em arrolar imóveis para a preservação, aparecem embrionariamente em Rio Pardo no final da década de 1970, quando a prefeitura municipal através da lei nº 8 de 27 de abril de 1979, nominou cerca de vinte prédios que ganhariam, a partir daquele momento, reconhecimento como necessários de serem mantidos em função do seu legado histórico cultural. Esta iniciativa mostra o ineditismo em Rio Pardo, sendo segundo o entrevistado IC02 “ a segunda cidade no estado do Rio Grande do Sul a implementar uma legislação patrimonial”.



Figura 32: Comparativo da rua Andrade Neves em dois momentos históricos
 Fonte: Foto de 1941 – Acervo particular José Ernesto Wunderlich
 Foto 2009- Trabalho de Campo- Fernando Mealho



Figura 33: Rua João Pessoa em dois momentos históricos
 Fonte: Acervo particular de Fernando Mealho – Trabalho de Campo

A partir deste período surgem grupos e associações preocupados com a restauração e preservação das edificações do núcleo histórico original, dando início a um lento processo de conscientização da população em relação à necessidade de preservação da memória coletiva presente no núcleo urbano original do município. Entre esses grupos salienta-se o S.O.S Rio Pardo e a Uneama(União dos ex-alunos e amigos do Auxiliadora), formados por um seleto grupo de indivíduos esclarecidos e ligados a diferentes segmentos sociais, que empreenderam esforços em prol da proteção do patrimônio histórico arquitetônico de Rio Pardo. É salutar destacar a criação e atuação da UNEAMA(União dos ex-alunos do Colégio Auxiliadora) que congregou indivíduos da comunidade rio-pardense, que preocupados com o estado precário da antiga escola militar e decidiu, através da criação de uma ONG, estruturar um projeto que viabilizasse a reconstrução da mesma, considerada um dos prédios mais notórios, que registra em si parte da identidade da cidade de Rio Pardo.

A partir deste exemplo, podemos destacar, no período posterior a 1990, ações fundamentais que partiram de segmentos da população civil, com apoio da municipalidade e de diferentes agentes, no que se refere a inventários e restaurações. A Constituição Federal de 1988, passou a ser importante aliada, na busca da preservação da memória coletiva, em função de adotar e consolidar o uso da expressão patrimônio cultural e criou novas formas de proteção, além do tradicional tombamento através dos órgãos de promotoria pública. Ademais, a constituição introduziu novos e fundamentais conceitos, no campo da cultura como os conceitos de direitos culturais (CF, artigo 215, caput; CE, artigo 220, caput e 221, caput) e de patrimônio cultural (CF, artigo 216, caput; CE, artigo 221, V).

Outro importante reforço na luta pela preservação e que é desconhecida pela maioria dos rio-pardenses é a criação de uma Lei estadual Nº 12.003 de 12 de novembro de 2003(Anexo K)de autoria do então deputado estadual Bernardo de Souza, declarando o núcleo histórico original de Rio Pardo e diversos bens fora da circunscrição urbana como patrimônio cultural do estado do Rio Grande do Sul. A referida lei não tem valor no que se refere a ações de tombamento, mas de salientar a importância histórico-cultural que o município teve na formação histórica, política, econômica e cultural do estado do Rio Grande do Sul. Junte-se a essas legislações a criação do Plano diretor, que contempla em si uma legislação específica que regulamenta o uso do espaço urbano e os meios de preservação e manutenção da

caracterização original de bens considerados arrolados como patrimônio histórico arquitetônico.

A consolidação do projeto de restauração da antiga escola militar, da-se no período entre 1991 e 2005, a partir das ações da Ueama, que através de projetos, e de leis de incentivo a atividades culturais, consegue a captação de recursos necessários a restauração da Antiga Escola Militar, junto a Refinaria Alberto Pasqualini. Após o restauro, a antiga Escola Militar abre suas portas em 2005, como um Centro Regional de Cultura, um espaço com 1.876 m², dotado de uma infraestrutura adequada a diferentes atividades de caráter social, econômico e cultural. Este Centro Regional passa a funcionar englobando 31 municípios que formam a microrregião fomicultura do Vale do Rio Pardo, com uma população de aproximadamente 565 mil habitantes.

A inauguração do Centro Regional de Cultura é um marco para a sociedade rio-pardense na medida em que ela simboliza a luta empreendida por um pequeno grupo de pessoas da comunidade que inconformados com a situação de imobilismo e negação ao patrimônio histórico da cidade, provou que a força da coletividade possibilita a superação de diferentes obstáculos que entravavam o resgate e restauro deste símbolo da história do município.

O restauro vislumbrou uma tendência ainda bastante tímida em Rio Pardo de aporte cultural e desenvolvimento econômico sob o uso do patrimônio histórico-arquitetônico. Apesar de toda a riqueza histórico cultural, vista hoje no centro antigo, a cidade carece de uma infraestrutura adequada que possibilite a utilização deste patrimônio e da preservação do mesmo como fonte de divisas. O turismo é hoje uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo. O município é dotado de belezas naturais e históricas. No entanto, faltam investimentos por parte da iniciativa privada e da própria população que em geral não vê na história uma possibilidade de desenvolvimento.

3.2.5 Rio Pardo na atualidade: limitantes e possibilidades

Apesar de ter suas origens históricas relacionadas as atividades primárias, Rio Pardo na atualidade, apresenta boa parte de sua economia centrada nas atividades do setor terciário, notadamente as atividades comerciais, que abrigam

boa parte da PEA (população economicamente ativa) e na geração de grande parte do PIB (produto interno bruto) do município, dados que podem ser melhor visualizados na figura 34. Estas atividades comerciais historicamente se concentram em dois trechos principais do centro da cidade, compreendidos pela rua Andrade Neves e João Pessoa, constituindo-se no “cuore” econômico do município. No período de análise da pesquisa, convém salientar uma melhoria nos serviços comerciais em face a instalação de novos empreendimentos comerciais, no setor de vestuário, eletrodomésticos e farmacêutico, que trouxeram *layouts e designs* inovadores na área comercial, estimulando um processo de modernização na fachada e interiores de lojas genuínas do município, algumas delas mantendo as características arquitetônicas originais.

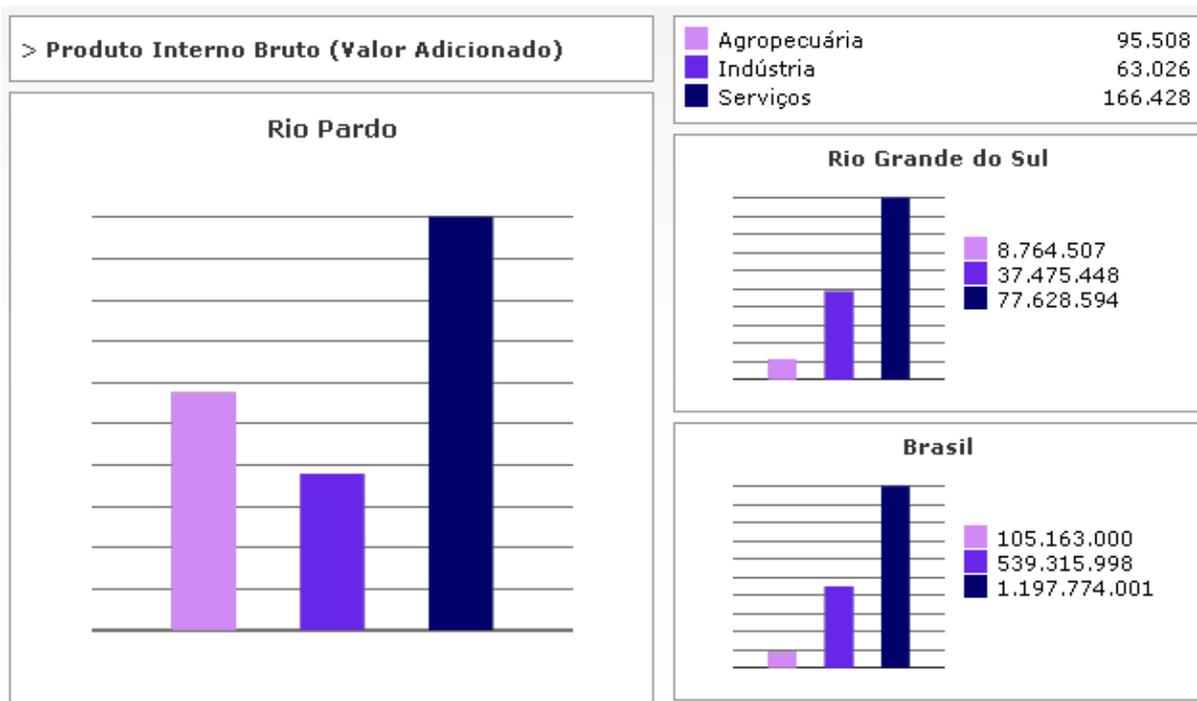


Figura 34: Produto Interno Bruto de Rio Pardo
 Fonte: WWW.ibge.gov.br/cidades(2007)

Apesar deste incremento em novos investimentos, o comércio de Rio Pardo, carece de uma infra-estrutura relativa a gastronomia e rede hoteleira. Esta última recentemente teve um acréscimo significativo com o empreendimento Solar do Imperador, hotel com modernas instalações, situado junto ao centro histórico do município. No que se refere a gastronomia a cidade carece de churrascarias, restaurantes, quiosques e cafés, que não se modernizam, apresentam atendimento precário e ineficaz, inclusive sem funcionamento aos fins de semana. Falta

empreendedorismo e investimentos neste setor, que poderiam convergir em novos postos de trabalho e renda, atraindo mais visitantes, que ao chegarem na cidade se deparam com o comércio fechado, indo usufruir do mesmo na cidade vizinha, Santa Cruz do Sul

Em função da antiguidade do espaço, as vias de comércios tradicionais centradas no eixo Andrade Neves-João Pessoa, encontram-se hoje sem possibilidade de expansão nestes dois eixos, em face a saturação na ocupação de imóveis comerciais. Observa-se a necessidade de um movimento de expansão deste comércio em direção a novas áreas que podem ser implementadas a partir do plano diretor de 2006(figura 35). Observa-se lentamente um novo movimento de expansão comercial em direção a Avenida dos Dragões, rua adjacente a BR471 e no Avenida dos Amaraes- Av dos ferroviários, trecho compreendido entre os bairros Boa Vista- Ramiz Galvão, onde verifica-se o aumento de casas comerciais, posto de gasolina e postos bancários, que gradativamente dão a esses bairros uma nova dinâmica, descentralizando as tradicionais funções comerciais do núcleo histórico original, demonstrando uma tendência de renovação do espaço urbano que emerge a partir da constatação da saturação do centro histórico.



Figura 35: Eixos de comércio antigos e novos.

Fonte: Google Maps

Adaptador por: SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias

No que se refere a participação na arrecadação de tributos por parte do município as maiores empresas por ordem de arrecadação, segundo dados da administração municipal em 2003 são: IMEC – Importadora e Exportadora de Cereais S.A., Cooperativa Agrícola Rio Pardo Ltda(Cooparroz), Bistex Alimentos, Frigorífico 3C, Sul América Tabacos S.A., Cotribá Ltda, Comercial de Combustíveis

Dapa Ltda, Comercial de Combustíveis Nevoeiro Ltda e Empresa de Mineração Araújo Ltda.

Pelos dados recentes do censo do IBGE, é significativa a participação do setor primário na geração de renda ao município, destacando-se a produtividade das lavouras de soja, arroz e fumo. Em face ao boom da soja no município, convém destacar a instalação de dois empreendimentos ligados ao beneficiamento e comercialização do soja: a Poliagro e Cootribá, instaladas junto ao Distrito industrial de Rio Pardo. O arroz, tradicional produto primário do município, continua destacando-se pela rentabilidade alcançada nos últimos anos e sendo boa parte de sua safra comercializada e beneficiada diretamente pela Cooparroz, tradicional estabelecimento cooperativista, que beneficia e amplia seu mercado de consumo para a região sudeste do país, notadamente o Rio de Janeiro, praça para qual converge, segundo dados da própria cooperativa, 98% do beneficiamento do arroz rio-pardense.

Há um crescente, porém tímido desenvolvimento das atividades secundárias, notadamente aquelas relacionadas ao beneficiamento das tradicionais culturas do município, reforçando a idéia clara de um município tradicionalmente primário. Aliás, está é uma característica que tem sido reforçada pelo poder público municipal que procura não desprezar, mas reforçar esta marca histórica, agregando a ela possibilidades de crescimento e expansão. Neste desenvolvimento secundário, destacam-se empreendimentos como a Europam, a Bistex alimentos, o Grupo Zafallon, ambos em funcionamento e a moderna planta industrial da Bilú alimentos que está sendo erguida no distrito industrial de Rio Pardo, criando a expectativa de novos postos de trabalho para 2010.

Apesar dos esforços do poder público municipal, grandes empreendimentos ainda não são visíveis no município, apesar dos incentivos e da logística inigualável que a cidade oferece. Uma das principais barreiras a vinda de grandes empreendimentos é relativo a qualificação da mão-de-obra que em geral é despreparada, visto que a cidade não dispõem de cursos técnicos profissionalizantes capazes de gerar esta mão-de-obra as empresas. Nos depoimento dos entrevistados há, boas perspectivas de desenvolvimento industrial, tendo em vista a centralidade geográfica que o município apresenta e que notadamente se destacará assim que as obras viárias empreendidas pelo governo do estado se concluem, no caso a BR471, no seu eixo norte.

Uma das grandes potencialidades do município, é o turismo, que na atualidade encontra-se de forma subaproveitada, carecendo de investimentos na infra-estrutura para receber o visitante. O poder público municipal, incentiva um tipo de turismo popular, centrados em festas como a do Peixe e Sonhos de Rio Pardo. Em face do legado histórico cultural que o município apresenta, segundo o entrevistado IC03, a iniciativa privada e o poder público deveriam investir em roteiros gastronômicos, passeios a charretes, criação de hotéis fazenda, criação de espaços públicos para exposição de arte, cinema e teatro, agregando ao município um público mais específico, com possibilidades de reaquecer a economia local, num ciclo de investimentos em que toda a comunidade rio-pardense ganharia.

Considerado atualmente um setor econômico dos mais dinâmicos, apresentando para o futuro as perspectivas mais promissoras, o turismo caracteriza-se por ser altamente competitivo, decorrência da melhoria dos equipamentos e produtos turísticos e da modernização nos transportes e das comunicações. É também, crescente o desejo das pessoas em conhecer lugares novos, outras culturas.

Vivemos em uma sociedade de avanços tecnológicos, de facilidades de comunicação e de deslocamento de pessoas, de integração econômica, política e cultural, em que a globalização tornou-se algo comum em nossas vidas. Nosso ambiente do dia a dia está cada vez mais padronizado. E esse é um dos motivos pelos quais as diversidades culturais encontram lugar na sociedade em que vivemos.

Hoje em dia está havendo um redescobrimto do local em contraposição do global, estamos aprendendo a olhar para o patrimônio como um bem que representa identidade e que exalta o valor de uma cultura, de algo que é o retrato de um tempo histórico, e de manifestações culturais. Esse redescobrimto faz-se necessário a Rio Pardo, que apresenta em função de seu passado histórico um potencial não explorado e que pode ser posta em prática como resposta as tentativas de industrialização e modernização que no senso comum são vistas como as ideais a serem seguidas.

A preservação do patrimônio histórico de Rio Pardo deve ter, além do caráter estilístico, embelezador, uma preocupação social com a população riopardense que seja incluída nesse processo, como geração de renda, empregos e

conservação do patrimônio cultural, visando a melhoria da qualidade de vida urbana, através de políticas públicas que levem em conta o planejamento urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas reflexões sobre o passado histórico de Rio Pardo, pode-se notar que o desenrolar das ações sempre repercutem mesmo que de maneira indireta umas sobre as outras. Estágios econômicos, momentos políticos, tendências ideológicas, deixam, a todo o momento seus registros e repercussões no espaço. Este fato se acentua ainda mais, quando analisado sob uma óptica histórico-geográfica, que leve em consideração, a situação socioeconômica do Rio Grande do Sul e do Brasil ao longo do tempo.

Pode-se perceber que o município atravessou diferentes saltos dialéticos, desde sua formação original a partir de um ponto militar estratégico que se constituiu o município em função das condições técnicas do século XVIII, decorrentes de uma ação do Estado português. Em função desta organização espacial inicial, o município de Rio Pardo, apresentou um grande crescimento econômico, tornando-se um entreposto comercial importante no extremo sul do país em meados do século XIX. Nesta condição agregou em seu espaço, dinamicidade econômica, concentração populacional, intensas atividades culturais, sendo considerada uma das mais importantes cidades do Brasil meridional do século XIX.

Em função das transformações processadas na estrutura produtiva do Brasil e por uma série de acontecimentos de ordem política, econômica e cultural, o município vai ao longo do tempo perdendo importância e influência em face a outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, que cresciam e agregavam ao seu espaço, dinâmicas relacionadas a economia urbana-industrial em ascensão em todo o país. A importância econômica, política e cultural do município, gradativamente vai se reduzindo a partir da combinação de diferentes acontecimentos ou marcos que lentamente alteram as formas, as estruturas e as funções que o município de Rio Pardo teve em função do movimento da sociedade colonial portuguesa do século XVIII, que organizou o espaço do município numa economia colonial centrada na agricultura e pecuária extensiva, marcando as relações sociais, econômicas e culturais nesta porção do espaço gaúcho.

Fatos como alterações nas relações de trabalho, na estrutura produtiva do estado do Rio Grande do Sul, a inserção de diferentes grupos étnicos como a colonização italiana e alemã, mudança nas redes de transporte e diferentes políticas

públicas empreendidas pelas respectivas esferas de poder, acabam impactando sobre a organização espacial do município que gradativamente perde influencia, econômica, política e cultural. Não se pode inferir que um fato, mas uma combinação de diferentes movimentos que interrelacionados, contraditoriamente contribuíram para essas transformações.

Hoje, percebemos um novo momento em Rio Pardo onde por incentivos de diferentes políticas públicas, o município gradativamente busca novas alternativas econômicas frente as tradicionais atividades agropecuárias. Entre essas alternativas podemos destacar a redução dos tradicionais cultivos de fumo e arroz frente a emergência da soja transgênica que tem sido um elemento renovador na estrutura produtiva primária do município de Rio Pardo. Além disso, as atividades primárias tradicionais, dinamizam-se em face a modernização tecnológica e as necessidades do mercado, agregando qualidade e produtividade as lavouras e criação extensiva, típica característica dos tempos atuais marcados pela globalização da economia. O setor primário antes centrado em grandes propriedades rurais hoje se reorganiza em função de alterações na estrutura fundiária e relações de trabalho que emergem em Rio Pardo com a agricultura familiar.

Além disso, em função de um passado histórico que se confunde e se cruza com a história do Estado do Rio Grande do Sul, o município agrega em seu espaço as heranças deste passado no traçado irregular das ruas, na estrutura produtiva no qual baseia-se a economia e nos casarios antigos que convivem e assumem novas funções dentro de uma paisagem urbana moderna que insere-se ao antigo. Estas rugosidades espaciais testemunham diferentes saltos dialéticos, sendo na atualidade revalorizados a partir de uma tendência de conservação, revitalização e valorização por parte de diferentes segmentos da sociedade riopardense.

Seguindo uma tendência estadual identifica-se políticas públicas por parte do poder público municipal que tem investido em ações institucionais empreendedoras, buscando parcerias com governo estadual e federal, setor privado e associações inserindo novos investimentos produtivos alicerçados sob a bandeira dos incentivos fiscais e das probabilidades de investimento que o espaço de Rio Pardo oferece. Em função de sua posição geográfica favorável, contendo três estruturas de transporte, o rodoviário, ferroviário e o hidroviário, amplia desta forma as perspectivas de crescimento econômico, remetendo desta forma a um passado longínquo onde condições similares foram a base de um momento de grande

dinamismo econômico, que a luz dos novos tempos lentamente retornam, mostrando o quanto os diferentes movimentos da sociedade são dialéticos e contraditórios. Hoje um ciclo de investimentos de diferentes ordens se processam no espaço de Rio Pardo através de novos empreendimentos industriais, comerciais, cooperativistas que engrenam e impulsionam a economia do município, expressando-se na geração de novos postos de trabalho e renda, que nesse momento expressam transformações significativas na organização espacial do município.

As perspectivas para o crescimento e desenvolvimento do município de Rio Pardo dependerá de um conjunto de ações entre os seus atores locais e regionais desvelando-se das velhas práticas e buscando um desenvolvimento emancipatório endógeno resultando na construção e transformação de Rio Pardo em um espaço, cuja localização historicamente privilegiada impulse o mesmo a agregar dinamicidade e novas funções no contexto econômico pelo qual o Rio Grande do Sul atravessa, funções essas que atendam as necessidades da população local.

REFERÊNCIAS

ARSÉNE, Isabelle. Viagem ao RS: 1833-1834. Tradução e notas de Dante de Laytano. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão dos Assuntos Municipais. **Evolução municipal do RS 1809-1996**. Porto Alegre: 2002.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)**. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-EDUSP, 1980

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul**. In WEIMER, Gunter(org.) Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Prefeitura de Porto Alegre. 1992

BENEDETTI, Maria D. **Indicadores da formação de uma plataforma exportadora de celulose no Rio Grande do Sul**. FEE. Porto Alegre, v.35, n.3, p21-28, fev2008

BRASIL. Ministério dos Transportes. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico. **Centro da Preservação da História da Ferrovia no Rio Grande do Sul**. Brasília: 2001

BELLOMO, Harry Rodrigues et al. **Rio Grande do Sul: aspectos da cultura**. Porto Alegre. Martins Livreiro. 1994

BENTO, Cláudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Escolas Militares de Rio Pardo. 1959-1911**. Porto Alegre: Genesis. 2005

_____. **O exército farrapo e os seus chefes**. Vol.2. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 1993

CÁCERES, Florival. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1993

CARDOSO, Alice; Zamin, Frinéia. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul. Inventário das estações: 1874-1959**. Porto Alegre: Palloti, 2002.

CARDOSO, Eduardo Schiavone et all. **Pesca e atividades complementares em águas do interior do Rio Grande do Sul**. In 12º Encontro de

geógrafos da América Latina 2009. disponível em <http://www.egal2009.easyplanners.info/programaExtendido.php?>. acesso em 22 de setembro de 2009.

CARLOS, A. F. A. **A Mundialidade do Espaço**. In: MARTINS, J. S. (Org.), Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, p. 121-134, 1996.

COSTA, Schwindt Adriana. **Patrimônio Histórico e Cultural em Territórios Urbanos:Um Estudo Acerca Do Conjunto Edificado Da Área Central Da Cidade De Rio Pardo (Rs)**. Santa Cruz do SUL: Universidade de Santa Cruz do SUL(UNISC). 2006 (Dissertação de Mestrado)

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito chave em Geografia**.In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato(orgs).Geografia Conceitos e temas. 1ª edição. Rio de Janeiro: Betrand Brasil. 1995

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**.Porto Alegre: Edipucrs,1990

ELIAS, Denise. **Integração competitiva do semi-árido**. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José levi Furtado. Modernização excludente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. pág. 11-36.

FAUTH, Elvin Maria. **Agricultura familiar: evolução em tempos recentes**.FEE: Porto Alegre, v.25, n.4, pg51-60, 2008

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova dimensão, 1990.

FORTES, João Borges. **Rio Grande de São Pedro**. Rio de Janeiro: Gráficos Bloch. 1940

FORTES, Amyr Borges. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina. 1976.

FRIGOTTO, G. **O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional.** In: FAZENDA, I. (org.) Metodologia da Pesquisa Educacional. 2ed. São Paulo: Cortez, 1991. P. 71-90.

Fundação de economia e estatística. **De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS 1803-1950.** Porto Alegre, 1981

Fundação de economia e estatística. Relatórios do Censo demográfico 2007.

GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerras no Prata.* São Paulo: Atual, 1995.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** Tradução Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola. 1993

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** Tradução Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. 2ª edição. São Paulo: 2006

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sidra.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 de agosto de 2009

_____. **@ cidades.** Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br>. acesso em 01 de julho de 2009.

_____. **Censo agropecuário 1975 : Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro, 1979

_____. **Censo agropecuário 1980.** Rio de Janeiro, 1983-1984.

KONDER, L. **O Que é Dialética.** 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LACERDA, Antônio Corrêa. **O impacto da Globalização na Economia Brasileira.** São Paulo:Contexto, 1998.

LAYTANO, Dante. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

_____. **Almanaque de Rio Pardo.** Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Tip. do Centro S.A.1983

_____. **Açorianos e Alemães no desenvolvimento da colonização e agricultura do Rio Grande do Sul.**Porto Alegre.Livraria do Globo, 1948

LUZ, Maturino da. **Antiga Escola Militar de Rio Pardo: história e arquitetura.** Porto Alegre: Defender. 2007

PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: **Economia & poder nos anos 30.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** 4 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai.* Porto Alegre: Livraria Selbach, 1953., v. 3. Segunda parte.

RESENDE, Marina de Quadros. **Rio Pardo: história, recordações e lendas.** 3ª Ed.1993[S.L.:s.n]

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Pecuária Familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Emater-RS/ASCAR, 2003

Rio Grande do SUL. **Lei n° 12.003 de 12 de novembro de 2003.** disponível em <http://www.al.rs.gov.br/legis/> acessado em 20 de agosto de 2009.

Rio Pardo . **Lei n° 1492/2006 de 10 de outubro de 2006 Plano Diretor.** Disponível em <http://www.riopardo.rs.gov.br/> acessado em 20 de agosto de 2009.

_____ **Lei n° 1491/2006 de 10 de outubro de 2006. Delimita as Zonas urbanas e Zonas especiais.** Disponível em <http://www.riopardo.rs.gov.br/> acesso em 20 de agosto de 2009.

_____ **Lei n° 1493/2006 de 10 de outubro de 2006. Lei de Zoneamento e uso e ocupação do solo.** Disponível em <http://www.riopardo.rs.gov.br/> acesso em 20 de agosto de 2009.

_____ **Lei n° 1494/2006 de 10 de outubro de 2006. Parcelamento do Solo urbano.** Disponível em <http://www.riopardo.rs.gov.br/> acesso em 20 de agosto de 2009.

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Pecuária Familiar.** Porto Alegre: Emater-RS/ASCAR, 2003

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo- razão e emoção.** São Paulo. Hucitec. 1996

_____ **Da Totalidade ao lugar.** São Paulo. Edusp. 2005

_____ **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo. Hucitec. 1996. 2008

_____ **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel. 1985

_____ **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1980.

_____ **Por uma nova Geografia.** 6ª edição. 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp. 2008

_____ **Modo de Produção Técnico-Científico e diferenciação espacial.** Revista Território. Ano IV, nº 6, jan/jun.1999

SANTOS, Milton; Silveira, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9ª edição. Rio de Janeiro: Record.2006

SCHNEIDER, Luíz Carlos. **Rio Pardo: evolução urbana e patrimônio Arquitetônico-Urbanístico.** Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2003

SOTO, William Hector Gómez;VALENTIM, Rosa. **Formação econômica da região do Vale do Rio Pardo.** In Evolução econômica e Social da região do Vale do Rio Pardo SOUZA, Nali de Jesus(coord.).Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo.Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2000

TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3, ed. Passo Fundo:UPF,2001.

Tratado de Tordesilhas 1494 Disponível em : <http://www.igeo.ufri.br/fronteiras/mapas/map001.htm> acesso em 18 de agosto de 2009.

VELHINHO, Moysés. *Fronteira.* Porto Alegre: Globo, 1975.

VOGT, Olgário, et AL. **Rio Pardo: ascensão e estagnação da tranqueira Invicta.** In: Agora: Revista do departamento de História e Geografia/UNISC- Santa Cruz do Sul, v.2, nº 1, 1996

ANEXOS

ANEXO A Questionário aplicado ao informante qualificado – Emater



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PESQUISA DE CAMPO

1. Quais as marcas que o passado histórico deixou na organização econômica, política e cultural da cidade?
2. Que transformações econômicas, políticas, culturais e urbanísticas tem se vivenciado nos últimos anos em Rio Pardo?
3. Como a tradição econômica e cultural vêm se mantendo no município ao longo do tempo?
4. Qual o papel da modernização da agricultura nas transformações do município?
5. Qual a importância da Educação agrícola e extensão rural para o município? Como atua?
6. Como a Emater vê os projetos de reflorestamento para o município de Rio Pardo?
7. Qual o campo de ação da Emater em Rio Pardo e de que forma ela contribui para o fortalecimento do setor agropecuário, tradicional base de nossa economia?
8. Quais as linhas de financiamento e o tipo de assistência técnica que a agricultura familiar dispõem em Rio Pardo?
9. Quais os limites e possibilidades das políticas públicas voltadas aos pequenos produtores?
10. Qual a perspectiva de permanência no campo dos filhos dos pequenos agricultores?
11. Quem são os agricultores familiares em Rio Pardo? Como se organizam? Qual a racionalidade produtiva dos mesmos?
12. Quais cadeias produtivas organizadas em Rio Pardo? Descreva-as
13. Quais os principais problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais em Rio Pardo?
14. Quais as principais culturas agrícolas desenvolvidas pelos pequenos agricultores em Rio Pardo? Como é comercializada e qual o principal destino?

Rio Pardo,..... de de

Nome do cedente

ANEXO B: Questionário aplicado ao informante qualificado – Secretaria municipal da Indústria e Comércio



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PESQUISA DE CAMPO

1. Quais as marcas que o passado histórico deixou na organização econômica, política e cultural da cidade?
2. Historicamente Rio Pardo, perdeu influência e importância econômica frente a outras regiões do Rio Grande do Sul. Que motivo ou motivos levaram a cidade a uma estagnação econômica e retração demográfica?
3. A população rio pardense tem consciência da importância histórica do município? Como isso é percebido?
4. O que tem sido feito pelas instituições públicas e empresas privadas para a valorização do patrimônio histórico arquitetônico do município?
5. Que transformações econômicas, políticas, culturais e urbanísticas tem se vivenciado nos últimos anos em Rio Pardo?
6. As famílias tradicionais de Rio Pardo, ligadas desde nossa origem a tradição agropecuária, podem ser responsabilizadas pelo atraso ou estagnação industrial de Rio Pardo?
7. Que políticas de fomento e captação de empresas a secretaria tem feito? Que setores são os mais visados?
8. Qual o incremento de ICMs nos últimos anos e em que tipo de empreendimento?
9. Existe um plano diretor prevendo a setorização das indústrias? Onde ele está localizado e que investimentos produtivos estão sendo projetados lá?
10. A instalação da Aracruz celulose em Rio Pardo e as perspectivas de desenvolvimento com a criação de um porto e o estímulo ao cultivo de eucalipto foram propagados como um dos meios pelos quais Rio Pardo se desenvolveria e atrairia mais investimentos. Com a crise mundial e o fechamento do escritório em Rio Pardo, este investimento está afastado?
11. Há novos investimentos industriais previstos para Rio Pardo? Quais são?
12. Rio Pardo apresenta um modal de transportes que poderia ser utilizado como válvula propulsora do desenvolvimento (ferrovia, hidrovia e rodovia). Por que esta vantagem estratégica não é utilizada como forma de captação de investimentos?
13. Quais as principais limitações para desenvolver projetos no setor?
 Rio Pardo,..... de de

ANEXO C: Questionário aplicado ao informante qualificado – Executivo municipal



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PESQUISA DE CAMPO

1. Quais as marcas que o passado histórico deixou na organização econômica, política e cultural da cidade?
2. Historicamente Rio Pardo, perdeu influência e importância econômica frente a outras regiões do Rio Grande do Sul. Que motivo ou motivos levaram a cidade a uma estagnação econômica e retração demográfica?
3. A população rio pardense tem consciência da importância histórica do município? Como isso é percebido?
4. O que tem sido feito pelas instituições públicas e empresas privadas para a valorização do patrimônio histórico arquitetônico do município?
5. Que transformações econômicas, políticas, culturais, e urbanísticas tem sido percebidas em Rio Pardo nestes últimos cinco anos?
6. Existe por parte do poder público um projeto de captação de investimentos para a cidade? Se existe como ele é estruturado e quais setores são prioritários?
7. Rio Pardo tradicionalmente é uma cidade que historicamente tem sua economia assentada sob o setor primário. Há nestas duas gestões algum movimento com intuito de estimular o crescimento de outros setores econômicos?
8. A Aracruz foi apontada como um dos grandes investimentos que garantiriam ao município um grande desenvolvimento econômico geraria empregos e atrairia outras empresas. Como está a situação junto a Aracruz, visto que a mesma foi vendida a outro grupo industrial?
9. Rio Pardo dispõe de um espaço geográfico privilegiado: no centro do estado e com o modal rodoviário, ferroviário e hidroviário. Existe por parte do poder público alguma medida ou ação que visem utilizar este diferencial como válvula propulsora do desenvolvimento?
10. Quais as principais políticas públicas implantadas no o município?
11. Quais os principais limites ao desenvolvimento de Rio pardo?
12. Quais as maiores possibilidades para o futuro?

Rio Pardo,..... de de

Nome do cedente

ANEXO D: Questionário aplicado ao informante qualificado – Secretaria municipal do Turismo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PESQUISA DE CAMPO

1. Quais as marcas que o passado histórico deixou na organização econômica, política e cultural da cidade?
2. Historicamente Rio Pardo, perdeu influência e importância econômica frente a outras regiões do Rio Grande do Sul. Que motivo ou motivos levaram a cidade a uma estagnação econômica e retração demográfica?
3. A população rio pardense tem consciência da importância histórica do município? Como isso é percebido?
4. O que tem sido feito pelas instituições públicas e empresas privadas para a valorização do patrimônio histórico arquitetônico do município?
5. Que transformações econômicas, políticas, culturais e urbanísticas a cidade vem vivenciando nos últimos anos?
6. Que medidas a secretaria juntamente com o poder público municipal tem colocado em prática para tornar o turismo um atividade produtiva que movimente a economia local?
7. Rio Pardo tem um grande patrimônio histórico e cultural, mas falta a cidade uma infra-estrutura que seja capaz de atrair turistas, movimentar a economia e gerar empregos. A secretaria tem algum projeto que vise dotar a cidade de uma infra-estrutura de serviços, que dinamizaria o terceiro setor?
8. Que atrativos turísticos o município dispõe e como eles são aproveitados ou divulgados?
9. Existe algum projeto de parceria público-privada no intuito de fomentar o desenvolvimento turístico da cidade?

Rio Pardo,..... de de

ANEXO E: Questionário aplicado ao informante qualificado – Agência de Desenvolvimento de Rio Pardo



UFSM

Universidade Federal de Santa Maria

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

PESQUISA DE CAMPO

1. Quais as marcas que o passado histórico deixou na organização econômica, política e cultural da cidade?
2. Historicamente Rio Pardo, perdeu influência e importância econômica frente a outras regiões do Rio Grande do Sul. Que motivo ou motivos levaram a cidade a uma estagnação econômica e retração demográfica?
3. A população rio-pardense tem consciência da importância histórica do município? Como isso é percebido?
4. O que tem sido feito pelas instituições públicas e empresas privadas para a valorização do patrimônio histórico arquitetônico do município?
5. Que transformações econômicas, políticas, culturais e urbanísticas tem se vivenciado nos últimos anos em Rio Pardo?
6. Qual o papel da tradição econômica e cultural ao longo da história do município e na atualidade?
7. Como a modernização da agricultura interferiu no processo de desenvolvimento de Rio Pardo?^{75*}
8. Em que contexto a agência de desenvolvimento de Rio Pardo foi criada e quais são seus objetivos?
9. Como a agência de desenvolvimento vê os projetos das grandes madeireiras para esta porção do estado?
10. Rio Pardo tradicionalmente é uma cidade que historicamente tem sua economia assentada sob o setor primário. Há ações por parte da agência com intuito de estimular o crescimento de outros setores econômicos?
11. Rio Pardo dispõe de um espaço geográfico privilegiado: no centro do estado e com o modal rodoviário, ferroviário e hidroviário. Existe por parte da agência alguma medida ou ação que visem utilizar este diferencial como válvula propulsora do desenvolvimento?

Rio Pardo,..... de de

Nome do cedente

ANEXO F: Questionário aplicado ao informante qualificado – Arquivo Histórico Municipal



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PESQUISA DE CAMPO

1. Quais as marcas que o passado histórico deixou na organização econômica, política e cultural da cidade?
2. Historicamente Rio Pardo, perdeu influência e importância econômica frente a outras regiões do Rio Grande do Sul. Que motivo ou motivos levaram a cidade a uma estagnação econômica e retração demográfica?
3. A população rio-pardense tem consciência da importância histórica do município? Como isso é percebido?
4. O que tem sido feito pelas instituições públicas e empresas privadas para a valorização do patrimônio histórico arquitetônico do município?
5. Que transformações econômicas, políticas, culturais e urbanísticas tem se vivenciado nos últimos anos em Rio Pardo?
6. A tradição econômica e cultural de Rio Pardo influenciou o município ao longo do tempo?
7. Existe por parte da população rio-pardense um certo comodismo e acomodamento quanto as perspectivas de desenvolvimento?
8. Rio Pardo está situada numa posição geográfica privilegiada e apresenta um patrimônio arquitetônico privilegiado. Por que estas condições não projetam um desenvolvimento econômico, gerando renda e emprego?
9. Que tipo de documentação sobre a história do município o arquivo histórico disponibiliza?
10. Como você vê os projetos de reflorestamento em terras agricultáveis no município?

Rio Pardo,..... de de

Nome do cedente

ANEXO G: Questionário aplicado ao informante qualificado – Sindicato Rural de Rio Pardo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PESQUISA DE CAMPO

2. Quais as marcas que o passado histórico deixou na organização econômica, política e cultural da cidade?
3. Historicamente Rio Pardo, perdeu influência e importância econômica frente a outras regiões do Rio Grande do Sul. Que motivo ou motivos levaram a cidade a uma estagnação econômica e retração demográfica?
4. A população rio pardense tem consciência da importância histórica do município? Como isso é percebido?
5. O que tem sido feito pelas instituições públicas e empresas privadas para a valorização do patrimônio histórico arquitetônico do município?
6. Que transformações econômicas, políticas, culturais e urbanísticas tem se vivenciado nos últimos anos em Rio Pardo?
7. A tradição econômica e cultural é forte no município? De que forma pode ser percebida?
8. Existe por parte do poder público investimentos e valorização do setor agropecuário?
9. Como o sindicato e os produtores rurais vêem os projetos das grandes madeiras para esta porção do estado?
10. Em que sentido estes projetos podem contribuir ou não para o desenvolvimento econômico de Rio Pardo?
11. Como este órgão caracterizaria o setor agropecuário de Rio Pardo no momento atual onde falamos em crise mundial?
12. Quais as perspectivas de crescimento do setor e os investimentos tecnológicos feitos ultimamente?

Rio Pardo,..... de de

Nome do cedente

ANEXO H: Questionário aplicado ao informante qualificado – Cooperativa Agrícola Ltda



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PESQUISA DE CAMPO

1. Quais as marcas que o passado histórico deixou na organização econômica, política e cultural da cidade?
2. Historicamente Rio Pardo, perdeu influência e importância econômica frente a outras regiões do Rio Grande do Sul. Que motivo ou motivos levaram a cidade a uma estagnação econômica e retração demográfica?
3. A população rio pardense tem consciência da importância histórica do município? Como isso é percebido?
4. O que tem sido feito pelas instituições públicas e empresas privadas para a valorização do patrimônio histórico arquitetônico do município?
5. Que transformações econômicas, políticas, culturais e urbanísticas tem se vivenciado nos últimos anos em Rio Pardo?
6. Qual o papel da tradição econômica e cultural na organização atual do município?
7. Em que contexto histórico a Cooperativa agrícola Rio Pardo foi fundada?
8. Como a cooperativa atua junto aos agricultores?
9. Que culturas agrícolas são priorizadas pela cooperativa? Quais os grandes mercados consumidores desta produção?
10. Dentro da tradição agrícola, qual a cultura tradicional do município e qual a cresce mais atualmente?
11. Qual a visão da cooperativa frente aos projetos das grandes empresas ligadas ao setor de reflorestamento no município?
12. Como a modernização da agricultura interferiu nas transformações de Rio Pardo?
13. Qual a produtividade média e o emprego de tecnologia e mão-de-obra?
14. Com relação ao aspecto técnico (equipamentos, tecnologia, financiamentos) como os produtores rurais cooperativados podem ser descritos nesta situação?

Rio Pardo,..... de de

Nome do cedente

ANEXO I: Questionário aplicado aos informantes da Comunidade



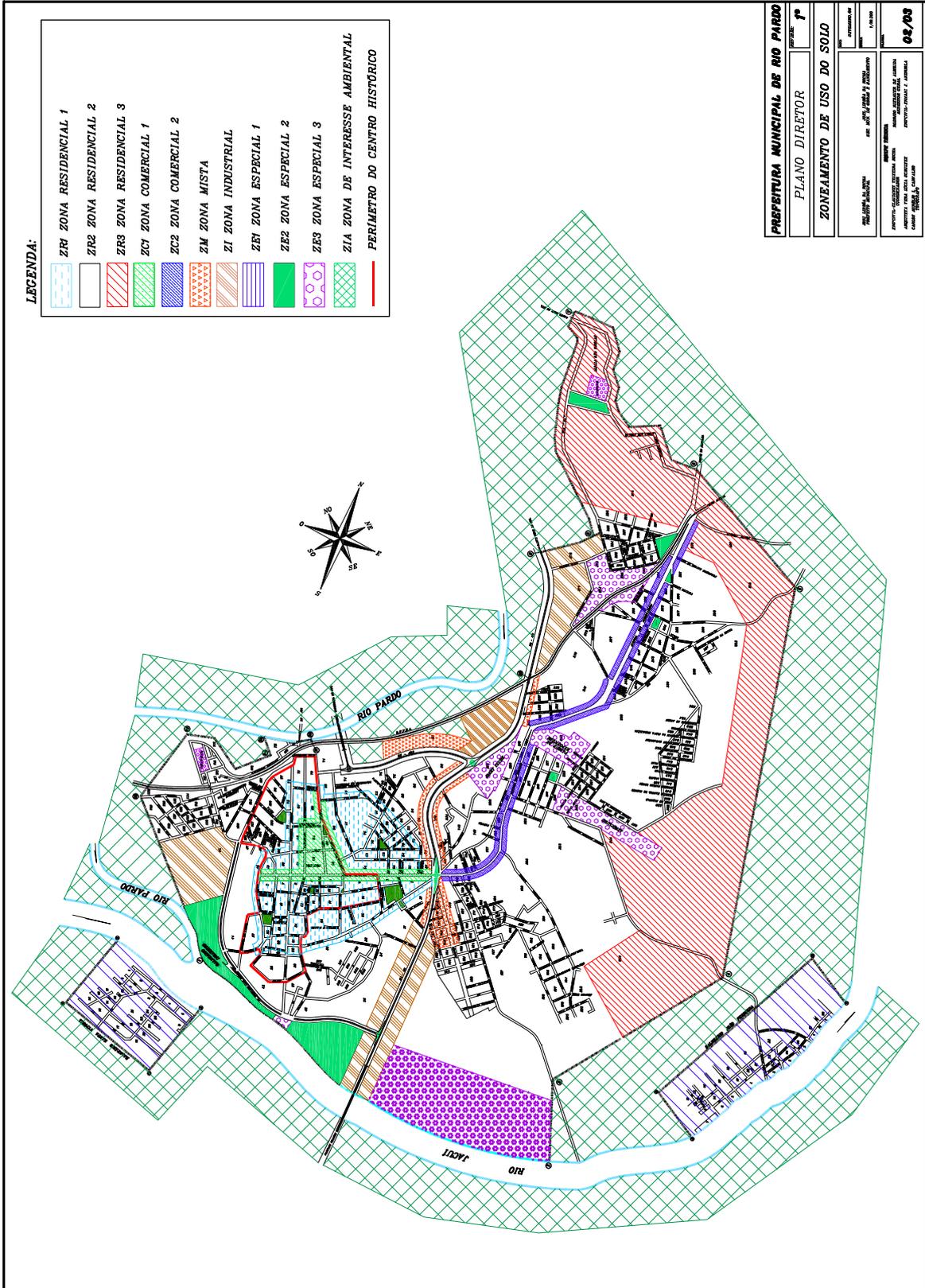
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PESQUISA DE CAMPO

1. Quais as marcas que este passado histórico deixou na organização econômica, política e cultural da cidade?
2. Historicamente Rio Pardo, perdeu influência e importância econômica frente a outras regiões do Rio Grande do Sul. Que motivo ou motivos levaram a cidade a uma estagnação econômica e retração demográfica?
3. A população rio-pardense tem consciência da importância histórica do município? Como isso é percebido?
4. O que tem sido feito pelas instituições públicas e empresas privadas para a valorização do patrimônio histórico arquitetônico do município?
5. Que transformações econômicas, políticas, culturais e urbanísticas tem se vivenciado nos últimos anos em Rio Pardo?
6. A tradição econômica e cultural de Rio Pardo influenciou o município ao longo do tempo?
7. Existe por parte da população rio-pardense um certo comodismo e acomodamento quanto as perspectivas de desenvolvimento?
8. Rio Pardo está situada numa posição geográfica privilegiada e apresenta um patrimônio arquitetônico privilegiado. Por que estas condições não projetam um desenvolvimento econômico, gerando renda e emprego?
9. Quais deveriam ser os investimentos prioritários que deveriam ser postos em prática para alavancar o desenvolvimento da cidade?
10. Como você vê os projetos de reflorestamento em terras agricultáveis no município?

Rio Pardo,..... de de

ANEXO J: Plano Diretor



ANEXO K: LEI 12.003, de 12 de novembro de 2003.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Gabinete de Consultoria Legislativa **LEI Nº 12.003, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.**
(publicada no DOE nº 221, de 13 de novembro de 2003)

Declara integrante do Patrimônio Cultural do Estado a área histórica da cidade de Rio Pardo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Esta Lei declara integrante do patrimônio cultural do Estado área urbana e bens de valor histórico, no Município de Rio Pardo.

Art. 2º - Na cidade de Rio Pardo, é declarada patrimônio cultural do Estado, nos termos e para os fins dos arts. 221, 222 e 223 da Constituição do Estado, sua área histórica, definida em poligonal com as seguintes delimitações:

- I - a oeste, pela rua Dr. Luciano Raul Panatieri;
- II - a noroeste, pela rua 15 de novembro;
- III - a leste, pela rua Dr. João Pessoa;
- IV - a nordeste, pela rua Senhor dos Passos;
- V - a norte, pela rua Andrade Neves;
- VI - a leste, mais uma vez, pela rua Gomes Freire de Andrade;
- VII - a sudeste, pela rua José Feliciano de Paula Ribas;
- VIII - a sudeste, mais uma vez, pela rua General Godolfim;
- IX - a leste, mais uma vez, pela rua Rafael Rodrigues Pinto Bandeira;
- X - a sul, pela rua Francisco Alves;
- XI - a noroeste, mais uma vez, pela rua Coronel Franco Ferreira;
- XII - a sudeste, mais uma vez, pela rua General Câmara;
- XIII - a oeste, mais uma vez, pela rua Moinhos de Vento;
- XIV - a oeste, mais uma vez, pela rua Ernesto Alves.

Parágrafo único – Consideram-se integrantes das zonas referidas neste artigo, nas delimitações por vias públicas, as glebas, os lotes e as construções que lhes sejam confrontantes.

Art. 3º - Também são considerados como patrimônio cultural do Estado, no Município de Rio Pardo, nos mesmos termos e para os mesmos fins do art. 2º desta Lei, os seguintes bens:

- I - a ponte sobre o Rio Pardo, situada à Praça da Ponte;
- II - a capela do cemitério municipal, situado à Avenida Bom Fim, na cidade de Rio Pardo;
- III - a estação ferroviária de Ramiz Galvão, situada no bairro de Ramiz Galvão;
- IV - a casa sede da Fazenda Abelina, situada à estrada municipal que liga Rio Pardo a Cachoeira; V - o sobrado conhecido como "1º Troca-Troca de Rio Pardo", situado no balneário de Porto das Mesas, no distrito de João Rodrigues;
- VI - a ponte dos Arcos Romanos, também conhecida como "Ponte do Couto", sobre o Arroio do Couto, situada na estrada municipal para Passo do Sobrado;
- VII - a capela "Imaculada Bela Cruz", situada na localidade de Arroio das Pedras;
- VIII - a capela "Imaculada Conceição", situada na localidade de Arroio das Pedras;
- IX - a estação ferroviária da Sede, situada na Praça Ferroviária, na cidade de Rio Pardo;
- X - a capela de São Nicolau, localizada na aldeia São Nicolau, no bairro de Ramiz Galvão;
- XI - a fonte localizada na rua Adolfo Pritsch, na sede do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 12 de novembro de 2003.

ANEXO L: Lista de identificação dos informantes qualificados

IRI01 – Edson Mohr – Representante da Emater

IRI 02 – João Carlos Nascimento – Representante da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

IRI03- Bertholdo Afonso Pritch – Representante do Executivo municipal

IRI04- Paulo Roberto Ene – Representante do Sindicato Rural de Rio Pardo

IRI05- Dione Maria Rocha – Representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

IRI06- Antônio Barbosa Netto – Representante da Cooperativa Agrícola Rio Pardo LTDA

IRI07 – Waldemar Lopes Moraes – Representante da Agência de Desenvolvimento de Rio Pardo

IRI08- Fábria Behling – Representante do Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo

ANEXO M: Lista de indentificação dos informantes da Comunidade

IC01 – Roberto Floriani Raupp – Agropecuarista

IC02- José Ernesto Wunderlich – Contabilista

IC03 – Flávio Augusto Wunderlich – Turismólogo

IC04 – Terezinha Ana Limberger Muller – Movimento de Restauo das Igrejas

IC05 – Raimundo Tarantino Panatieri – Artesão

IC06 – Rafael Rodrigues – Biólogo e escritor

IC07- Carlos Dal Ri – Fiscal Tributário

IC08 – Sônia Aguiar – Professora de História

IC09- Vera Schultze – Arquiteta

IC10 – Liane Marlise Duarte Frey – Comerciante

IC11- Silvia Barros – Professora de História

IC12- Maria Helena Dutra Villa – Professora e Militante do PT